



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

Edivania Santos Alves

**Marchas e contramarchas na luta pela moradia
na Terra Firme (1979-1994).**

Belém / Pará
2010

Edivania Santos Alves

**Marchas e contramarchas na luta pela moradia
na Terra Firme (1979-1994).**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestra em História Social da Amazônia.

Orientação: Profa. Dra. Leila Mourão

Belém / Pará
2010

Edivania Santos Alves

**Marchas e contramarchas na luta pela moradia
na Terra Firme (1979-1994).**

Banca de defesa: 17/08/2010

Banca examinadora:

Profª. Dra. Leila Mourão (Orientadora/PPHIST/UFPA)

Prof. Dr. Pere Petit (Membro/PPHIST/UFPA)

Profª. Dra. Maria Elvira Rocha de Sá (PPGSS/UFPA)

Belém / Pará
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPa, Belém-PA)

Alves, Edivania Santos

Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994) / Edivania Santos Alves ; orientadora, Leila Mourão - 2010

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2010.

1. Planejamento urbano - Terra Firme (Belém, PA). 2. Urbanização - Terra Firme (Belém, PA). 3. Habitação - Terra Firme (Belém, PA). 4. Movimentos sociais - Terra Firme (Belém, PA). 5. I. Título.

CDD - 22. ed. 711.4098115

Dedicatória

Para meus eternos e queridos avôs Margarida
Cordeiro e Almerindo Alves (*in memoriam*) e André Luiz.

AGRADECIMENTOS

Uma das partes mais difíceis de preparar, pois há tanto a agradecer e tantos a lembrar. Começo pelos meus amores: Luiza, minha mãe, grande amiga e estimuladora de meu trabalho; ao meu filhão André Luiz, por sua companhia e compreensão em minhas ausências e a Letícia, por seu carinho, amor e amizade incalculáveis.

Também não poderia esquecer os amigos queridos e presentes que sopram sua alegria contribuindo para suavizar nosso cotidiano, graças a Oxalá tenho muitos. Para não cometer esquecimentos, registrarei apenas meu camarada de “noitadas” de estudo e reflexões antes e durante a pós: Rui Júnior (migo).

Agradecimentos especiais a todas as camaradas do Paru (Programa de Apoio à Reforma Urbana) na dura caminhada e luta pelo ideário da Reforma Urbana, com as quais tenho aprendido muito e sem dúvida, são parte integrante deste esforço.

Um respeitoso agradecimento às lideranças da Terra Firme, que cederam suas memórias para tecer a narrativa de uma luta que ainda tem muitos capítulos a serem contados para uma melhor compreensão da história da moradia em Belém.

Meu carinhoso agradecimento aos companheiros do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, pela experiência e pelos conhecimentos ímpares que tenho aprendido. Este é mais um legado da vitoriosa saga dos moradores desse lugar de lutas e resistências.

Por fim, agradeço à companhia dos colegas e aos ensinamentos dos mestres durante o mestrado. Especialmente à minha orientadora, Leila Mourão, que mesmo diante de tantas limitações de saúde e tempo, se dispôs a me orientar, compreendendo minhas dificuldades e me ajudando com suas idéias e comentários, estimulando meu trabalho. Obrigada pela confiança. Também agradeço à professora Edilza Fontes, grande estimuladora deste trabalho e aos professores membros de minha banca de avaliação: Pere Petit e Maria Elvira Rocha de Sá.

Epígrafe

A organização ela sempre prevalece.
(Zuleide Fernandes)

*Nós acreditamos que só a luta muda a vida.
Tudo que tem na Terra Firme é através da luta.*
Fátima Aguiar (Fafá)

Urbaniza-se? Remove-se? Extingue-se a pau e a fogo? Que fazer com tanta gente brotando do chão, formigas de um formigueiro infinito? Ensinar-lhes paciência, conformidade, renúncia? Cadastra-los e fichá-los para fins eleitorais? Prometer-lhes a sonhada, mirífica, rósea fortuna distribuição (oh!) de renda? Deixar tudo como está para ver como é que fica? Em seminários, simpósios, comissões, congressos, cúpulas de alta prosopopéia, elaborar a perfeita e divina decisão?
(Carlos Drummond de Andrade, 1981)

A história é memória de uma cultura e a memória jamais pode estar livre de paixões e de comprometimentos. Não me sinto inibido de forma nenhuma pelo fato de que minhas próprias paixões e comprometimentos sejam evidentes.

(Thompson apud Palmer, 1996, p.123-4)

RESUMO

A dissertação historiou a luta pela moradia desenvolvida na Bacia Hidrográfica do Igarapé Tucunduba, especificamente no bairro da Terra Firme entre os anos de 1979 a 1994. A pesquisa teve como propósito analisar as contribuições produzidas nesse processo, que projetaram elementos de resistência e organização social por parte dos moradores daquele lugar. Utilizamos prioritariamente fontes jornalísticas e entrevistas com lideranças. Durante a década de oitenta, acontecimentos políticos agitaram o país, promovidos pelo retorno das multidões às praças e colocaram na ordem do dia um conjunto de demandas sociais, dentre as quais a reforma urbana. Em Belém, o Movimento de Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba – MOTUAT, tornou-se uma das referências sociais ao tornar-se representante das reivindicações populares na luta pelo direito de morar em terras consideradas da Universidade Federal do Pará - UFPA.

Palavras - chave: Movimento Social Urbano, Moradia, Terra Firme, MOTUAT, Reforma Urbana.

ABSTRACT

The dissertation examines the struggle for housing developed in the area Tucunduba River Watershed, specifically in the Terra Firme between the years 1979 to 1994. The research aimed to analyze the contributions produced in the process, they designed for resistance and social organization by the residents of that place. We use primarily journalistic sources and interviews with leaders. During the eighties, political events shook the country, promoted by the return of the crowds to the squares and put in a headline set of social demands, among which the urban reform. In Belém, the Movement and Titling of Urban Area Tucunduba - MOTUAT, became one of the social references to become representative of popular demands in the fight for the right to live on land considered at the Federal University of Pará - UFPA.

Key - words: Urban Social Movement, Dwelling, Terra Firme, MOTUAT, Urban Reform.

LISTA DE FIGURAS

(Imagens)

Imagem 1: Capa do informativo A Voz da CBB	50
Imagem 2: Posse da direção do C. C. Bom Jesus	92
Imagem 3: Capa jornal O Tucunduba	117
Imagem 4: Posse do Conselho da Terra.....	119
Imagem 5: Moradores da área da UFPa querem solução para impasse.....	121
Imagem 6: Saneamento só virá com legalização de terras	122
Imagem 7: Invasão à reitoria da UFPa	124
Imagem 8: Posseiros negam invasão arquitetada na Perimetral.....	126

LISTA DE QUADROS E MAPAS

Quadro I:	61
Quadro II: Histórico dos Congressos da CBB.....	70
Mapa 1: Bacias hidrográficas no Município de Belém.....	75
Quadro III: Bairros de Belém e suas terras alagáveis	76
Quadro IV: Evolução demográfica dos bairros da bacia do Tucunduba	85
Mapa 2: Terra Firme	94
Quadro V: Cronologia governamental e jurídica (leis e decretos municipais).....	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Diálogos com a literatura acerca da habitação, movimentos sociais e reforma urbana no Brasil	12
PRIMEIRO CAPÍTULO	44
A Comissão dos Bairros de Belém: uma história.....	44
Pra lutar e pra vencer, se criou a CBB.....	46
SEGUNDO CAPÍTULO	73
Terra Firme: ironia e flutuação.....	73
Um bairro do tamanho de seus problemas.....	85
TERCEIRO CAPÍTULO	95
Movimento de Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba: dos atos aos gritos.....	95
Lutas de ontem ... memórias de hoje.....	95
Titulação e urbanização. Fora especulação!.....	109
Terra Firme emerge do pântano.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
FONTES	134
REFERÊNCIAS	139

INTRODUÇÃO

DIÁLOGOS COM A LITERATURA ACERCA DA HABITAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E REFORMA URBANA

A alienação das terras da UFPA não foi nenhuma dádiva de governos ou instituições, fizemos três passeatas até a Universidade com mais de quatro mil pessoas, atos públicos e fomos à Brasília entregar a nossa proposta de decreto.¹

O tom empregado por José Flávio, uma das lideranças do Movimento de Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba – MOTUAT, publicada no jornal *O Liberal* de 26 de novembro de 1991, nos permite analisar de maneira razoável que as lutas pela posse da terra na cidade de Belém e particularmente no bairro da Terra Firme, ocuparam significativo espaço na cena política local, durante as décadas de setenta e oitenta, com fortes rescaldos ainda em noventa. Por isso, são emblemáticas as inúmeras matérias jornalísticas a respeito da presença destes sujeitos na produção do debate acerca da moradia.

Com esta dissertação, pretendemos reconstituir parte da histórica luta pela moradia na *cidade das mangueiras*, enraizada em diversos bairros e áreas da cidade. No entanto, nos interessou estudar as associações e os desdobramentos que esta marcha tomou no lócus escolhido, tendo como foco analítico as ações definidas e empreendidas por esse movimento, que se caracterizaram, ora por ocupações, atos de protesto, passeatas, manifestações de massa, elaboração de documentos como abaixo-assinados, relatórios e memoriais; ora pela negociação, pelo diálogo e mediação em torno da posse e do uso dos terrenos pertencentes à Universidade Federal do Pará – UFPA no período compreendido entre 1979 a 1994.

A narrativa construída tenta demonstrar a importância e o relevo que tomou a Bacia hidrográfica do Tucunduba, merecendo grande atenção por parte de autoridades, grupos políticos e econômicos, além dos debates que se desenrolaram na imprensa local e nas esferas estatais no período selecionado, desejando assegurar por meio deste trabalho, sua presença na

¹ O Liberal, *Alienação da terra agrada entidades*. Caderno Jornal dos Bairros (página não identificada), 26/11/1991. Esta fala decorre do anúncio da alienação das terras em litígio, feita pelo então Presidente da República Fernando Collor de Mello. Acreditava-se naquela ocasião que esta decisão administrativa poria fim ao interminável jogo de empurra-empurra travado entre a Prefeitura Municipal de Belém e o Governo do Estado, em torno da responsabilidade em efetuar a titulação definitiva dos lotes reivindicados pelos ocupantes.

escrita local, contribuindo assim para o aprofundamento da discussão sobre os movimentos sociais e a questão da habitação em nossa cidade.

Um ponto interessante é que ao rememorarmos parte desta história, também reconstituímos a trajetória socioespacial da maior universidade do Norte do país, envolvida diretamente no litígio, pelo fato de reivindicar como suas as terras ocupadas pelos posseiros. Ou seja, não é possível desconsiderar na história da UFPA, todo o processo que envolveu e continua envolvendo a polêmica em torno da posse e do uso de áreas hoje consolidadas e transformadas em bairros. Portanto, a memória do Motuat confunde-se com a memória da própria instituição acadêmica em questão.²

Também poderão ser percebidas e estudadas as experiências vivenciadas pelos moradores em seu novo habitat, o bairro da Terra Firme, que serviram de pano de fundo no desenrolar das ações protagonizadas pelo movimento acima referido. Pretendemos ainda visualizar as articulações estabelecidas por meio das dinâmicas e estratégias engendradas por entidades e agentes do movimento social como a Comissão de Bairros de Belém (CBB) que articulavam suas ações tendo como principal bandeira a reforma urbana.

Trataremos a categoria reforma urbana, de acordo com a definição formulada por Marcelo Lopes de Souza (2007, p. 112-3) ao indicar que “é uma reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social” e prossegue em sua obra *ABC do Desenvolvimento Urbano* “enquanto uma simples reforma urbanística costuma estar atrelada a um atendimento estreito do que seja o desenvolvimento urbano, pode-se dizer que [seu] *objetivo geral* é o de promover um desenvolvimento urbano autêntico, [...]” e “*Os objetivos específicos* são: 1) coibir a especulação imobiliária, a qual, atipicamente, corre desenfreada em cidades de países periféricos e semiperiféricos” completada pela “redu[ção] [d]o nível de disparidade sócio-econômico-espacial intra-urbana, assim reduzindo o nível de segregação residencial” para “democratizar o mais possível o planejamento e a gestão do espaço urbano” (grifos do autor).

A moradia, assim como toda produção social tem se modificado historicamente. No entanto, as alterações mais significativas e aceleradas ocorreram a partir da Revolução

² Para saber mais da história da Universidade Federal do Pará, consultar “Univer[s/c]idade”, publicação comemorativa em DVD dos 50 anos da instituição, organizada pela Prefeitura do Campus, elaborada e sistematizada pelo Prof. Dr. Edison da Silva Farias. Pará: Editora Universitária/Gráfica Universitária, 2007.

Industrial, que detonou em profundidade dois processos concomitantes: urbanização e modernização.³ A sua combinação moldou o *modus operandi* da classe trabalhadora, por serem diretamente responsáveis pelas condições da reprodução da sua força de trabalho, impactando no grau de exploração a que ela foi subordinada.⁴ Portanto, gradativamente a responsabilidade pela produção da moradia deixa de ser individual, para virar objeto de setores de um mercado crescente: o da habitação. Dai decorre que a produção da “habitação no capitalismo é uma mercadoria como qualquer outra. A produção privada de moradias para gente de todas as classes sociais é uma das mais importantes áreas de aplicação de capital” como nos assinala Paul Singer em sua apresentação da obra de Nabil Bonduki (1998).⁵

E no Brasil, em função do *capitalismo tardio*,⁶ “desde o princípio do século [XX], existem relatos de trabalhadores que promoviam e construam eles próprios suas moradias nos arredores da cidades, sobretudo na zona rural” como assinalou Rolnik (1981, *apud* BONDUKI, 1998) produzindo as chamadas áreas periféricas. Mas historicamente a moradia demorou a constituir-se como política de Estado, sua produção planejada, com vistas a atender setores populares, só passou a receber atenção por parte do poder público a partir da década de 1930.

Como resultado deste estágio inicial, em 1946, foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP)⁷ e para Bonduki (1998, p. 281) isto se deveu ao fato de que “em consequência da crise

³ A esse respeito, ver mais detidamente: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 109 seq.

⁴ Para mais detalhes, *cf.* ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. Escrito originalmente em alemão em 1845, relata a situação da classe trabalhadora na Inglaterra da segunda metade do século XIX. Descreve como viviam os operários, a miséria da grande maioria e a disposição das cidades inglesas quanto às classes sociais.

⁵ BONDUKI, Georges. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

⁶ Veja-se MELLO, João Manuel de. *O capitalismo tardio*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

⁷ Segundo Melo “a criação da Fundação da Casa Popular (FCP) se constituiu um desdobramento histórico e uma resposta do Estado à forte crise nacional de habitação, que atingiu sobretudo o antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro), à descoberta e politização da questão urbana expressa num discurso novo sobre as favelas e mocambos e ao processo institucional interno ao Ministério do Trabalho, que culminaria na unificação dos diversos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e, conseqüentemente, das suas carteiras prediais, abrindo então a possibilidade de uma política nacional de habitação”. Marcus André B. C. de Melo - *Política de habitação e populismo: o caso da fundação da casa popular*. Cf. www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/download/3105/2222. acesso em 18/05/2010.

habitacional, da desestruturação do mercado rentista e da incapacidade do Estado em financiar ou promover a produção de moradia em larga escala, consolidou-se uma série de expedientes de construção de casas à margem do mercado formal e do Estado” denominados por ele de “auto-emprego da moradia popular, baseado no trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução, tornando-se a forma mais comum de moradia dos setores populares”⁸.

Em 1940, a intervenção estatal influenciou fortemente “a grande expansão do auto-emprego, no marco das novas condições urbanas, econômicas, imobiliárias e da reprodução da força de trabalho” Bonduki (1998, p. 281) que foram impactados pela intensificação do êxodo rural, que seguiu padrões estabelecidos pela dinâmica capitalista mundial, onde o processo de adensamento populacional nas cidades realizou-se para permitir não só a proximidade e abundância da força de trabalho operária para os capitalistas, como também para promover a infraestrutura necessária às “condições gerais da produção”,⁹ como bem denominou Jean Lojkine.

A partir de 1964, com o golpe militar, foram criadas novas bases para o estabelecimento da economia, assentada no autoritarismo e em um modelo de desenvolvimento marcado pelo recrudescimento da desigualdade social, e conseqüentemente o aumento da marginalização de grandes contingentes de trabalhadores do mercado formal de trabalho, do sistema de proteção social e das ações governamentais com destaque para a

⁸ Sobre esse assunto, ver também: LEMOS, Carlos e SAMPAIO, Maria Ruth. *Habitação popular paulistana autoconstruída*. São Paulo: FAU-USP, 1978; MARICATO, Ermínia. “Auto-construção: a arquitetura possível” In: *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979; BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. *Periferias*. São Paulo: Prodeur-FAU-USP, 1979; KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; VALLADARES, Licia do Prado. (org). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. BONDUKI, Nabil. “Habitação e família: porque casa própria” In: KOWARICK, Lúcio. *Modo e condições de vida em São Paulo*. Relatório de pesquisa Cedec/Dieese. São Paulo: Mimeo, 1986.

⁹ Um conceito marxista resgatado por teóricos urbanos neo-marxistas (Lojkine, 1981/1997; Topalov, 1979), incluindo provisão pelo Estado do aparato legal que garanta as relações de propriedade privada e livre circulação de mercadorias (incluindo terra e força trabalho), serviços de transporte e comunicações, e a provisão da infraestrutura básica e serviços para o capital industrial e financeiro, assim como para a reprodução da força de trabalho.

questão habitacional.¹⁰ Esta idéia é reforçada pela argumentação de Ermínia Maricato (2006, p. 212-13) ao afirmar:

O Brasil, por exemplo, cresceu 7% ao ano de 1940 a 1970. Na década de 1980, cresceu 1,3%, e na década de 1990, 2,1%, segundo o IBGE. Ou seja, o crescimento econômico do país, nas duas últimas décadas do século XX, não conseguiu incorporar nem mesmo os ingressantes da População Economicamente Ativa (PEA) no mercado de trabalho, o que acarretou conseqüências dramáticas para a precarização do trabalho e, conseqüentemente, também para a crise urbana.¹¹

Torna-se evidente que a crescente migração de consideráveis contingentes populacionais, em busca de melhoria das suas condições de vida, somado a ausência de políticas públicas para garantir aos cidadãos o direito à cidade, gera e estimula a precarização da qualidade de vida nestes territórios, dada a carência de infra-estrutura, serviços e equipamentos públicos, resultando num processo de segregação socioespacial, onde, segundo Davis (2006, p. 39) “os pobres urbanos tem de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança”.

Além das funções básicas da moradia relacionadas ao abrigo, à segurança, à proteção e à privacidade, outras questões como a função social da terra para morar e não para especular, aliada à oferta de saneamento básico, coleta de lixo, sistema de esgoto, escolas e creches e transporte coletivo, constituem-se no grande sonho familiar e na esperança de realização cotidiana no espaço *intra e extrarresidencial*.¹²

¹⁰ Em 1964, a ditadura militar criou o SFH (Sistema Financeiro da Habitação), tendo como seu órgão central o BNH (Banco Nacional da Habitação), que leva o ritmo de construções no país ao seu apogeu nos anos 1980. Mas o cenário de instabilidade econômica e inflação em meados da década de 1980 irá desestruturar o BNH, que se vê inchado e falido, vítima da inadimplência e de fórmulas equivocadas de reajuste de contratos, que faziam com que o saldo devedor fosse impagável pelas parcelas contratadas. Assim, em 1986, o então presidente José Sarney extingue o BNH, mas não o SFH. As funções do BNH passam a vários agentes: Caixa Econômica Federal, Conselho Monetário Nacional, Banco Central, Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Durante sua existência, as políticas e os financiamentos para a habitação foram majoritariamente direcionados para construções que objetivavam atender as demandas das classes médias urbanas.

¹¹ Posfácio da obra *Planeta Favela*, de Mike Davis. São Paulo: Boitempo, 2006.

¹² LEFEBVRE, Henri *Apud* RODRIGUES, Edmilson Brito. *Aventura urbana: urbanização, Trabalho e Meio-ambiente em Belém* – Belém: Editora: 1996, p. 93-232 passim.

Neste contexto, de profunda segregação social, motivada pela lógica própria da política pública urbana capitalista (Lojkine, 1997), os trabalhadores são tratados como “entraves humanos” e suas condições de vida são agravadas segundo sublinha Davis (2006, p. 105), ao indicar que “a segregação urbana não é um *status quo* inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do *progresso*, do *embelezamento* e até da *justiça social para os pobres*”, para “redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros.”

O capitalismo para melhor se desenvolver transforma tudo em mercadoria. A terra passa então a ter valor de uso e valor de troca, que em nosso caso particular se alia às características essenciais da formação brasileira: conquista territorial; padrão dilapidador dos recursos; dependência econômica externa; concepção estatal geopolítica; Estado patrimonial (questão fundiária); sociedade excludente e tensão federativa.¹³

Ao considerarmos este quadro, podemos entender a dificuldade em por em pauta a regularização fundiária no Brasil, seja no campo ou na cidade, pois apesar de mudanças econômicas e sociais produzidas historicamente, ainda persistem os valores e concepções que deitam raízes em nossa herança colonial.

Ao estudar esta questão, o arquiteto Murillo Marx (1991, p.136) em “*Cidade no Brasil terra de quem?*” trata dessa situação e pontua

A formação, a conformação e a transformação de nossas cidades reflete também um certo tipo de apropriação do solo que se impôs logo de início, perdurou por mais de três séculos e se exauriu, ou foi substituído por outro, ao longo do século XIX. Da concessão das terras da Ordem de Cristo da Coroa, passou-se ao regime da compra e venda. Do grande concessionário do latifúndio ou do pequeno de chãos citadinos alcançou-se o humilde ou o soberbo proprietário. O surgimento da rede urbana e de cada um de seus elos dependeu do sistema sesmarial e, agora, de sua recente superação. O tecido

¹³ Vários autores em diversas áreas produziram acerca desta temática, elaborando conceitos e categorias, necessários à interpretação de nossa formação como: PÁDUA, José Antônio. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista. 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002; PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo. Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 23ª Edição – 1996 e VALVERDE, Orlando. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

urbano, não somente viário, mas antes parcelar, expressou a antiga e a nova maneira de domínio fundiário. O evoluir de cada centro nosso e de todos em conjunto exprime essa ruptura crucial.

Portanto, a evolução dos centros urbanos marcada em nosso país pela ruptura entre a antiga e a nova maneira de domínio fundiário fez-se de forma lenta e gradual e no caso de nossa região, tingiu-se de elementos ainda mais complexos, em vista da singular situação geográfica e política em relação ao restante da nação. Dentre as justificativas históricas apontadas como responsáveis pelo processo que nos colocou no dizer de Euclides da Cunha em uma posição *à margem da História*,¹⁴ podemos considerar as distâncias, a precariedade dos meios de comunicação e transporte internos, além principalmente da situação de afirmação do eixo decisório político-administrativo concentrar-se no centro-sul, sobretudo com a vinda da Coroa Portuguesa, a partir de 1808 para o Brasil.

TEORIZANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Ao pensarmos sobre o significado, o conteúdo, os vínculos e a importância social dos movimentos sociais urbanos na contemporaneidade nacional, alguns elementos se fazem

¹⁴ Para os leitores e analistas da obra de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, é importante destacar a “idéia de que a região e seus habitantes podem ser representados como um *anfiteatro* da história, da civilização, da nacionalidade, que se abrigava potencialmente no deserto, no sertão. No qual, no entanto, já podemos antever as ruínas, a destruição e a incompletude. O paraíso, que tanto deseja encontrar, já tinha sido corrompido, e por isso se encontrava, talvez, irremediavelmente perdido. Só partindo do binômio natureza e cultura é que se poderia delinear a forma que, para Euclides, toma a vida social na floresta, especificamente a vida no seringueiro. Nessa natureza, ainda incompleta e em expansão, o homem encontrou um poderoso adversário, e o embate com esse ambiente o aproxima do mundo animal, distanciando-o da civilização. Falta “à vestimenta das matas os recortes artísticos do trabalho.”(Cunha, 1994, p.53). A civilização está presente na floresta como moléculas, que aparecem repentinamente na vasta solidão selvagem: as cidades. Essas moléculas de civilização, já corrompidas, corroboram uma imagem fundamental que Euclides pincelou sobre a região: *terra sem história*. Nessa paisagem, o homem é um “intruso impertinente” e a natureza encontra-se em “opulenta desordem”, e incompleta. A imagem da incompletude se delinea com a descrição do rio que leva a terra para além mar, provoca desabamentos, constrói e destrói as ilhas. Página do Gênesis, terra em se fazendo. “Tal o rio, tal a história: revolta, desordenada, incompleta.” (Cunha, 1994, p.32). A história da Amazônia aparece como um perpétuo construir e destruir. Poderíamos concluir que Euclides oscila entre as maravilhas que a natureza proporciona, e o horror das sociedades que nela se estabelecem. Sob esse paradoxo, nada é harmonioso. O homem se animaliza, produz o horror por não conseguir produzir uma cultura que se imponha ao ambiente. Euclides vive num tempo em que a grandeza do homem consiste em domar a natureza. Nem por isso suas observações sobre a sociedade que se estabelecia na floresta perderam a atualidade.” Cf. GUILLEN, Isabel Cristina Martins em <http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz9.htm> acessado em 25/05/2010.

necessários. Começaremos então, pelo assinalado por Glória Gohn (2007, p. 225-6) em sua *Teorias dos movimentos sociais*, quando considera “o passado colonial-imperial, a subsequente república dos coronéis e depois os líderes populistas levaram ao desenvolvimento de uma cultura política na sociedade latino-americana em que se observa uma “naturalização” das relações sociais entre os cidadãos (ou não-cidadãos)” onde “o Estado, ou seja, a relação de dominação, expressa em termos de clientelismo e paternalismo passou a ser a norma geral, vista como natural pela própria população.” Constatamos então, que “este fato dificultará a criação de espaços livres, democráticos ou a consolidação e o aprofundamento de períodos de democratização. A presença dos militares, entrando e saindo do cenário político do jogo de poder, foi uma constante.”

Reconhecemos assim a validade capilar do processo cultural e histórico, que impacta profundamente a formação de nossa sociedade e desdobra-se agregando novos elementos à já constituída dinâmica capitalista ou por outro ângulo, podemos lê-la como a materialização possível da estrutura capital em nosso continente, iniciada por meio das Grandes Navegações, continuada pelo Colonialismo e a escravidão negra; mas que em nosso caso particular, realizou-se emoldurada pelos sistemas anteriormente estabelecidos num complexo processo de dominação-combinação das matrizes índia-luso-africana.¹⁵

Os elementos pontuados servem para esclarecer parte das motivações traduzidas “na apropriação do espaço urbano e a definição de modos de existência específicos. Ou seja, a segregação socioespacial.”, assinalada por Santos (2008, p. 119), produzindo a agudização dos conflitos urbanos, em decorrência do não atendimento da infraestrutura necessária ao bem estar dos cidadãos. Como a cidade na prática é apropriada de forma desigual pelos distintos grupos e segmentos sociais, essas reivindicações candentes passam a servir de combustível aos movimentos sociais que se formam e organizam para mudar esse estado de coisas (*status quo*), podendo ou não usar a força física ou a coerção.

Ao serem impelidos pela própria relação de dominação estabelecida, cobrando e exigindo do Estado ações concretas no sentido da resolução das suas demandas, tornam-se

¹⁵ Sobre estes pontos de vistas, consultar: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. – 26ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995; PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2006 e RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. - 11ª Edição - São Paulo: Companhia das Letras, - 1995.

potencialmente contrários, e a depender da sua extensão e dos seus objetivos definidos, desestruturadores da ordem estabelecida, mas orientado por um viés crítico, admitimos concordando com Lojkin (1997, p. 322), que “o verdadeiro limite que pode causar problema no urbano é mesmo o seu conteúdo ideológico e político, em relação ao problema do poder de Estado.”

Seguimos o raciocínio de Lojkin em sua obra *O Estado capitalista e a questão urbana*, onde a análise ampara-se na rejeição de dois limites comumente utilizados na análise dos MSU's, quanto as suas condicionantes e limitações estruturais e ideológicas que lhe são impostas. Então, Lojkin (1997, p. 323) interroga “como permitir a um movimento social – que surgiu do questionamento do modo de produção de uma cidade” constituir capacidade objetiva de *por em cheque* “a reprodução global da formação social, se o horizonte ideológico-político do movimento “urbano” for acantonado no nível fenomenal das relações sociais vividas como “relações de estratificação social” no âmbito do mero antagonismo de classes?”.

Isto sugere uma simplificação do estudo e prossegue atacando o “segundo limite” no que tange ao papel e a função do Estado visto como mero “instrumento de controle e de integração social.”, o que acarreta na definição do movimento social “por sua exterioridade ao poder do Estado”, implicando na idéia de que “seu grau de pureza” é “consistido na sua capacidade de emergir fora da cena política e das organizações partidárias.”, assinala Lojkin (1997, p. 323). Este debate alimentou e permanece alimentando com menas motivação, as discussões acerca da real possibilidade de autonomia dos movimentos sociais frente ao Estado, opondo-se ao seu atrelamento e conseqüente institucionalização.

Dentre os teóricos brasileiros, que se formularam sobre este assunto, tomaremos as impressões das sociólogas Ruth Cardoso¹⁶ e Glória Gohn¹⁷. A primeira num artigo intitulado

¹⁶ Para esta discussão, analisaremos CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. “A trajetória dos movimentos sociais.” in: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹⁷ A socióloga Maria da Glória Gohn, vem se destacando no Brasil, já há alguns anos, pela produção teórica acerca de temas como a relação entre Estado, Movimentos Sociais e políticas públicas, com diversas publicações: *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez Editora, 6ª edição, 2002; *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2002 (com o qual trabalharemos); *História dos Movimentos e Lutas Sociais*. São Paulo: Loyola, 2001; *Mídia, Terceiro Setor e MST*. Petrópolis: Vozes, 2000; e *Sem Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000. Ela acaba de publicar o livro organizado por ela, *Movimentos Sociais no Início do Século XXI. Antigos e novos autores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

A trajetória dos movimentos sociais, anuncia que as interpretações produzidas pelos estudiosos do assunto nas décadas de 1970 e 80, implicaram no modo como os movimentos sociais foram tratados enquanto objeto de pesquisa e desdobraram na maneira como os pesquisadores relacionaram-se com os MS dentro da comunidade universitária. Classificou esses esquemas interpretativos em duas fases, denominando a primeira de “a emergência heróica do movimento”, ocorrida na década de 1970, indo até o início de 1980; já a segunda fase, durante os anos 80, é identificada pela crescente institucionalização, diretamente associada à idéia de refluxo dos movimentos sociais.

A autora procura desmistificar o termo em questão, percebendo-o de forma não pejorativa, visto que sua ocorrência se deve a um contexto político diferente do anterior, tornando a atuação dos MS distinta. Para Cardoso (1994, p. 83), “cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos,¹⁸ por um lado, e entre os movimentos e a agências públicas em geral por outro.” e completa discordando da idéia de cooptação, comumente utilizada e às vezes até servindo de sinônimo para institucionalização: “Eu não gosto de falar “Estado”, porque não houve tal relação e, inclusive, porque esse processo era muito parcial, Acontecia na saúde, mas não acontecia na educação, um processo extremamente fragmentado.”.

Ao passo que, para Gohn (2007, p. 243-244), autora de diversos estudos e obras que discutem os MS, seus conceitos, definições e características, o esforço usado para compreensão deste fenômeno social e suas diferentes interpretações na América Latina baseia-se em três fatores principais: “primeiro: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, segundo: mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores e terceiro: mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais”. Disto então, resulta “que um conjunto díspar de fenômenos sociais tem sido designado como movimentos sociais.”, prossegue pontuando seu entendimento, onde os “movimentos se constituem justamente na contracorrente das relações de dominação-subordinação e, fundamentalmente, porque elas não são os elementos

¹⁸ Na leitura de Fernandes (1991, p. 39): “Todo partido contém as limitações e as grandezas da sociedade em que emerge e das classes que representa. Ele reproduz e supera carências históricas e políticas,mas em algum ponto sofre as determinações estruturais, dinâmicas e históricas das contradições que provocam o seu nascimento e crescimento.” FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento: contribuições ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Autores Associados, 1991. – (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 43).

mais importantes para explicar ou definir um movimento social.”. Mas isto também pode ser complementado pela asserção que se segue, construída a partir da análise de diversas categorias:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem em suas ações. Eles tem como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (GOHN, 2007, p. 251-2)

Com relação à atuação dos movimentos sociais urbanos na sociedade brasileira¹⁹, Gohn concorda com Cardoso, que a produção teórico-acadêmica sobre os MS viveu dois momentos, fortemente influenciados pela conjuntura nacional, a saber, as décadas de 1970 e 80, por isso assinala (*ibid, ibidem*, p. 282) que “embora tenham ocorrido alguns equívocos nas análises, dadas pelas próprias contradições que traziam em seu interior, no plano da ação concreta”, estas análises “contribuíram para subsidiar um projeto de mudança social em que os movimentos sociais populares urbanos tinham papel de destaque. Eles eram vistos como fontes de poder social.”.

¹⁹ Ainda segundo GOHN, o tema dos MSU no Brasil, conta com significativa produção teórica veja-se: Jacobi (1980 e 1989), Torres Ribeiro e Machado da Silva (1984), Cardoso (1983,1994), Kowarick (1987), dentre outros mais específicos.

Mas nos anos 80, as análises saltaram da “fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença.” inflada entre outros aspectos pelas “alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação” somando-se ao “consenso, generalização, e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social” além do crescente “associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, os quais cresceram muito absorvendo grande parte da parcela dos desempregos do setor produtivo privado” e ainda “o surgimento de grandes centrais sindicais; o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor da moradia” como veremos adiante com a criação das quatro entidades gerais e “fundamentalmente, o surgimento e o crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs – Organizações Não-Governamentais.”, conforme indica Gohn (2007, p. 285-6).

Algumas indagações levantadas por Glória Gohn (2007, p. 293-294) são interessantes e a nosso ver, permanecem em parte sem respostas. Ela parte da idéia de que as análises do MS na América Latina estiveram baseadas em modelos pré-estabelecidos exogenamente, principalmente franco-espanhol representados pela forte influência de Manuel Castells e Jean Lojkin; que mesmo sendo muito importantes, terminaram por gerar “a transposição um tanto mecânica das categorias de análise construídas no exterior” o que “embaçou o olhar sobre nossa realidade.”, por contribuir para manter desconhecida nossas especificidades. Tanto que “a participação das mulheres nos movimentos populares, tanto urbanos como rurais, é um tema ainda pouco estudado”. Mesmo reconhecendo que “o homem e sua forma de pensar são realidades universais, sua forma de viver e representar o vivido tem características locais, regionais e nacionais peculiares.”.

Posto isto, direcionamos nosso enfoque da categoria Movimentos Sociais Urbanos (MSU), que exerce centralidade em todo corpo da análise e aqui trataremos de acordo com a formulação de Regina Bega dos Santos (2008, p.11):

Atuam sobre uma problemática urbana relacionada com o uso do solo, com a apropriação e a distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos. Portanto, os movimentos pela moradia, pela implantação ou pela melhoria dos serviços públicos, como transporte público de qualidade, são exemplos

de movimentos reivindicatórios urbanos relacionados ao direito à cidade e ao exercício da cidadania.

Para os MSU's, o direito à cidade e ao exercício da cidadania deve aplicar-se amalgamado à compreensão da “forma que a cidade adquire” que não deve ser percebida apenas por “aspectos estruturais, ou tão só relacionada à forma como se insere no processo de desenvolvimento global” visto que “o arranjo é feito sobre uma forma pré-existente” onde “as formas espaciais herdadas do passado influenciam as configurações espaciais do presente, atuando na dinâmica de transformação das sociedades. Funcionam como determinações histórico-geográficas.” Mas isto não implica considerar que “o caminho a ser percorrido esteja previamente definido. O que ocorre é que as ações são realizadas sobre essas condições, ou ocorrem de acordo com essas circunstâncias e o resultado depende da união entre condições e ações.” E Santos (2008, p. 123-4) prossegue “as formas espaciais vão se delineando conforme evoluem as contradições da sociedade e como politicamente estas são resolvidas, dependendo do grau de organização e da força política de cada classe, ou de cada grupo participante do processo.”. Essa apreensão do sentido e dos significados da luta e da correlação de forças²⁰ no espaço intra-urbano deve orientar as ações mais oportunas objetivando qualificar a intervenção dos movimentos sociais.

O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 no Brasil marcaram a retomada e a unificação dos movimentos sociais - sindical e estudantil e, posteriormente, o popular-comunitário²¹, que faziam oposição ao regime militar, além da fundação do Partido dos Trabalhadores – PT²². Tendo como vértice a redemocratização do país e a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, as lutas foram fortalecidas.

²⁰ Partimos como Antônio Gramsci, do pressuposto de que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos sociais atuantes em determinado contexto histórico. O regime de hegemonia comporta, assim, espaços de lutas e deslocamentos em seu próprio interior, notadamente os que se expressam nos campos cultural e comunicacional. Nessa perspectiva, avalia-se que as relações de poder estão atravessadas por contradições que, em maior ou menor grau, entreabrem possibilidades de reversão das formas de domínio material e imaterial.

²¹ Como por exemplo, o movimento de favelas, dos cortiços, dos loteamentos clandestinos populares, na década de 1970; acrescidos às lutas por ocupações urbanas, pela construção de moradias via mutirões, pelos movimentos contra os aumentos nas prestações do antigo Banco Nacional de Habitação (BNH), por parte dos seus mutuários; das lutas das famílias residentes nos conjuntos habitacionais contra a precariedade dos mesmos; movimentos de inquilinos pertencentes às camadas médias na década de 1980; até as lutas dos moradores que vivem nas ruas nos anos de 1990 e início do século XXI.

²² Fundado em 10 de fevereiro de 1980. Constava em seu Manifesto o item “Nascendo das lutas sociais” onde afirmava “O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (1998, p. 65) e no item

Os movimentos sociais protagonizaram ensaios, alguns deles êxitos que propunham uma ruptura com a tradicional relação subordinada e tutelada dos mesmos em relação ao Estado buscando a partir de um duplo processo: o reconhecimento e afirmação dos direitos, entendidos como faculdades políticas, sociais e econômicas que pertencem aos indivíduos, cabendo ao Estado garanti-los e não cedê-los como benesses ou dádivas (o “direito a ter direitos”) e o fortalecimento político-organizativo do próprio movimento, via democracia interna, com ampla mobilização e participação social (PINTO, 1998).

Este cenário contribuiu para o desenvolvimento de um campo de forças sociais, onde *novos personagens entraram em cena*²³ como movimentos sociais urbanos na luta pela Reforma Urbana. Durante as décadas de 1980-90, foram criadas entidades gerais na perspectiva de articulação e representação desses movimentos como: a Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM em 1982²⁴, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM em 1983²⁵, a União Nacional por Moradia Popular -UNMP em 1989²⁶ e a Central de Movimentos Populares - CMP em 1993²⁷.

IV do seu Plano de Ação, Por Melhores condições de vida, reivindicava “uma política habitacional que assegure moradia digna a todos os trabalhadores e sob o controle dos trabalhadores.” (1998, p. 72). Estas informações constam da publicação Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores. Org. Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo. Projeto Memória – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

²³ Esta expressão livremente cunhada por SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, é muito significativa. Nesta obra o autor trata de analisar as influências produzidas pela Igreja católica, por meio das CEB's, dos agrupamentos políticos e das organizações comunitárias para formação de um caldo de cultura que conduziu as ações políticas dos novos atores sociais, os trabalhadores da Grande São Paulo, através de sindicatos e outras formas de organização, características desse período.

²⁴ Fundada em 17 de Janeiro de 1982, tem como papel principal organizar as federações estaduais, uniões municipais e associações comunitárias, entidades de bairro e similares. Atualmente atua em 23 Estados e no Distrito Federal. Informações coletadas no site www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=2059, consultado em 18/04/2009.

²⁵ Este Movimento constituiu-se fazendo parte das lutas da Constituinte e hoje se encontra presente em 23 Estados. Como não encontramos dados na net, estas informações foram transmitidas pelo conselheiro estadual das Cidades e coordenador do MNLM, Miguel Lobato em 22 de maio de 2009.

²⁶ Iniciou sua articulação em 1989 e consolidou-se a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil (Lei 11.124/05). Atua como uma rede de movimentos organizados a partir de entidades regionais existentes, tendo como programa central o projeto autogestionário de mutirões para a construção da casa própria. Participou das principais ações de maior repercussão nacional como as “Caravanas para Brasília”, que se constituíram em estratégias de pressão sobre o parlamento para a aprovação do Estatuto da Cidade e da definição da fonte de recursos orçamentários destinados à execução das políticas públicas previstas no Estatuto. Informações coletadas no site www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=2056, consultado em 18/04/2009.

Ressaltamos que estas quatro organizações compõem o Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU, que lançou em abril de 2007, uma carta aberta onde apontava os dez itens, que ao serem cumpridos pelo Estado, nas suas três esferas, garantirão um Brasil para todos e todas.²⁸

O principal papel cumprido pelo FNRU, que surgiu antes e se fortaleceu durante e após todo esse processo, diz respeito ao estabelecimento de um novo patamar para estas reivindicações, visto que as bandeiras localizadas e as reivindicações parciais foram substituídas por um ideário onde o direito à cidade inclui não só direito aos serviços urbanos, mas também o direito à participação na gestão da coisa pública²⁹. Este novo patamar criou as condições onde de acordo com Santos (2008, p. 136) “os movimentos por moradia permitem uma nova representação do urbano para os moradores espoliados, aumentando sua representatividade política e sua visibilidade”.

As quatro entidades do movimento popular (CONAN, MNLM, UNLM e CMP) concentraram seus arsenais na discussão da função social da propriedade urbana³⁰ e da gestão democrática das cidades. Estes movimentos contrapunham-se à dinâmica do capital ao privilegiar o acesso e os usos da terra urbana pelas frações das classes sociais de maior poder aquisitivo, que via de regra se expressam nos grandes e médios empreendimentos imobiliários, no controle cartorial, nas políticas públicas de (re)ordenamento sócio-espacial, na produção e destinação do espaço público citadino, modelados segundo interesses de classe,

²⁷ Sua trajetória inicia-se em 1980 com a constituição da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), que dissolve-se no final da década de 1980 em seu 8º Congresso, dando lugar à Comissão pró-Central de Movimentos Populares, que finalmente é fundada em 1993. Atualmente atua em 15 Estados e os movimentos que representa são variados: ONG's de mulheres, movimento negro, moradia e comunitários, culturais, rádios comunitárias, indígenas e ecológicos. Informações colhidas no site www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=2057, consultado em 18/04/2009.

²⁸ A Carta Aberta do Fórum Nacional de Reforma Urbana encontra-se disponível no site www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=1437.

²⁹ Fruto destes processos, os resultados eleitorais, em 1989, deram a vitória à Luiza Erundina, capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores, na eleição para a Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo como uma de suas principais propostas de governo a implementação dos princípios da Reforma Urbana, como os da função social da propriedade e da gestão democrática da cidade.

³⁰ A função social estabelece que mesmo sendo particular uma propriedade deve estar a serviço da coletividade. Uma propriedade não pode prejudicar outras pessoas. Nem ficar abandonada esperando valorização, para fins de especulação imobiliária. Pois o direito de morar é de interesse da coletividade, ou seja, é de interesse social. O direito de propriedade é de interesse particular. Dados retirados da cartilha *Posse Urbana*, produzida pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, s/d, objetivava contribuir para a discussão jurídica do problema da moradia nos estados do Maranhão e Pará, se constituindo em subsídio para as ações de associações, uniões de moradores e centros comunitários.

que via de regra geram de acordo com Souza (2007, p. 84) “A segregação [que] deriva de desigualdades, e ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades, ao condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerâncias e conflitos.”

Assim, os grupos sociais engajados nestas lutas procuraram afirmar-se como uma unidade portadora de legítimos direitos econômicos, sociais, humanos, culturais e ambientais, erigindo-se à condição de se constituírem como “poder popular” ao qual o Estado deveria estar submetido (PINTO, 1998). Nesse bojo, segundo Eder Roberto da Silva e Ricardo Siloto da Silva, (2005, p. 151-2) “em meados dos anos 80 com o Movimento Nacional de Reforma Urbana, que surgiu nos debates da Assembléia Nacional Constituinte, havia uma demanda reivindicatória, fundamentada pela abordagem técnica e conceitual sobre a função social da cidade.”, e completam:

O movimento, na condição de demandário de uma nova proposição política sobre a cidade, agiu como efeito catalisador de dois fatores determinantes presentes nesse processo: a proposição técnica herdada de outros tempos e a força dos movimentos [objetivando] politizar a questão urbana pela denúncia e pela crítica da desigualdade espacial a partir da negação da não-cidade, da cidade-paralela, clandestina ou espoliada [apud Kovarick, 1979].” [Neste sentido, é que] está presente a crença do movimento ao pretender a possibilidade de transformação da realidade denunciada. Desse modo, acredita-se que é possível existir um outro tipo de relação social na cidade em que a condição de igualdade prevaleça.

Por meio da atuação do FNURU neste período foram acumulados técnicas, conhecimentos e saberes, como também foram desenvolvidas experiências concretas, algumas delas êxitosas, em torno de soluções desenvolvidas pelo poder público a partir das demandas expressas pela sociedade civil,³¹ que, segundo Genro e Souza (1997, p. 116-7), busca

³¹ Norberto Bobbio em sua obra: Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, assinala que Marx, ao tentar desenvolver os conceitos hegelianos considera “sociedade civil, o conjunto das relações econômicas constitutivas da base material” e para Gramsci refere-se a esfera na qual agem os aparatos ideológicos que buscam exercer a hegemonia e, através da hegemonia, obter o consenso. Não que Gramsci abandone a dicotomia base/superestrutura para substituí-la pela dicotomia sociedade civil/Estado. Na verdade ele agrega a segunda à primeira e torna assim o seu esquema conceitual mais complexo. Para representar a contraposição entre momento estrutural e super-estrutural, serve-se habitualmente destas duplas: momento econômico/momento ético-político, necessidade/liberdade, objetividade/subjetividade. Para representar a contraposição sociedade civil/Estado, serve-se de outras duplas: consenso/força, persuasão/coerção, moral/política, hegemonia/ditadura, direção/domínio. Gramsci, inconscientemente, recupera o significado jusnaturalista de sociedade civil como sociedade fundada sobre o consenso. Porém, com esta diferença: no pensamento jusnaturalista, para o qual a legitimidade do poder político depende de estar ele fundado sobre o contrato social, a sociedade de consenso por excelência é o Estado, enquanto no pensamento gramsciano a sociedade do consenso é apenas aquela destinada a surgir da extinção do Estado.” (p. 40-1)

Conquistar e manter espaços autônomos de ação, onde ações e planejamentos alternativos possam florescer – às vezes a despeito do Estado, nos interstícios do sistema; às vezes contra o Estado, resistindo: às vezes, em circunstâncias favoráveis, com o Estado, mas sempre mantendo uma vigilância crítica.

A partir deste ponto de vista, reconhecemos a importância do papel da renda fundiária no planejamento urbano. Para Lojkine, ela está diretamente ligada de um lado, às estratégias de implantação das firmas e de outro, assumindo papel negativo, aos proprietários urbanos, considerados por ele como o elemento negativo. Apoiando-se nas conclusões de Marx em *O Capital*, que aponta duas funções para o valor de uso do solo como: instrumento de produção ou de consumo, Lojkine (1997, p. 186) avança indicando a existência de um terceiro valor de uso do solo, que chama de “capacidade de aglomerar, logo de combinar socialmente meios de produção e meios de reprodução de uma formação social.”

Entre os possíveis mecanismos de freio à ação de acumulação e valorização interminável dos lotes urbanos, pensados pelo FNRU e transformados em objetivos específicos da Reforma Urbana, podemos destacar: o combate à especulação imobiliária, característica em cidades de países periféricos e semiperiféricos; a redução do nível de disparidades sócio-econômico-espacial intra-urbano, buscando reduzir o nível de segregação residencial e a democratização plena do planejamento e da gestão do espaço urbano. É importante ressaltar que os mesmos só poderão ser alcançados a partir da efetivação de vários instrumentos de planejamento e de gestão, dentre eles, os Planos Diretores municipais e o IPTU progressivo no tempo. (SOUZA, 2007)

Dentre as iniciativas encabeçadas pelas entidades gerais do movimento popular representadas no FNRU, uma diz respeito a elaboração, mobilização e articulação para apresentação do Projeto do Fundo Nacional de Moradia Popular na Câmara dos Deputados, em novembro de 1991.³²

³² Diante do descaso governamental em nível federal, em relação à moradia, que naquele ano, tinha um déficit estimado em 15 milhões de unidades habitacionais, os movimentos sociais iniciaram uma mobilização em janeiro de 1991, que chegou a recolher cerca de 830 mil assinaturas, em favor da criação do Fundo Nacional de Moradia, tratando-se do 1º Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que deu entrada na Câmara dos Deputados com o número 2710/92. Dados extraídos da Cartilha “Conheça o FUNDO”, uma publicação do Comitê Nacional Pró Fundo de Moradia Popular com apoio da FASE, São Paulo, 1992.

No início de dezembro de 1999 realizou-se em Brasília, nas instalações do Congresso Nacional, a 1ª Conferência Nacional das Cidades que elaborou um documento denominado “Carta das Cidades”. Neste documento observamos que as formas colegiadas e participativas da população são reivindicadas como plataformas de uma ampla gama de movimentos e organizações de lutas sobre as questões urbanas. Destacamos nesta Carta o Tópico X, que aponta a importância da

Democratização do planejamento e da gestão das cidades, com ênfase nos mecanismos que garantam o interesse público, o acesso à informação e o controle social sobre os processos decisórios das políticas e dos recursos públicos, nos vários níveis, assegurando a participação popular em geral, mediante a realização de orçamentos participativos, entre outros instrumentos e, em âmbito nacional, a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, com efetiva participação da sociedade.³³

O desenrolar dessas ações e lutas dos movimentos sociais pela reforma urbana foi em parte contemplada pela criação em 1º de janeiro de 2003 do Ministério das Cidades, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nascido sob o prisma do combate as desigualdades sociais, procurando transformar as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte, tem como tarefa cuidar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito.³⁴

A este hercúleo esforço no campo institucional, soma-se a constituição do marco legal do Projeto do Fundo Nacional de Moradia Popular, consolidado através da Lei nº 11.124 de 16/06/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FHNIS e institui o Conselho Gestor do FHNIS.³⁵

³³ Cf. site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. acessado em 14/11/2008.

³⁴ O Ministério das Cidades efetua suas ações (obras e serviços) através da Caixa Econômica Federal, operadora dos recursos, de forma articulada com os estados e municípios, além dos movimentos sociais, organizações não governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade. Cf site <http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades> acessado em 31/05/2010.

³⁵ Publicada no DOU Seção 1, de 17.06.2005, p. 01 e regulamentada pelo Decreto nº 5.796, de 6/06/2006.

O quadro atualizado da habitação, segundo dados oficiais, indica que entre 2000 e 2005, o déficit habitacional aumentou de 6,6 milhões de moradias para 7,9 milhões. Desse déficit, 91,6% das famílias ganham até cinco salários mínimos. Para combater o problema, seriam necessários investimentos de R\$ 160 bilhões.³⁶

De acordo com este estudo, a falta de moradias assume maior dimensão na região Sudeste, especialmente em São Paulo. No entanto, em termos relativos (comparado ao número total de domicílios), a situação é grave no Amazonas, Maranhão e Pará, ao contrário de Paraná, Santa Catarina e Goiás, com os melhores indicadores. O déficit tem se ampliado nas faixas de renda de até 2 salários mínimos com ausência de infra-estrutura urbana (água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica) e saneamento ambiental que envolve 10,2 milhões de moradias, ou seja, 32,1% do total dos domicílios urbanos. Em relação a questão fundiária, a coisa se complica ainda mais, pois cerca de 2,2 milhões das casas e cômodos urbanos, encontram-se em situação de inadequação fundiária, o que representa 5,8% do total, percentual que se eleva para 6,7% no total das regiões metropolitanas.

Portanto, a tarefa de transformar a realidade resultante dessa herança, assegurando o direito à cidade - garantindo que cada moradia receba água tratada, coleta de esgoto e de lixo, que cada habitação tenha em seus arredores escolas, comércio, praças e acesso ao transporte público - é muito maior do que a capacidade que tem isoladamente cada uma das esferas de governo. O agravante dá-se pela ausência de uma política fundiária³⁷ adequada que termina por submeter parcelas significativas da população pobre às áreas mais distantes do centro, impedindo ou limitando seu acesso às benesses estruturais. Todo esse quadro gera e aprofunda a especulação imobiliária, ocasionada também pela combinação da falta: de planejamento urbano, de uma gestão do solo e da regulação urbanística, estando historicamente voltados para contemplar o mercado das classes médias e altas através dos interesses dos setores da construção civil e imobiliária, principais empreendedores e agentes do espaço urbano.

³⁶ As estatísticas fazem parte do livro *Déficit Habitacional no Brasil 2005*, elaborado pela Fundação João Pinheiro em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades.

³⁷ Política que regula a forma de distribuição da propriedade da terra, rural ou urbana. A política fundiária de um país deve disciplinar a posse da terra e seu uso adequado, visando e promovendo o acesso à terra de acordo com o critério de função social da propriedade.

CAMINHOS E CRITÉRIOS DA PESQUISA

Por meio do mergulho nos fragmentos e nas reminiscências “volta-se no tempo”, para tecer os atos e cenas deste teatro humano, com o propósito de compreender e esclarecer aspectos sócio-econômicos, ambientais e, sobretudo, culturais encenados nesta trama que envolve diferentes atores sociais em um lócus - bairro da Terra Firme, Bacia do Tucunduba - enriquecido de histórias, experiências, vivências, lutas e sonhos produzidos e compartilhados principalmente pelos tantos Joãos, Raimundos, Nonatos, Josés e pelas muitas Marias, Franciscas, Fátimas e Reginas.

A metodologia utilizada procura combinar atos e memórias do tempo presente e do tempo pretérito, numa combinação passado-presente, tendo consciência de que “o passado é outro país. Lá eles fazem as coisas de modo diferente” segundo Hobsbawm (1998, p. 248). Pretendemos produzir uma síntese das lutas e organizações coletivas dos moradores do bairro da Terra Firme, alimentada pelos processos de resistência, negociação, reivindicação e proposição.

Entendemos que essas ações são partes constituinte da história do bairro, desejamos verificar se todo este processo produziu um legado, e se produziu como ele se manifesta? Quais das mudanças ocorridas no bairro podem ser consideradas como resultantes deste possível legado?

Também investigaremos em que medida os embates, resistências e negociações vivenciadas pelas lideranças comunitárias produziram um amalgama constituindo uma identidade coletiva entre esses sujeitos. E como esta particularidade, alicerçada na convivência e nos objetivos comuns tecidos a partir de suas experiências³⁸ na luta pela

³⁸ Acerca deste conceito é oportuno considerar alguns dos enunciados de Thompson, a começar pela sua escolha incondicional em registrar os modos de ser, viver, atuar e sentir das classes proletárias em momentos e conjunturas históricas distintas, atentando para as sincronias estabelecidas, sem perder de vista os elementos culturais, e muito particularmente os costumes, hábitos e usos, tradições constituídas por estas classes ou suas distintas frações. Esta construção costumeira se expressa fortemente na idéia de *experiência*, tomada e analisada com enorme fôlego por este inglês, que defende arduamente a idéia de um olhar e uma atenção privilegiada para aspectos que até então passaram despercebidos ou não foram considerados por historiadores, sobretudo os marxistas, preocupados e ocupados em entender e descrever vastas estruturas sociais complexas, perdendo de vista dimensões, escalonamentos, perspectivas mais particulares – que neste caso, não se referem ao indivíduo – mas a grupos e coletivos localizados. Desta perspectiva também decorre a importância do lugar onde se desenrola a trama. E é exatamente o casamento intrínseco desta dimensão espaço-tempo, que consideramos mais aproveitável para as conexões que pretendemos efetivar neste trabalho, considerando a experiência não somente como um vago conceito, mas uma referência para orientar o desenvolvimento da análise do objeto de pesquisa:

ocupação e garantia do lote lhes forneceu elementos imprescindíveis para o reconhecimento, adaptação e utilização de estratégias para garantir a permanência no lugar.

Segundo Abelém (1988) e Paracampo (1992), nas décadas de 1970-90, presenciamos em nossa capital, projetos de habitação combinados a melhoramento urbanístico-ambiental, elaborados e executados por urbanistas, planejadores sociais e *tecno-burocratas* estatais, seguindo uma lógica autoritária e excludente – herança do planejamento militarista, acentuada pelos ataques dos setores capitalistas do imobiliário, cartorário e da construção civil. Exemplos bem explícitos disto podem ser vistos no Projeto de *Macrodrenagem do Una* (conjunto *Providência e Paraíso dos Pássaros*), que promoveram remoções³⁹ desalojando famílias, ceifando-as de seu convívio de anos com vizinhos, parentes e agregados, por terem que se enquadrar em uma nova tipologia residencial e um novo lugar para morar. Estas profundas mudanças estéticas, paisagísticas e culturais, ocorreram sem considerar os grupos humanos que seriam afetados diretamente, ignorando seus saberes, suas apreensões, suas relações simbólicas e materiais com o lugar onde viviam e produziam.

Na contramão do modelo acima mencionado, tivemos como exemplo o Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce Pantanal - PDL-RDP, elaborado para ser executado em três etapas objetivando solucionar a demanda histórica do saneamento na bacia do Tucunduba, nas gestões do prefeito Edmilson Rodrigues (1997-2004), que por meio de assembléias, reuniões e audiências públicas utilizadas para sondagem, coleta de dados e proposições procurou incorporar e contemplar as percepções e os desejos expressos pelos

os atores e o movimento social urbano de luta pela moradia no bairro da Terra Firme na Bacia Hidrográfica do Igarapé do Tucunduba; procurando por mudanças e transformações ao longo do tempo, que torna significativos os conflitos em que homens e mulheres socialmente diferentes estiveram envolvidos — um olhar capaz de fazer com que os valores, as escolhas e as ações dos dominados ganhem de fato um lugar na interpretação histórica. Outro campo fundamental diz respeito à metodologia empregada, o amplo uso de materiais produzidos pelas classes proletárias. *Vide THOMPSON, Edward. A formação da classe operária inglesa, v. III. A força dos trabalhadores.*

³⁹ O estudo de Abelém apontou que o Programa de Recuperação das Baixadas de Belém (PRB) iniciado com estudos técnicos em 1976 e colocado efetivamente em prática a partir de 1978 previa inicialmente “que a população seria apenas remanejada para outro local próximo e após o saneamento voltaria a área de origem, que serviria igualmente para transferência de famílias de outras áreas alagadas quando estas fossem também saneadas.” (p. 51). Essa orientação foi utilizada como justificava para as chamadas *remoções* que se constituíam numa ação organizada pelo poder público municipal (CODEM) de transferência de grupos de quarenta famílias da área onde residiam para a “Vila de Transição – conjunto de quatro barracões com dez casas cada, com banheiro particular e uma bica para cada casa – onde deveriam aguardar a construção das casas definitivas” (p. 59). Em decorrência do não cumprimento dos prazos e valores de indenizações previstas no Programa, muitos conflitos se geraram e “possivelmente, tal como aconteceu nas remoções de favelas no Rio de Janeiro, saíram da área por se sentirem ameaçadas de expulsão e não sabendo de detalhes preferiram a liberdade de escolher o que fazer, enquanto que outras passaram a morar na área para terem oportunidade de conseguir casa própria”, (p. 60).

moradores e lideranças comunitárias, delegados e conselheiros do Orçamento Participativo - OP⁴⁰ e do Congresso da Cidade - CC.⁴¹

Segundo informações da *Cartilha Moradores do Riacho Doce e Pantanal*,⁴² em 1998 foi instalado o Conselho Comunitário de Controle Popular - CCPP, com a incumbência de fiscalizar as obras de macrodrenagem do Igarapé Tucunduba, acompanhada em fevereiro de 2001 da instalação do processo de elaboração do PDL/RDP. Já em abril de 2003 foi formado o Comitê Ambiental do Tucunduba e em agosto deste mesmo ano, 4 conselheiros do Conselho de Fiscalização do Plano foram ao Supremo Tribunal Federal em Brasília, para acompanhar o julgamento da ação judicial pelo aforamento do terreno destinado a construção das habitações.

Desde 2009, o Governo Estadual, por meio de secretarias e órgãos como a Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB, Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Urbanismo - SEDURB e Instituto de Terras do Pará - ITERPA, soma esforços com a Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará -SPU/PA e a Comissão de Regularização Fundiária da UFPA⁴³ para identificar, mapear, legalizar e regularizar os terrenos, alguns deles ocupados antes mesmo da criação da UFPA, através da Lei nº 3.191 de 02 de julho de 1957,⁴⁴ tendo seu patrimônio de terras constituído através do Decreto Nº

⁴⁰ Iniciado em Porto Alegre na gestão (1989-1993) do prefeito Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores, servindo de referência para a maioria das experiências petistas posteriores, como foi o caso de Belém, no período de 1997-2000.

⁴¹ Instância consultiva e deliberativa de Gestão e Planejamento da cidade, conduzida majoritariamente pela representação da sociedade civil organizada e pelo Governo Municipal, apresentando características diferenciadas em relação ao OP, por garantir a organização por segmentos, grupos e identidades religiosas, étnicas, sócio-econômicas e culturais.

⁴² Produzida pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), sediado na UFAM em parceria com a UNAMAZ e coordenado pelo prof. Drº Alfredo Berno de Almeida. Sendo que no Pará, suas atividades são desenvolvidas pelo Instituto Amazônico de Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA), com mais de 20 fascículos publicados, apresentando uma configuração socioespacial baseada nas ações dos sujeitos e coletivos sociais historicamente negados e segregados.

⁴³ Comissão constituída através da portaria nº 1830/2006, de 05 de junho de 2006, composta pelos seguintes membros: Maria Marlene Alvino Teixeira – Presidente, Engenheiro Marcus Vinicius Menezes Neto – Prefeito do Campus, Professor André Montenegro Duarte – CT, Arquiteta Ana Beatriz Galende – PCU e Engenheiro Vicente Pamplona Martins – PROGEP; tendo por finalidade levantar, elaborar, sistematizar, executar todos os procedimentos e documentos necessários à regularização fundiária dos lotes urbanos ocupados nas áreas pertencentes à União e cedidos para uso social.

⁴⁴ A Universidade do Pará foi criada pela Lei n. 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira após cinco anos de tramitação legislativa. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

53.934 de 27 de maio de 1964.⁴⁵ Assim, a área constituída pela desapropriação dos imóveis referidos no artigo 1º do Decreto, destinavam-se, em seu conjunto, a construção de um Núcleo Universitário.

A área total dos terrenos soma o valor de 4.296.274,00 m² correspondendo a 2,5% da área continental de Belém, essas áreas localizam-se nos bairros do Guamá, Montese (Terra Firme) e Universitário, cuja ocupação está assim distribuída: 1º setor (básico) 330.250,00 m²; 2º setor (profissional) 329.250,00 m²; 3º setor (pólo esportivo) 384.862,00 m²; 4º setor (saúde) 1.160.850,00 m²; NPI 65.675,00 m²; Ocupadas informalmente 2.025.387,00m² corresponde a 47,10% da área total. Sendo assim o número aproximado de imóveis está em 11.200 unidades e a população estimada está em 56.000 habitantes. Estes dados também foram extraídos do documento “*Plano de Trabalho para Regularização Fundiária da área pertencente a Universidade Federal do Pará*” elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - Codem.

Para equacionar os problemas inquiridos, tais como as ações e reações produzidas pelas entidades locais do movimento social urbano no período estudado (centros comunitários e associações de moradores) e as gerais: CBB e Fórum Metropolitano de Reforma Urbana – FMRU, procuramos historicizar, analisar e compreender os embates ocorridos e as estratégias definidas, além das vivências coletivas projetadas a partir destes processos de ocupação, lutas, resistência, negociação que constituem e formam o lugar; com vistas a confirmar as hipóteses

⁴⁵ Assinado pelo presidente Castello Branco e pelo ministro da educação, Flávio Suplicy de Lacerda. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, os imóveis mencionados: I - terreno de marinha a acrescido, inclusive benfeitorias, situado à margem direita do Rio Guamá, Bairro da Pedreirinha do Guamá, em Belém – Estado do Pará, fazendo frente para o sul, e pertencente a Durvalino Barbosa de Lima e II – terreno medindo 523.651,00 metros quadrados de área, inclusive benfeitorias, no bairro do Guamá, à margem do Rio Guamá e igarapé Tucunduba, na cidade de Belém, Estado do Pará, pertencente a José Paulo de Oliveira e Antônio Cabral Abreu; segundo texto do Decreto. Através da desapropriação de vários terrenos feita pela União Federal das terras denominadas Posse Jupatituba (Família Leal Martins), devidamente lavrada em termo de ratificação por desapropriação conforme Escritura Pública de 06/11/1964 às folhas 135 e 136 do Livro 276, às folhas 33, 81v, 82v do Livro 278, a folha 71 do Livro 279, e a folha 7v do Livro 280 do Cartório Diniz e transcrito às folhas 33 do livro 3-5 de 10/12/64 do 2º Ofício, e lavrados os termos na CODEM no Livro 18, nº de ordem 312, 26, nº de ordem 212; 58, nº de ordem 567; 352, folhas 168; 361 folha 166 e 168, com a *transferência do domínio útil, permanecendo o domínio direto para o Município*, somada à cessão de parte dos terrenos do IPEAN conforme Decreto nº54.276 de 14 de setembro de 1964 e da compra do direito de ocupação de um terreno de Marinha através de Escritura Pública de 28 de junho de 1978 no Cartório Diniz. Dados extraídos do documento “Plano de Trabalho para Regularização Fundiária da área pertencente a Universidade Federal do Pará”, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), Belém, março/2001, (grifo nosso).

previamente levantadas encontramos uma abundante diversidade de fontes⁴⁶ com razoável facilidade de acesso, permitindo um direcionamento mais amplo - documentação primária e secundária - que apontou pistas das ações e discursos dos nossos personagens.

Assim, a coleta, a seleção, a análise e a apropriação de nosso *corpus documental* produzido por instituições e agências do Estado (Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Belém, Câmara Municipal de Vereadores de Belém e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), pela Universidade Federal do Pará (atas, memoriais, ofícios, memorandos, decretos, relatórios, mapas, etc.); por entidades do movimento social urbano⁴⁷ (atas, abaixo-assinados, panfletos, convocatórias, cartazes, fotografias, DVDs, informativos, etc.); material jornalístico dos dois principais diários que circulavam em nossa cidade no período estudado (*O Liberal* e *Diário do Pará*) além dos relatos e memórias produzidas a partir das falas de dez lideranças comunitárias da Terra Firme à época das ocupações.

Ressaltamos que o uso das fontes não seguirá um critério definido *a priori* pela sua tipologia (escrita, visual, oral) e sim pelas informações nelas contidas que tenham relação direta com os eventos retratados, contribuindo para sua elucidação. Assim, a idéia é confrontar a documentação produzida pelos poderes públicos com a das entidades do movimento social urbano, procurando estabelecer um diálogo entre elas, sem constituir hierarquia entre as mesmas.

A situação configurada como uma das dificuldades para realização desse trabalho referiu-se à abundância de fontes, impondo rígidos critérios de escolha e manuseio de uma grande quantidade de materiais que se disponibilizam por meio de arquivos públicos e particulares, procurando a não implicação na perda do foco.

⁴⁶ A pesquisa documental constituiu-se de levantamentos em documentos produzidos por diferentes esferas e órgãos dos poderes públicos federal, estadual e municipal, além de documentos elaborados pelas entidades gerais e específicas dos movimentos sociais urbanos de Belém, material cartográfico e ainda recortes dos jornais de circulação local, além de material áudio-visual como CD-ROM e o vídeo “Grito da Terra Firme” de 1994.

⁴⁷ Durante o período estudado, as entidades gerais como CBB, FEMECAM, SPDDH, FNUR, FMUR, CMP, além dos centros comunitários, associações de moradores e entidades de caráter local como a Cobajur e o Motuat produziram uma infinidade de material, como forma de propagandear e disputar suas idéias junto a outros segmentos da população diretamente afetados por suas ações, servindo como contraponto aos discursos elaborados pelo Estado e pelos meios de comunicação, principalmente a imprensa local.

NOVAS ABORDAGENS A PARTIR DE FONTES JORNALÍSTICAS E ORAIS

Diante das dificuldades já apontadas como a escolha e o uso das fontes, optamos por priorizar os jornais e as entrevistas para embasar nossa escrita. Assim, produzimos uma reflexão acerca das possibilidades e dos cuidados que devem ser tomados na condução da utilização das mesmas. Começamos pelas fontes jornalísticas, baseando-se na perspectiva afirmada por Linhares (2001, p. 14):

Designar métodos e técnicas de pesquisa no âmbito de uma história delimitada em determinado espaço historicamente construído caracterizando-se pelo emprego de séries documentais e pela tentativa de abranger, em amplitude, um espaço determinado (um recorte) e uma temática, diante da possibilidade concreta de trabalhar fontes numerosas e suscetíveis de tratamento estatístico.

Procuramos operar sobreposições e cruzamentos de dados colhidos nos periódicos selecionados: *O Liberal*, *Diário do Pará*, num intervalo de quinze anos (1979 a 1994). Posteriormente combinamos as informações obtidas com os materiais de comunicação (folders, panfletos, informativos e jornais) produzidos pelo movimento social de Belém para localizar os períodos (meses e anos) que registraram maior número de atividades políticas. Cruzando esta quantificação buscamos averiguar uma das hipóteses levantadas que apontavam para o grau, o nível de adesão e as divergências entre os movimentos ocorridos na área do Tucunduba e no bairro da Terra Firme e as estratégias de atuação das entidades gerais atuantes em Belém no período estudado.

Outra indagação se refere aos termos utilizados pela imprensa local para caracterizar os participantes dos movimentos sociais, que oscilaram entre ocupantes, invasores e posseiros. Estas identificações notadamente de caráter político, ideológico e social, se fazem presentes em quais situações e o que pretendiam expressar? Devemos considerar que critérios de seleção foram utilizados para justificar “dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê” segundo De Luca (2008, p. 132); O grau de alinhamento e a quem os periódicos estavam vinculados (grupo social)? Sua relação de colaboração ou confronto com diferentes poderes e interesses econômicos.

Nunca é demais lembrar que “os jornais cumprem a ‘missão’ não apenas de disseminar idéias, mas ao transportar o relato da narrativa para o nível do real, são

responsáveis pela criação de uma outra realidade”, como bem afirma Marialva Barbosa (2000, p. 105).

E do outro lado, os materiais produzidos pelas entidades do movimento social, procurando valer-se tanto da palavra impressa quanto da imagem como instrumentos de combate, delineando discursos que retratavam seus ideais, olhares e bandeiras, além de suas ações (ocupações, assembléias, atos públicos, reuniões, etc.). Esse acervo constitui-se num manancial imprescindível, posto que relatavam experiências e práticas políticas cotidianas de segmentos negligenciados ou silenciados pela imprensa, que lhes reservam lugares específicos na estrutura das publicações estudadas, a exemplo é comum termos as classes populares desfilando na página policial.

Ao analisarmos o conjunto das fontes, é perceptível certa preocupação no registro das experiências por parte das lideranças do movimento, que tinham plena ciência do impacto causado pelas notícias, ou melhor, pelo caráter de que eram revestidas, pois “a escrita deve ser vista como elemento básica de construção seletiva da memória que engendra, sobretudo, a questão do poder. Percebendo-a como seleção e construção, é necessário ver os agentes ou os senhores dessa operação como detentores de poder” e mais “tornar-se senhores dos lugares, das agências da memória é, ao mesmo tempo, ser senhor da memória e do esquecimento.” Como bem pontua novamente Barbosa (2000, p. 106).

Como optamos por estudar um tema localizado em uma cronologia que não se esgotou, pelo contrário, ainda hoje repercute em nossa cidade por meio de ações de intervenção pública, o que podemos denominar de história do tempo presente; entendemos tanto quanto De Luca (2008, p. 128) que “[...] a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder [...]” não poderia ser desconsiderada, sem que estejamos atentos às dificuldades e as armadilhas próprias da abordagem metodológica que toma como ponto de apoio o uso dos periódicos.

Sem dúvida, “corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade”, Camargo (*apud* LUCA, 2008, p. 117). Ou seja, não podemos querer enquadrar a fonte – qualquer que seja – às nossas hipóteses previamente formuladas como forma de provar uma suposta evidência.

Também em relação a esta fonte “é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural” como

constata De Luca (2008, p. 132); já que traduzem distintas correlações de força presentes na sociedade e manifestas nos seguintes aspectos ainda evidenciados pela mesma autora (*ibid*, *ibidem*, p. 138-139):

A forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo; as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado.

Ainda a respeito do uso desta rica e farta fonte, é necessário não perder de vista o que nos aponta De Luca (2008, p. 139) ao salientar “[...] que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público [...]”. Pensamos que esta assertiva resume o centro do debate, sobretudo quando nos achamos em um mundo globalizado, mediado pela informação, onde a imprensa televisiva e jornalística adquiriu um poder e uma centralidade sem parâmetros históricos. Considerando nosso objeto de estudo, distinguimos o caráter e a projeção da imprensa brasileira no período estudado em três momentos: o primeiro coincide com a ditadura militar em decadência, com grave perda de força e apoio popular culminando na eleição de Tancredo Neves pelo Congresso Nacional (1979-1985); o segundo da chamada Constituinte (1986-1992) que teve como marco a promulgação da Constituição de 1988 e o primeiro projeto de lei de iniciativa popular propondo a criação do Fundo Nacional de Moradia, e finalmente o terceiro momento (1993-2004) marcado pelo ideário neoliberal, pela ascensão aos poderes municipal e federal do Partido dos Trabalhadores, da criação do Ministério das Cidades em 2001 e da aprovação do Estatuto das Cidades em 2003.

Sobre documentos orais. Quanto à história oral, decidimos pela sua utilização levando em conta a importância e a necessidade do registro dos testemunhos das lideranças envolvidas na luta pela moradia no bairro da Terra Firme, primeiramente por conhecermos e termos acesso a diversos deles; segundo pela possibilidade de somarmos mais elementos para confrontarmos e combinarmos às demais fontes selecionadas, além de entendermos que os acontecimentos em questão podem ganhar maior densidade e caráter de elucidação a partir das falas, das memórias, dos silêncios, das interrogações, enfim da retrospectiva e prospectiva realizada neste processo.

Ao tomarmos a fonte oral como particular e não como única e especial, avançamos sem cair no fatal erro de interpretar que a história oral já é a própria história. Ou ainda de polarizarmos, elegendo as lideranças e moradores que vivenciaram o processo, simplesmente porque são pertencentes às camadas populares em oposição às outras fontes, produzidas pelos poderosos, por meio de seus interlocutores e representantes. Nossa escolha recaiu sobre eles por serem parte constitutiva e central do enredo tratado, permitindo “[...] entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas [...]”, também motivadas pela “capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado, amplia, pois a percepção histórica – e nesse sentido permite a *mudança de perspectiva*.” segundo Alberti (2008, p. 165-166).

Outro componente partícipe desta abordagem diz respeito à memória, que por muito tempo foi uma espécie de vilã com relação aos estudos da história oral, sendo vista por muitos como um campo minado de fragilidades e perceptível de muitas falhas. No entanto, hoje por meio de variados estudos, podemos afirmar que “[...] a memória é objeto de continua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. É resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é de identidade”, arremata Alberti (2008, p. 167).

As informações proporcionadas por meio da fonte oral devem levar em consideração formulações como as que refletem a memória e suas experiências vividas, carregadas “pelos grupos vivos, aberta ao movimento dialético da lembrança e do esquecimento, inconsciente de sucessivas alterações”. E mais, a “memória é um fenômeno sempre atual” nos diz Nora (*apud* MALUF, 1995, p. 44).

Compreendido desta maneira, o cruzamento e a combinação das fontes orais com as demais, propicia certo conforto para quem escreve porque “os relatos acompanham o tempo, crescem com o tempo e se decompõem com o tempo.” Daí provem o entendimento que “*as culturas desenvolvem métodos para obter alguma independência do tempo e para preservar as palavras*. A formalização do discurso (que também inclui a poesia) é outra arma na luta contra o tempo.” Portelli (2004, p. 297, grifo nosso). Todas estas reflexões compõem um arsenal para se pensar sobre as dimensões temporais estabelecidas na memória, refletir sobre a

memória individual e coletiva (Halbwachs, 1990) e também sobre o *enquadramento da memória* (Pollak, 1989).

Talvez esta discussão explique, em parte, a importância das palavras de ordem e da repetição de determinados comportamentos e ações descritos pelas lideranças do Motuat durante suas entrevistas. Interessante perceber que todos tinham na “ponta da língua” as principais idéias e estratégias utilizadas para buscar assegurar a unidade e a identidade dos grupos ocupantes como “titulação já, fora especulação”.

É notório que tinham ciência das disputas políticas e ideológicas que cercam a questão da terra, e ainda de que os jornais trabalhavam para torná-los “fora da lei” e mesmo a Universidade até meados de 1988, não propiciava canais de diálogo; assim, era necessário contrapor a esta enxurrada de idéias e informações, outra de caráter pro - movimento. As distintas maneiras de ver, sentir e reagir de cada indivíduo estavam em disputa, por meio de suas memórias deste episódio.

Por fim, é preciso “estar atento ao fato de significados atribuídos a ações e escolhas do passado ser determinados por uma visão retrospectiva, que confere sentido às experiências no momento em que são narradas.” Como nos assinala Alberti (2008, p. 170), lembrando a possibilidade concreta do indivíduo representar o grupo, ainda que seja um “eu único”.

ESTRUTURANDO O TRABALHO

No primeiro capítulo, o foco localiza-se na reconstituição de parte do cenário nacional e local relativo à nossa escolha cronológica, que apesar de recaída sobre um curto período (1979-1994), mostra-se de difícil leitura, por ter sido marcado por distintos e complexos cenários, impactando diferenciadamente nas ações do Estado e da sociedade. Também tocaremos na fundação da CBB, no desenrolar de suas principais atividades e em algumas implicações políticas resultantes da luta pela moradia e reforma urbana. Esta perscrutação faz-se necessária para localizar o cenário dos acontecimentos desencadeados na trama narrada.

Ao passo que no segundo capítulo, buscamos colocar uma lente de aumento sobre o lugar [Terra Firme], pensado não somente como o local “apropriado” para ocupação - por suas características físicas; pela falta de opção dos ocupantes ou pelas duas vertentes

combinadas – mas o espaço de moradia e (re)produção das condições de vida de homens e mulheres marginalizados na dinâmica urbana capitalista.

E prosseguiremos com o relato de algumas lideranças, buscando desvendar elementos imprescindíveis à constituição do movimento social pesquisado. A partir de suas falas e silêncios, buscamos apreender as experiências vivenciadas coletivamente, responsáveis pelo forjar de uma nova identidade, produzida por meio dos processos de embates e negociações, iniciadas com a ocupação do lugar e continuadas na luta pela permanência consubstanciada na reivindicação de obras, serviços públicos e, sobretudo, na demarcação de sua existência enquanto moradores e cidadãos. É desta forma, que pretenderam construir uma cultura política, que servisse de referência e motivação aos novos moradores e lideranças da luta pela moradia,

Finalmente no terceiro capítulo, trataremos da atuação do Motuat, acompanhando *pari-passu* a ação dos sujeitos sociais diretamente envolvidos neste movimento como as lideranças comunitárias dentro e fora das entidades coletivas como associações de moradores e centros comunitários; “noticiando” os eventos ocorridos nas décadas de 1980-90, a partir dos periódicos e entrevistas.

Realizamos uma incursão pretérita pelos acontecimentos mais públicos da trama, constituindo uma narrativa cronológica e seqüencial, ancorada na necessidade do diálogo entre acontecimentos passados e presentes, considerando que o litígio persiste, ainda que os desdobramentos estejam aparentemente mais favoráveis aos moradores. Mas esta é uma questão a ser tratada minuciosamente *a posteriori*.

PRIMEIRO CAPÍTULO

A COMISSÃO DOS BAIRROS DE BELÉM: UMA HISTÓRIA

*Nossos direitos vem,
nossos direitos vem,
se não vem nossos direitos,
o Brasil perde também.¹*

Nesse capítulo procuraremos tecer o *pano de fundo* conjuntural, responsável pela promoção do (re) surgimento de algumas entidades e o surgimento de outras; neste humo alicerçou-se o processo de gênese que resultou na constituição da mais atuante e capilar entidade representativa dos movimentos sociais populares durante as décadas de 1980 e 1990 na cidade de Belém, espraiando ainda sua influência para os municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB).

O fragmento acima comprova o ideário social que mobilizava e agitava o povo brasileiro em meados dos anos 70, animados pela Greve dos Metalúrgicos do ABC Paulista² e pelo Movimento da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e, ainda que não concretizada nos

¹ Este refrão é parte da letra da música intitulada “Nossos direitos vem”, composição anônima. Esta canção foi parte do caderno distribuído aos delegados e participantes do 2º Congresso da CBB realizado em 1984 e junto com outras composições exaltava a luta pelos direitos, refletindo parte significativa do imaginário dos movimentos sociais de modo geral e mais particularmente os de caráter popular. Outra observação diz respeito à forte influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) refletida no repertório selecionado para as atividades. Exemplos: QUERO ENTOAR, refrão: “Quero entoar um canto novo de alegria, ao raiar daquele dia de chegada ao nosso chão, com meu povo, celebrar a alvorada, minha gente libertada, lutar não foi em vão.”; BAIÃO DAS COMUNIDADES, refrão: “Somos gente nova vivendo a união, somos povo semente da nova nação, ê, ô. Somos gente nova vivendo o amor, somos comunidade, povo do senhor, ê, ê, ê, ô.” e ainda AGORA NOS VAMOS PRA LUTA, refrão: “Se a gente morrer nessa luta, o sangue será uma semente, justiça vamos conquistar. A história não falha, nós vamos ganhar.”.

² As conclusões do sociólogo Marco Aurélio Santana, apontam que “a partir das greves ocorridas no ABC paulista entre 1978 e 1980 e de suas reverberações e composições com outros atores, estavam lançadas bases importantes para o processo de redemocratização da sociedade brasileira: um projeto sindical (o “novo sindicalismo”), um partido político (o PT), uma central sindical (a CUT). Acima de tudo, a legitimação dos trabalhadores como um ator relevante no âmbito dos movimentos sociais.” Artigo “De braços Cruzados. Desafiando os patrões e a ditadura, milhares de operários entraram em greve e deram nova cara ao sindicalismo brasileiro” in Revista Nossa História nº 56, maio 2010.

moldes reivindicados pelos grupos políticos, movimentos religiosos, sindicais,³ estudantis, populares e da intelectualidade, sinalizava uma inflexão atitudinal do comando militar,⁴ resultante de seu desgaste e enfraquecimento político, que ocasionaram a crescente falta de apoio junto à opinião pública.

Essa atmosfera propiciou o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) em 10 de fevereiro de 1980, estabelecendo-se como um novo sujeito na cena política do país, resultante da coesão de diversos agentes e campos sociais. Sua fundação assinala o intento dos movimentos sociais (sindical, popular e estudantil) em constituir-se como alternativa na esfera estatal e social.⁵

Eram tempos de agitação marcados pelo desejo de mudanças no campo da política, da justiça e do social. Para José Roberto Lopes Pinto (1998, p. 60), uma espécie de turbilhão cívico contagiou as massas, impelindo-as a exigir seus direitos, “ante um Estado impermeável à participação, descolado dos interesses sociais e associado a setores privilegiados, a autonomia do movimento acaba por se traduzir em negação do próprio Estado, visto como bloco monolítico”. Neste contexto, ele assevera (*ibid, ibidem*, p. 60) “a sociedade (“popular”, “organizada”) tende a ser percebida como uma unidade, portadora dos legítimos interesses da população. Daí surgir a pretensão dos movimentos de se constituírem como “poder popular” ao qual o Estado deveria estar submetido.”

Assim, a “redemocratização” do país contou com momentos decisivos que engendraram a constituição da institucionalidade democrática (Movimento Diretas Já, Carta de 88, eleições livres). Nestes episódios, o elemento marcante diz respeito à numerosa e expressiva participação de caráter popular organizada por sindicatos, entidades do movimento estudantil e principalmente popular que a exemplo disso, coletou 150 mil assinaturas e foi responsável pela elaboração da emenda popular da reforma urbana apresentada ao projeto constitucional a qual foi constituída de 23 artigos distribuídos em cinco títulos: Dos direitos

³ A esse respeito, consultar o clássico SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴ A Lei de Anistia foi decretada em 28 de agosto de 1979, pelo então presidente João Batista Figueiredo, que deu, "perdão" a todos os crimes considerados políticos cometidos durante o regime militar brasileiro, no entanto, de forma lenta e gradual, sem atingir todas as pessoas penalizadas.

⁵ No Pará, a sua constituição se deu a partir dos grupos insatisfeitos com o governo autoritário, destacando-se membros envolvidos com a FASE (tanto rural quanto urbana); a CBB; a SPDDH; os militantes do PMDB e PC do B; os setores progressistas da Igreja Católica; Associação dos Professores Secundarista do Pará (Apepa); os docentes da UFPA e estudantes dirigentes de alguns Centros Acadêmicos, dentre outros. Cf. PETIT, Pere. *A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boi Tempo & NAEA/UFPA, 1996.

urbanos; Da propriedade imobiliária urbana; Da política habitacional; Dos transportes e serviços públicos e Da gestão democrática da cidade; com posterior mobilização pela regulamentação dos artigos 182 e o 183 do capítulo II, que dizem respeito à Política Urbana.⁶

Mas a década de 1980, batizada *década perdida*⁷ pelos economistas, também foi marcada por arrastadas crises e sucessivos planos econômicos que tentaram sem sucesso equacionar a grave situação monetária e financeira vivenciada em nosso país.

A institucionalização dos movimentos sociais se agravou motivada por uma situação concreta: a chegada às estruturas do poder estadual e municipal por via eleitoral em várias partes do país, dos partidos de esquerda, principalmente o PT, ao trazerem quantidade expressiva de dirigentes e militantes dos movimentos sociais com vasta experiência de reivindicação e argumentação na elaboração de políticas públicas para a máquina estatal, que colocaram em lados opostos da mesa estas lideranças militantes e os segmentos destes mesmos movimentos sociais. Ainda que a argumentação dos chamados governos democráticos e populares seguisse na contramão do discurso neoliberal, defendendo e buscando implantar a gestão participativa, por meio de instrumentos e mecanismos de democratização das esferas de poder como o Orçamento Participativo e o Congresso da Cidade.

⁶ A garantia da inclusão no texto constitucional dos artigos 182 e 183 foi resultado direto de grandes mobilizações com debates e coleta de assinatura em todo país. Seu teor representa no campo da legalidade, ainda que com limitadores, um reconhecimento e um avanço, do direito do cidadão à cidade e à cidadania. Considero importante e relevante transcrever na íntegra parte do texto (grifo nosso).

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Veja-se SOUZA, Marcelo Lopes. *ABC do desenvolvimento urbano*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Carta dos brasileiros ao Presidente da República e ao Congresso Nacional. Julho de 1985. Goffredo Talles Júnior. Plenário-Participação Popular na Constituinte. In: MICHILES, Carlos [et. al] *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁷ Acerca da idéia de década perdida. Cf. OMETTO, Ana Maria H.[et. al.] Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. In: Ver. Saúde Pública, 29[5], 403-14, 1995 retirado do site <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n5/11.pdf> em 31/05/2010, informando que “a economia brasileira na década de 80 atravessou uma das mais graves crises de sua história, a qual resultou na estagnação do Produto Interno Bruto e em taxas de inflação sem precedentes. Apesar desse quadro econômico crítico os indicadores sociais apresentaram evolução positiva. Foi mostrado que, embora as famílias brasileiras adotassem como estratégia para o enfrentamento desta crise a super utilização da força-de-trabalho familiar no mercado de trabalho, a evolução da renda e da pobreza nesse período foi desfavorável. Concluiu-se que a ampliação dos dispêndios e transformação das formas de implementação das políticas públicas nas áreas de saúde e nutrição são fatores decisivos no desempenho dos indicadores sociais. E também, RODRIGUES, Marly. *A Década de 80-Brasil, quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

A década de 1990 se inicia com escândalos políticos que desencadearam o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo em 1992. Para a maioria dos analistas sociais, este período foi marcado pela institucionalização dos movimentos, pela tentativa da sociedade civil em galgar mais espaços dentro da estrutura do Estado, com destaque de um lado para o parlamento nacional, e de outro, pelo discurso e pela ação neoliberal. Esse discurso se iniciou na gestão de Fernando Collor com a defesa intransigente de um *Estado Mínimo*, alcançando desdobramentos mais profundos nos oito anos de mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), que aprofundaram a desarticulação e o enfraquecimento dos sindicatos e movimentos sociais em relação ao Estado.

Contudo, a minimização da estrutura estatal impactou sobremaneira as áreas sociais incluída a habitação, que durante todo o decênio de 90 teve seus recursos drasticamente reduzidos, contribuindo para a agudização do fenômeno das ocupações do solo urbano e rural em todo país. O estudo “Direito à moradia e Meio Ambiente nas Capitais Amazônicas”⁸ comprova que as cidades da região amazônica seguiram a mesma tendência nacional, como observamos nos dados sobre Belém no período entre 1991-2000 registrando “um acréscimo de 26,60% na sua taxa de urbanização passando de 78,48% para 99,35% em 2000.”, apresentando déficit habitacional urbano de 73.570 unidades, além de constatada a precariedade e a inadequação da moradia, onde apenas 9,37%, ou seja, 27.588 unidades tem situação fundiária regularizada, um adensamento de 12,75%, ou seja, 37.524 com 17,94% das moradias, 52.828 com banheiro e finalmente apenas 40,46% com cobertura de infra-estrutura. (p. 20 e 24).

PRA LUTAR E PRA VENCER, SE CRIOU A CBB⁹

*Unir nossas forças para lutar pela moradia.*¹⁰

⁸ Estudo organizado pelo Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos – COHRE, 2006, ver mais site <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:z4NPhFktrQQJ:www.cohre.org/store/attachments/Urban%2520Environmental%2520conflicts%2520Amazonian%2520Capitals%2520report.pdf+direito+%C3%A0+moradia+e+meio+ambiente+nas+capitais+amz%C3%B4nicas&hl=pt-> acesso em 31/07/2010.

⁹ A principal palavra de ordem exclamada pelos integrantes ligados à entidade durante as mobilizações, passeatas e congressos.

Quando nasceu em 08 de agosto de 1977, na etapa final da ditadura militar, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SPDDH foi o leito generoso para onde confluíram todos os que queriam ver respeitados os direitos humanos, queriam democracia, liberdade e paz. Era uma frente onde cabiam, irmanados, cristãos (católicos, luteranos, anglicanos e evangélicos), comunistas (do Partidão e do PCdoB, então se reorganizando na clandestinidade; trotskistas da Libelu e por aí afora), democratas, liberais, sociais-democratas, ambientalistas (a Conferência de Estocolmo ocorrera em 1972), nacionalistas, internacionalistas, pacifistas, defensores da Amazônia e combatentes pela anistia (civis e militares).

Foi o viveiro, a incubadora de vocações que anos depois chegaram aos parlamentos e aos poderes executivos e judiciários de diversos níveis da federação brasileira (caso de José Héder Benatti, ex-presidente do Instituto de Terras do Pará e de Vera Tavares ex-secretária de Segurança do Estado do Pará).

Foi contemporânea de outros movimentos que cumpriram seu ciclo e hibernaram ou mesmo desapareceram simplesmente. O Movimento de Defesa da Amazônia - MDA, por exemplo, era quase um irmão siamês, impulsionado desde o Rio de Janeiro - sobretudo por Orlando Valverde - mas com forte presença em Belém no final dos anos setenta do Século XX.

Dentre os fundadores, militantes e dirigentes desses primeiros anos destacamos os nomes de Raimundo Jinkings, Paulo Fonteles e Hecilda Veiga, Humberto e Iza Cunha, Alexandre Cunha, Sandoval, Sá Pereira, Armando Zurita, Daniel Veiga, Paulo Roberto, Luiz Maklouf de Carvalho, João Marques, Marly, Mady, Aldalice e Mateus Oterloo, Jaime Teixeira, José Carlos e Edna Castro, Ruy Barata, Mariano Klautau, Marga Rothe, Padre João (Paróquia de Nossa Senhora Aparecida) e Vera Cunha. A lista não é e não pode ser exaustiva, pois eram tantas pessoas que o Salão Paroquial da Paróquia ficava pequeno para as reuniões.

O jornal *Resistência*, editado por muitos anos pela Sociedade, tinha por consigna *Resistir é o primeiro passo*. Ganhou prêmios - publicou a lista dos agentes do SNI no Pará - e

¹⁰ Chamada do informativo *A Voz da CBB*, edição nº 2 – ano II – abril de 1987. Neste impresso, a pauta central é a luta e a reivindicação da moradia digna, convocando as associações e centros comunitários a unirem-se para fortalecer as ações que a entidade procurava desenvolver.

depois deixou de circular, como tantos outros jornais alternativos contemporâneos, assim cumprindo seu ciclo. Captando recursos no país e no exterior, chegou a ter uma gráfica, de existência atribulada, seja por atentados vindos de uma direita assanhada no finalzinho da ditadura, seja por problemas gerenciais. Depois de 1983, a gráfica foi cedida em comodato para a Suyá, uma sociedade limitada constituída por militantes da própria SPDDH, para a finalidade específica de administrá-la e, em contrapartida, fazer doações regulares para a Sociedade e prestar serviços ao movimento popular a preços abaixo do mercado.

Hoje a SPDDH é uma respeitada ONG que mantém parcerias com instituições públicas e privadas, como é o caso dos programas de proteção de testemunhas e de defensores dos direitos humanos.¹¹

Como viveiro e incubadora de vocações, teve participação direta na formação da CBB, ao convocar uma assembléia de moradores realizada no salão da Paróquia da Igreja de Nossa Senhora Aparecida (bairro da Pedreira), para discutir os conflitos pela posse da terra na capital, que culminou com a criação da Comissão dos Bairros Pobres de Belém e elegeu sua diretoria provisória em 21 de janeiro de 1979.¹² Posteriormente a já denominada Comissão dos Bairros de Belém realizou seu primeiro congresso em 1991, quando aprovou seu estatuto e elegeu sua primeira direção, recomposta em 26 de fevereiro de 1983, conforme informa a Ata da Reunião do Conselho de Representantes da CBB lavrada na mesma data e assinada pelos coordenadores Genival Dias Carvalho e Raimundo Nonato Launé dos Santos.

Na primeira metade da década de 1980, a CBB se ocupou prioritariamente das temáticas da moradia e da educação,¹³ que estiveram entrelaçadas à luta contra o regime militar e a democratização do país. Contudo, a orientação desenvolvida pela entidade implicou efetivamente em uma organização articulada, intencionando romper a lógica bairrista predominante, onde cada comunidade ou grupo lutava isolado.

¹¹ As informações prestadas tiveram como base dados do blog do magistrado trabalhista José Maria Quadros de Alencar: <http://blogdoalencar.blogspot.com/2007/08/vida-longa-para-spddh.html> acesso em 31/07/2010.

¹² Nessa fase os movimentos sociais urbanos em Belém foram intensificados, contando com a participação, em sua organização, das CEBs e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), que contribuíram no sentido de fortalecer as lutas da população de baixa renda. Cf. Cartilha *Histórico da CBB*, Belém: FASE, 1990.

¹³ Como atestam os seguintes documentos da CBB: Informativo da CBB. Boletim de divulgação das lutas da Comissão dos Bairros de Belém. Ano I, nº 1, dezembro de 1980. Neste uma das matérias acusava “Governo quer acabar com escolas comunitárias.” e outra anunciava a “Campanha escola para todos”; “Professoras comunitárias em luta” de 07 de março de 1991; “Carta aberta à população de Belém”, (s/d, provavelmente do ano de 1990 ou 91) em que a entidade dirige severas críticas aos governos federal (Fernando Collor) e municipal denunciando: “mais de cento e vinte mil crianças estão fora da escola.”

A Voz da



Editorial

A história do Jornal "A VOZ DA CBB" está intimamente ligada as lutas, reivindicações e avanços do movimento Popular. Foi assim desde os primeiros boletins, cartilhas e documentos que já colocavam a necessidade da UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DOS CENTROS E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E A CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE REPRESENTATIVA E COMBATIVA EM NOSSA CIDADE, que lutasse contra todo tipo de exploração e opressão que é feita contra os moradores dos diversos bairros.

O Jornal "A VOZ DA CBB", se propõe a ser um instrumento a mais de divulgação das lutas que estão sendo encaminhadas pelos Centros e Associações, bem como a elevar o nível de compreensão política dos moradores que a ele tiveram acesso.

Neste momento, em que a CBB lançou a campanha pela moradia, o Jornal cumprirá a tarefa de contribuir também para o sucesso desta campanha, que inclusive já tem sido considerado como referência a realização de um ato público no mês de Maio próximo.

Entendemos que é hora de todos nós que partilhamos da CBB, arregaçarmos as mangas e partirmos para o trabalho.

Em frente companheiros, que a vitória final será nossa.

a) Sec. de imprensa e Divulgação da CBB.

UNIR NOSSAS FORÇAS PARA LUTAR PELA MORADIA



A SITUAÇÃO DO POVO DE BELÉM É A PIOR POSSÍVEL.

FALTA SANEAMENTO, ESCOLAS, POSTOS DE SAÚDE, OS ÔNIBUS ESTÃO EM PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE USO E O PREÇO É ABSURDO.

A CBB FRENTE A ESSA SITUAÇÃO, LANÇOU A CAMPANHA PELA MORADIA POR TER APRENDIDO NESTES 08 ANOS DE EXPERIÊNCIA QUE SOMENTE A LUTA E A UNIÃO DO POVO É QUE GARANTEM MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA TODOS. A LUTA CONTINUA!

TODOS AO ATO PÚBLICO DE MAIO.

COMITÊ DOS BARRIDOS DE BELÉM

AV. ...

ST. ...

BEM-VINDO NA LUTA PELO TRANSPORTE

P. 2

COMITÊ DOS BARRIDOS DE BELÉM

AV. ...

ST. ...

Fonte: Capa do informativo A Voz da CBB - 1987
Acervo Particular

Ter uma pauta unificada de lutas conformava-se em eixo para discussão e mobilização de camadas populares da sociedade. Isto pode ser confirmado nas palavras de Valdomiro ao

referir-se à participação da entidade na luta pelas terras da universidade “ela organizava os bairros para que o movimento ficasse mais fortalecido então ela fazia a junção, chamava todos os bairros pra fazer um movimento maior, é porque a gente achava que naquele momento, o movimento mais fortalecido ele tinha mais peso junto às autoridades” e continua concluindo a importância dessa união “uma das questões que estava no debate era a conquista da terra e a universidade também reivindicava as terras de volta como sua e as famílias apresentavam resistência.”

Em abril de 1981, o Comitê da Campanha “Escola para todos” criado e mantido pela CBB, realizou amplas mobilizações nos bairros visitando escolas, com o propósito de coletar dados para embasar as denúncias sobre a grave situação da educação pública municipal, resultando na elaboração do “Memorial sobre a situação educacional nos bairros de Belém” indicando o déficit de vagas, a precariedade dos prédios onde funcionavam as escolas, a falta de equipamentos como bebedouros, carteiras, não atendimento total da merenda escolar, além da falta de professores.¹⁴

Este esforço contou com o acompanhamento e a participação de lideranças comunitárias, foi o caso de Társila ao relatar “eu participei como coordenadora da comissão de educação, fui eleita em dois congressos, e eu tinha assim uma preparação muito grande”. Este trecho evidencia como Társila se sentiu em relação às atribuições que conquistou no processo de organização comunitária.

A insistência da CBB com relação à moradia tinha “razões de ser”. Faremos uma breve incursão para atestar a situação da habitação, mais especificamente da moradia popular na cidade de Belém, marcada por iniciativas pontuais por parte do Estado, observamos a inexistência de uma política habitacional, provocando constantes conflitos em torno da posse da terra urbana.

Essa situação, no entanto não é novidade, desde as primeiras décadas do século passado ocupa em algumas ocasiões o centro das preocupações. É o que fica evidente pelas narrativas do jornalista Carlos Rocque na série *1930. A Revolução no Pará*, publicado no jornal *O liberal* nos domingos de novembro do ano de 1984.

A edição do dia 18, subtitulada *Os latifúndios urbanos*, anuncia que “três grandes latifúndios haviam em Belém, popularmente conhecidos como terrenos dos Lobos e dos

¹⁴ Documento elaborado pelo Comitê da Campanha “Escola para todos” mantida pela Comissão dos Bairros de Belém – CBB. Belém, abril de 1981.

Guimarães” e “localizavam-se nos bairros do Telégrafo, Pedreira, Marco, Matinha e Canudos. E neles moravam centenas de famílias que pagavam alugueis dos pedaços de terras ocupados, aos procuradores herdeiros daquelas duas famílias.”¹⁵ Essa situação perdurava desde o início do século XX, sem que a intendência de Belém tomasse providências definitivas para equacioná-la. Diversos administradores como Martins Pinheiro (1916-17), Rodrigues dos Santos (1925-27), Crespo de Castro e Antônio Faciola, realizaram investidas sem sucesso.

Como as tensões persistiam, logo após sua posse em novembro de 1930, o capitão-interventor Magalhães Barata,¹⁶ a fim de “chamar a si o velho problema” do conflito entre proprietários e os moradores dos latifúndios monta uma comissão para estudar o problema da legalização (com os representantes dos proprietários e dos arrendatários). E depois de ouvir as partes, toma a decisão inesperada de desapropriar as terras, sem qualquer indenização, “para isso, extinguiu pelo Comisso, todos os contratos de enfiteuse¹⁷ relativo, não só os três já citados (dos Lobos e dos Guimarães), como também um outro latifúndio tão grande quanto os antecessores.”

O articulista nos informa que para fazer valer sua decisão, assinou quatro decretos, anulando os latifúndios dos Lobos e Guimarães, que se equivaliam aos bairros de Telégrafo, Queluz, Santa Izabel, São Brás, Pedreira, Sacramento e ainda os pertencentes a Manoel dos Santos Moreira & Cia, passando-os para a municipalidade e regularizando os arrendatários

¹⁵ O LIBERAL. *As medidas de choque do Governo Revolucionário (2)*. 1º Caderno artigo, p. 20, 18/11/1984

¹⁶ Joaquim de Magalhães Cardoso Barata foi um dos maiores líderes políticos do Pará no século XX. Isto pode ser compreendido pelo seu governo nitidamente populista, que desenvolveu desde sua primeira interventoria, de novembro de 1930 a abril de 1934. O seu governo foi bem peculiar, pois até então todos os governantes do Pará eram claramente elitistas, encontravam seu apoio no topo da pirâmide social paraense e não misturavam suas políticas com o povo. Vivendo o país em uma atmosfera de exceção, assumiu a Interventoria disposto a renovar os costumes políticos e os modelos administrativos até então em voga. Em primeiro lugar, tomou uma decisão radical: abriu os portões do Palácio do Governo para o povo; e os humildes moradores dos subúrbios de Belém pela primeira vez tiveram a oportunidade de subir as escadarias do Palácio, para as famosas e pioneiras “audiências públicas”. Nelas, Barata exercia múltiplos papéis: era governador, prefeito, juiz, promotor, advogado, etc. Pacientemente ouvia as queixas ou pedidos e buscava resolvê-los. Muitas das medidas que adotou alicerçaram o seu prestígio e poder no seio do povo paraense: Criação da Assistência Judiciária, que permitia, para o povo humilde, de graça, defesa na justiça, e que serviu de modelo para outros Estados no país; A desapropriação de grande área nos subúrbios de Belém para distribuição gratuita; O decreto congelando os aluguéis residenciais; A desapropriação de imensos castanhais na Zona do Tocantins, com títulos de terra dados para os antigos posseiros, promovendo a primeira reforma agrária no Brasil; O aumento de 50% no imposto estadual para as empresas que não tivessem, pelo menos, dois terços de brasileiros entre os seus empregados. Para saber mais, ver <http://parahistorico.blogspot.com/2009/02/governo-de-magalhaes-barata-no-para.html>, acessado em 12/06/2010.

¹⁷ Expressão que vem do romano/latino. Quer dizer cedido para uso. Relação contratual entre partes, que implica relações mútuas entre elas, sendo que o ocupante detém apenas o uso. Anotação feita numa reunião de orientação com a profª. Leila Mourão no dia 25/março/2009.

interessados, com a argumentação “que tanto os antigos, quanto os atuais foreiros ou enfiteutes, nenhuma cultura ou construção realizaram nesta terra, de tal sorte que elas, desde longos anos vinham sendo ocupadas e beneficiadas por terceiros como era de notoriedade pública” e ainda “os mesmos foreiros deixaram de pagar as pensões devidas, há muito mais de três anos, o que constituía motivo de extinção da enfiteuse”. Podemos então concordar com Rocque que “mais da metade das terras de Belém, naquela época, estavam em mãos de quatro latifúndios.”

E em 07 de março de 1931, assinou o decreto de nº 170, que tinha como objetivo definir as regras para lavratura de contratos de aforamento dos terrenos desapropriados. Assim, “ficava estipulado que todas as áreas referidas, que estivessem beneficiadas por terceiros seriam avaliadas” pela Prefeitura, que estabeleceria o valor a ser pago mensalmente, “sendo lavrado contrato de aforamento, após a liquidação total das prestações”. O atraso de três prestações das mensalidades, implicava na perda do direito ao lote, que cada pessoa só teria direito a um lote e por fim quem tentasse burlar o decreto, “fingindo-se de pobre ou pretendendo com simulação, adquirir mais de um lote de terras, perderia em favor do município todas as benfeitorias que tivesse, sem prejuízo das penas ordinárias em que incorreria.”

Dando prosseguimento a série, Rocque escreve em outro artigo *A festa dos posseiros e a assistência judiciária (parte final)*¹⁸ sobre os rebuliços entre os proprietários (Lobos) causados pela decisão inédita de Barata, a ponto de por meio de seus procuradores, recorrerem encaminhando uma petição de protesto contra a anulação da enfiteuse junto ao juiz de direito da 2ª Vara e Feitos da Fazenda. Mas pelo fato de se encontrarem fora do país e de aquele ser um momento peculiar, as queixas em nada resultaram. Serviram para assanhar os ânimos dos moradores (antigos foreiros dos terrenos dos Lobos, Guimarães e outros), que no dia 26 de março de 1931, realizaram uma marcha seguida de manifestação em homenagem às figuras de Magalhães Barata e Padre Leandro Pinheiro, intendente municipal.

Um grande ato político em frente ao Palácio do Governo, coroado de agradecimento, vivas e aplausos, assinalaram que os pobres atingidos pela medida estavam dispostos a dar o seu apoio incondicional ao recém instalado governo. Na ocasião, Barata em seu discurso, saudou a Revolução como a grande responsável pela execução daquelas medidas e acusava os

¹⁸ O Liberal. *A festa dos posseiros e a assistência judiciária (parte final)*. 1º Caderno artigo p. 20, 25/11/1984.

“estadistas da passada república de mentiras” de “nunca tiveram a coragem precisa, o desassombro e a dignidade para saírem em defesa do povo, além de dar uma solução a essa velha questão.” E completou “não resolviam, porque no sangue corria o vício da politicagem, a trampolinice eleitoral, com o objetivo precípua de conseguirem eleitores, daí o medo de tomar qualquer atitude em interesse do povo.”

Em outro trecho de sua inflamada retórica disse “a Revolução dava esses terrenos ao povo, entregava-lhes essas terras para que o pobre, pudesse ter a sua casa, para que pudesse cultivar e colher o produto dos seus labores honestos” e concluiu conclamando a população atingida a defender de qualquer ameaça “o lar de seus filhos, ou o teto de suas esposas”, até “de arma na mão, se acaso chegasse a essa emergência.”

Por fim, “o povo penetrou no Palácio, indo até o salão para abraçar o capitão-interventor” e os manifestantes por meio de seu representante, o operário Rufino Barbosa, manifestaram seu reconhecimento e concedeu entrevista ao jornal O Estado, que contou naquela solenidade contava com seu secretário de redação Santanna Marques.

Todavia, após os episódios acima relatados nas palavras de Carlos Rocque, a questão da moradia voltou a ficar adormecida, pelo menos para os poderes públicos. Só voltando à baila, durante o governo dos militares, motivada pela retomada do crescimento demográfico, impelido pela onda dos Grandes Projetos para a Amazônia.

Para tentar solucionar o problema, foi desenvolvido um estudo em 1976 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, onde o relatório *Monografia das Baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação*,¹⁹ revelou de forma emblemática os fenômenos que impactam esta década, no que diz respeito ao crescimento demográfico explosivo da cidade de Belém.

A propaganda oficial do governo federal e a implantação de grandes projetos de caráter infraestrutural, como rodovias e hidrelétricas, e os de natureza econômica, como os minero-metalúrgicos, no polígono mineral de Carajás com a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e no município de Barcarena com a empresa Alumínio do Brasil -ALBRAS, ambos no estado do Pará, são alguns dos fatores determinantes dos referidos impactos. O governo

¹⁹ CONVÊNIO SUDAM/DNOS/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Monografia das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação. 2ª Ed. Ver. Belém, SUDAM, 1976. 2 v.

federal financiou estes empreendimentos com recursos oriundos de empréstimos à bancos e agências de financiamento multilateral, o que aumentou o endividamento externo em níveis exponenciais.

Ao projetarem subsídios visando um projeto de recuperação das baixadas de Belém, os técnicos dos órgãos públicos pontuaram que a área alagável medida em hectare dos 20 (vinte) bairros²⁰ estudados era equivalente a 39,43% da área total dos mesmos. E a população estimada das Áreas de Estudo (A, B, C, D, E)²¹ em 1973 totalizava 656.280 moradores, sendo 76.128 pessoas residentes na área E, divididos da seguinte forma: 44.904 em terras altas e 31.224 em terras alagáveis, sendo que a densidade populacional dos residentes nos alagados era de 141 pessoas. Neste quadro, mapeado na *Monografia das Baixadas* (p.30) ganha destaque a Área de Estudo E porque:

trata-se da segunda área em extensão territorial. São 1.055 ha de terras dominadas pelo igarapé, cuja bacia que constitui a Área de Estudo leva o seu nome: Tucunduba. Os 55% alagáveis dessa área, expressos por 575 ha pertencem aos bairros da Terra Firme 65%, Guamá 22%, São Braz 3%, Canudos 3% e Marco 8%.

Este dado nos permite perceber então, que a porção que sofre maior influência e impacto das águas do rio Guamá com suas enchentes e vazantes, coincide com as terras que compõe o bairro da Terra Firme, representando mais da metade de suas terras.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, em 1974, parte considerável das terras componentes das 5 (cinco) áreas de estudo encontrava-se sob o controle de agentes públicos. A Área de Estudo E, que interessa a nossa pesquisa, tinha 44,64% de sua extensão, o equivalente a 471 ha em propriedade da Universidade Federal do Pará.

A partir de 1975, surgiram conflitos pela posse da terra, num momento em que os movimentos sociais no Brasil demonstravam sua insatisfação com o modelo de

²⁰ Os bairros são: Condor, Jurunas, Terra Firme, Sacramento, Telégrafo, Guamá, Matinha, Cremação, Reduto, Cidade Velha, Batista Campos, Canudos, Umarizal, Pedreira, São Braz, Comércio, Marco, Marambaia, Souza e Nazaré.

²¹ As áreas dizem respeito às seguintes bacias hidrográficas: A refere-se ao Una; B às Armas e Reduto; C ao Comércio, Tamandaré e São José; D à Estrada Nova I, II, III e, finalmente, E ao Tucunduba.

governabilidade dos militares no poder, essa situação é analisada pelo ex-coordenador da CBB, João Gomes em seu relato:

Aqui em Belém não foi diferente, então Belém, ocupada às terras mais altas da primeira légua patrimonial, começaram então nas terras mais baixas, chamadas áreas de risco ambiental, áreas que o mercado imobiliário não interessava áreas de várzea, então começa nessas áreas todo um processo de ocupação, então tipo, sacramenta, pedreira, tipo telégrafo, então as pessoas começam a ocupar essas áreas de várzea, e isso inicia muito antes, inicia na década de 50 e tal começa o processo de ocupação dessas áreas, e com o esgotamento dessas áreas começa o movimento social e a luta por moradia começa já ocupar outras áreas, então na metade da década de 60 várias outras áreas são ocupadas, na sacramenta a área do chamado Célio Costa, e aí na área daqui do tucunduba, quando foi batizado os bairros, Terra Firme, Guamá, Marco, Canudos, Jabatiteua, então começa sendo um processo de ocupação nessa área. Essa área mais entorno da Universidade, na frente da Universidade Federal do Pará era uma área desapropriada no período militar para fins habitacionais, então uma área de propriedade da Universidade Federal do Pará, é também pelas características geológicas era uma área também de boa parte dela eram áreas alagadas ou alagáveis, devido a influência das marés. Então nessa segunda metade da década de 70 quando a crise por moradia por habitação ela se agrava, exporta então uma série de ocupações inclusive nessa área, então ali se ocupa boa parte da área da Terra Firme, do Guamá, de Canudos.

No período que vai de 1978 a 1982, o governo do Estado estava nas mãos do Coronel Alacid Nunes. Levando em consideração o momento de repressão em que se vivia, o acesso da população mais pobre aos órgãos governamentais era bastante restrito. A configuração violenta e repressora da gestão em relação às manifestações populares, principalmente quando o assunto a ser tratado envolvia questões fundiárias²², ou seja, as ocupações de terra denominadas atualmente de baixadas que no século anterior haviam sido distribuídas para famílias residentes nas áreas altas, através da Lei de Concessões.²³

²² Leila Mourão (1987) tratando da questão fundiária de Belém afirma que sua história esta relacionada à ocupação das áreas de baixada no séc. XIX, quando da ocupação da Primeira Légua Patrimonial incorporando somente a parte alta da cidade. Como não havia legislação para decidir sobre questões relativas a propriedade de terras baixas estas foram aos poucos sendo ocupadas para atividades pastoris.

²³ Mourão, *ibidem*, p. 30 assevera: “razoáveis porções do solo urbano de Belém foram apropriadas e nelas surgiram as fazendas de vacarias das famílias Lobo Guimarães, Leal Martins, Umbelina Quadros, Chermont, Santos Moreira, Pinheiro Filho, entre tantas outras. Algumas dessas, ou partes, foram sendo repassadas ou vendidas a parentes ou a outras famílias. Essas famílias, ou seus herdeiros, hoje constituem nos maiores proprietários privados das baixadas, onde, inclusive, se configura o conflito fundiário ora estudado. Em 1940, extensas áreas localizadas nos limites e imediatamente após a primeira légua patrimonial, foram cedidas ao governo Federal para nelas se instalarem algumas instituições, como o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Posteriormente, outras parcelas de terras foram também cedidas para a instalação da Faculdade de Ciências

O movimento expressava resistência ao governo autoritário, que por sua vez, respondia de forma repressiva. Paracampo (1992, p. 48) destaca a respeito das lutas pela moradia que “as ocupações coletivas, que neste momento começam a se intensificar eram reprimidas violentamente pelo poder público. As famílias eram expulsas, as casas derrubadas, pessoas presas e fichadas criminalmente”.

Decorrentes do enfraquecimento do regime militar, em 1982, houve eleições diretas para os cargos executivos e legislativos em nível estadual, e alguns governadores estaduais, não só não contiveram as ocupações irregulares, como em muitos casos, as estimularam com fins eleitoreiros. O governador Jader Barbalho no Estado do Pará em seu primeiro mandato (1982-1986) é um exemplo dessa situação.

Para a pesquisadora Joana Valente Santana Alves (1997, p. 55),²⁴ que estudou os processos de invasão de terras na RMB ocorridos na década de 1980 e a primeira metade dos anos 1990, entre os desdobramentos dessa ocorrência, um pode ser evidenciado ao se constatar a “reorientação dada à política de habitação, em que pese representar os interesses de legitimação do Estado frente às classes dominadas, expressa as contradições sociais à medida que inclui determinados direitos - o direito à moradia - no seio do Estado.”. Segundo sua interpretação, essa reorientação localizou-se nos primeiros anos da década de 90, levando a COHAB a prover a titulação e a infraestrutura básica ao invés de centrar sua ação na construção de unidades habitacionais.

Contudo, entendemos que o “redimensionamento” executado na política estadual de habitação, decorreu, sobretudo, da combinação de dois fatores: a vitória da tese municipalista na CF/88, que transferiu para os governos municipais uma série de responsabilidades no gerenciamento de políticas públicas como a habitação e o avanço do ideário neo-liberal resultando em drásticos cortes para assegurar a minimização do Estado brasileiro.

Agrárias, da Universidade Federal do Pará, da EMBRAPA, e da ELETRONORTE, no mesmo perímetro. Essas instituições, ao lado das famílias citadas e outras, se tornaram grandes proprietárias do solo alto e/ou alagadiço de Belém.”

²⁴ Além dos clássicos, esta situação também foi estudada por ALVES, Joana Valente Santana. *Belém, a capital das invasões*. 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997. O seu trabalho analisa os processos de invasão de terra na Região Metropolitana de Belém (RMB) durante a década de 1980 e a primeira metade de 1990 e seus desdobramentos no campo da formulação/implementação das políticas estaduais de habitação. Mesmo não trabalhando com a categoria invasão, consideramos que vários dados produzidos pela autora são emblemáticos para esclarecer a situação em questão.

A distribuição de documentação de títulos de posse, geralmente feitas em cerimônias e atos públicos, junto às comunidades de moradores que “invadiam” áreas e terrenos públicos e de particulares na cidade e no campo, contou com o apoio indireto da gestão Jader, que se beneficiava politicamente dessas ações.²⁵

O governador cooptava lideranças nas bases populares com benesses pessoais e iniciava assim a constituição de uma base de interlocução popular ao mesmo tempo em que isolava a CBB. Tal organização federativa só conseguiu dialogar com o então governador depois de 8 meses de sua posse devido a intensas mobilizações, o que culminou com um ato público com sete mil pessoas em frente ao Palácio Lauro Sodré, sede do governo estadual.

Seguindo essa política ofensiva junto às comunidades de bairros, Jader contribuiu para o surgimento da Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores - FEMECAM, em 1985, cujas principais lideranças tiveram origem na CBB. A FEMECAM constituía-se como “correia de transmissão” da política governista, abonando os programas sociais levados a cabo pela primeira dama do estado, Elcione Barbalho. Tais programas de caráter assistencialista, não objetivavam alterar com o ciclo do empobrecimento da população paraense, pois não rompiam com o modelo de desenvolvimento imposto à região pelo governo federal, principalmente através dos financiamentos patrocinados pela SUDAM a grandes empresas de exploração agropecuária. O que se via era a distribuição de cestas básicas, cadeiras de rodas, entre outros.

Em Belém, ocorreram diversas ocupações com distintos propósitos, moradia e especulação. Os incentivos advinham de diferentes situações provocando uma explosão de ações de ocupação onde as camadas populares ocupavam terrenos vazios, sobretudo nas baixadas, e passavam imediatamente a prover, ainda que de forma extremamente precária, sua moradia, reproduzindo uma dinâmica já conhecida de algum tempo, as autoconstruções, como nos sublinha Bonduki (1998, p. 282) ao identificar que esse processo “faz parte da ‘desmercantilização’ do processo de produção da moradia popular, ou seja, da desestruturação do mercado de moradias populares produzidas por empreendedores privados.” Por isto, “nesse

²⁵ Segundo Alves (1997, p. 62-4), nesta gestão foram construídas 1.999 casas. Ao passo que também houve uma reorientação das ações do poder público: de construção de unidades habitacionais à desapropriação e urbanização de áreas ocupadas (como instalação de água encanada, luz elétrica, asfaltamento, dentre outros). A política de desapropriação de terrenos ocupados resultou na desapropriação de 12 áreas, envolvendo 3.445 famílias, entre 1983/86, denominadas: Santa Luzia, Jesus Maria José, Jaderlândia I e II, Terra Santa, Jardim Sideral, Cosanpa I e II, Morada Maria Melo, Nº Sª Bom Remédio, Boa Esperança e Vila Esperança.

quadro, transferiu-se para o Estado, e sobretudo, para o morador, a responsabilidade pela produção da moradia.

O estudo de Alves (1997) ainda apresenta que no intervalo das gestões Barbalho, o governo de Hélio Gueiros (1987-1990), realizou por meio da COHAB a construção de 1.966 unidades habitacionais. Neste mesmo interím, as ocupações se intensificaram, saltando para um expressivo número de quarenta e quatro na RMB.

A diminuição dos recursos federais para financiamento de projetos sociais, seguindo a diretriz neoliberal, que aponta para o desenvolvimento de política focalizada e setorizada exige um novo desenho de políticas. A queda da provisão de política tradicional corresponde ao desenvolvimento da política habitacional alternativa.²⁶ Os governos municipais são conclamados a desenvolver projetos habitacionais cujos recursos passam a ser provenientes das agências multilaterais (mediadas pelo governo brasileiro) como são os casos do Projeto UNA, PDL e ESTRADA NOVA. (Alves, 1997).

Na segunda gestão do governador Jader Barbalho (1990-1994), foi formulada e implementada uma política estadual de habitação, seguindo as diretrizes nacionais, impactadas pelo esgotamento da produção da habitação pelo governo federal. Neste novo quadro, a COHAB passou a apresentar como características uma atuação centrada na reorganização e regularização dos lotes ocupados, desapropriação de áreas e implantação de infraestrutura básica e equipamentos coletivos em áreas de ocupação, o que pode ser constatado na mensagem estadual enviada anualmente à Assembléia Legislativa para prestação de contas do ano anterior e divulgação do planejamento anual como podemos conferir em Pará, Governador (1992, *apud* ALVES, 1997, p. 68).

Ao final da década de 1990, verificamos a permanência da COHAB como promotora dos programas da CAIXA, mas passa a ocorrer uma maior atuação do poder público municipal através da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB e CODEM com programas que permanecem na pauta das políticas mais recentes. Essa responsabilização segue a perspectiva de urbanização de áreas ocupadas, melhorias habitacionais nas áreas de baixadas e regularização fundiária (titulação). Segundo o Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas -

²⁶ Política Habitacional Popular Alternativa: titulação, urbanização e criação de infra-estrutura de áreas ocupadas. Legalização de lotes ocupados, a ordenação do espaço urbano, realização de serviços infra-estruturais e implantação de equipamentos urbanos básicos (água, energia elétrica, drenagem, pavimentação) nas referidas áreas de ocupação. *Vide* Alves (1997)

IPEA (1997), a COHAB e a CODEM regularizaram até 1996, 38 áreas de ocupação, atendendo 28.128 famílias citado por COHRE, 2006.

Ainda não alinhado aos debates mais contemporâneos acerca de intervenções de caráter urbanístico-ambiental, mas sinalizando numa perspectiva de minimização dos impactos dos alagamentos sofridos por grandes parcelas da população da cidade de Belém, surgiu com base em um conjunto de reivindicações elaboradas pelo movimento popular desde a década de 1970, o projeto da Macrodrenagem da Bacia do UNA, que atingiria nove bairros (Fátima, Pedreira, Marco, Sacramento, Telégrafo, Umarizal, Souza, Benguí e Nova Marambaia). Aprovado em 1991 pelo Governo do Estado para ser coordenado pela Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, com a participação da Prefeitura Municipal através da SESAN, por meio de um convênio. O projeto começou a ser executado em 1993, com uma duração prevista para quatro anos. Suas rubricas eram estratosféricas, foi previsto inicialmente que o financiamento necessário para realização da obra era do montante de US\$ 145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de dólares) do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares) do Governo do Estado. Para atender a exigência do BID, foi criada uma estrutura denominada Conselho Gestor, regulamentado através do Decreto estadual nº 799, de 8 de maio de 1992. Sua composição (4 representantes do Estado, 4 da Prefeitura, 1 da empresa responsável, 1 da Sociedade Protetora dos Recursos Naturais – SOPREN, 1 da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES e 1 representante de cada uma das 7 sub-áreas) tinha por finalidade assessorar a gerência do projeto em relação às preocupações da comunidade.²⁷

Para tornar mais clara a disparidade entre a produção da habitação resultante da política pública habitacional, efetivada pela COHAB e a autoconstrução, montamos a tabela abaixo, que comprova a regressão do número de unidades habitacionais e em contrapartida, a progressão das ocupações de terra na RMB. Ou seja, à medida que o Estado ausenta-se de prover moradia e infraestrutura à população, deixando-a sem alternativas viáveis, as ocupações passam a constituir-se em formas possíveis de resolver suas demandas e forçando o poder público a dar respostas.

²⁷ Informações compostas a partir das seguintes fontes: CBB. A voz da CBB. Ano XV, nº 1, novembro de 1993; CBB. Momento Popular. Edição especial sobre o Projeto de Macrodrenagem da bacia do UNA, dezembro, 1995; PARACAMPO, Vitória. Reforma Urbana: macrodrenagem e participação popular. Belém: Ed. Universitária UFPa, 1996; Relatório da Reunião do Movimento Unificado em defesa dos Projetos de Saneamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e com as Secretarias de Assuntos Internacionais – SEAIN e de Política Urbana – SEPURB do Ministério do Planejamento, ocorrida em 28 de maio de 1997 no Hilton Hotel e secretariada por Carlos Matos em 03 de junho de 1997.

Quadro I

Governador	Período	Nº Unid. Hab. Construídas	Nº Ocupações	Nº Remoções	Nº Desapropria ções
Alacid Nunes	1979/1982	8.129	10	03	01
Jader barbalho	1983/1986	1.999	29	01	12
Hélio Gueiros	1987/1990	1.966	44	03	02

Fonte: ALVES (1997, p. 65), adaptado.

A síntese exposta no quadro acima não deixa dúvidas. O número de ocupações aumentou vertiginosamente em decorrência da ineficácia das políticas públicas de habitação, visto que não atingiam aos que mais precisavam, ou seja, a maioria de munícipes que percebiam baixos rendimentos. Por outro lado, percebemos a diminuição da produção de unidades habitacionais, acarretada pelo impacto das políticas neoliberais. Não restava então, outra saída para os recém-chegados à cidade, aos que moravam de aluguel ou dividiam o teto, enxergar nestas ocupações uma solução para o seu problema de moradia.

Neste período desenrolou-se uma acirrada disputa entre as entidades gerais, CBB e FEMECAM, pela representação das organizações localizadas do movimento social, principalmente às populares de bairro, atestada em inúmeros noticiários da imprensa local.

Entretanto, a CBB destacou-se no papel de interlocutora das demandas sociais, no terreno da educação, da saúde, do transporte, do saneamento e principalmente da moradia (titulação). Para cumprir esta tarefa, foram lançadas campanhas com esta última temática, motivando a organização e o envolvimento de entidades como associações de moradores, centros comunitários, clubes de mães, grupos folclóricos, de teatro, culturais e esportivos. Neste período, os movimentos populares adquiriram notoriedade, confirmado pela expressiva quantidade de matérias veiculadas nos diários de Belém, conforme verificamos n'*O Liberal* de 1987:

A Comissão dos Bairros de Belém (CBB) vai lançar hoje às 15 horas, na sede do Sindicato da Construção Civil, a Campanha da Moradia que abrange a luta pela legalização de áreas de posse em benefício de famílias menos favorecidas, a campanha busca alertar a população e as autoridades a cobrar a resolução de problemas como os de transportes coletivos, educação, sanitário e distribuição de água e luz – principais dores de cabeça para a população das zonas periféricas de Belém, e mesmo para quem reside no centro da cidade. Na campanha da moradia, residentes em cada bairro terão oportunidades para cobrar soluções para os problemas que mais os afligem²⁸.

A própria entidade divulgou um informativo intitulado *A voz da CBB*. O número 2 desta publicação foi totalmente voltado ao lançamento e divulgação da *Campanha pela Moradia*. O editorial deste boletim conclama para a “unificação das lutas dos centros e associações de moradores” e coloca a CBB na condição de vórtice das transformações almeçadas e das vitórias conquistadas pelo movimento popular. O texto principal do jornal destaca que “a proposta da campanha surgiu devido à constatação de que não seria possível unir o conjunto das entidades em torno de uma bandeira de luta específica”, ao reconhecer que “a mobilização tem se dado de forma diferente” e segue exemplificando “os companheiros do Benguí tem jogado força na luta por melhores condições de transporte e pela construção do canal do Covão com a justa indenização dos moradores que serão remanejados”, ao passo que “os companheiros do Guamá estão se mobilizando em cima da questão da água, que há mais de sete anos vem atormentando a vida dos moradores daquele bairro”, já “o bairro do Marco é em cima da luta pelos títulos, pela água e pelo saneamento básico. Já a Pedreira é pelos canais.”

Ainda no mesmo documento, a entidade convocava a mobilização de todas as entidades comunitárias para a realização do Ato Público da *Campanha pela Moradia*, que se realizou em 28 de maio de 1987, onde foi entregue um documento ao prefeito Coutinho Jorge. Seu conteúdo representa o avanço da compreensão sobre os diversos aspectos do morar; tanto que o direito à moradia era entendido como direito a se viver bem, por isso era imprescindível o “título de propriedade, transporte bom e barato, saúde, água encanada, saneamento, etc.”

E parece que o clamor da CBB funcionou, visto que novamente *O liberal* em matéria de 10 de julho de 1987, anunciou “Bairros unificam a luta pela moradia”. O corpo da notícia dava conta de que “A Comissão dos Bairros de Belém, prosseguindo na ‘Campanha pela Moradia’ conseguiu marcar uma audiência com o prefeito Coutinho Jorge, para entrega da

²⁸ O LIBERAL. *CBB inicia campanha da moradia hoje e ato público na terça*. Cidades, p. 9, 25/04/1987.

segunda parte do documento com as suas principais reivindicações” e a mesma prossegue informando que na audiência do dia 28 de maio já havia sido entregue “A primeira parte do documento continha reivindicações dos bairros da Terra Firme, Marco, Guamá, Benguí, Una Canudos e parte da Pedreira” e iriam entregar “a segunda parte engloba os bairros da Sacramento, Marambaia, Val-de-Cães, Telégrafo e Pedreira.” e finaliza “ao todo serão 63 entidades comunitárias, que estarão presentes à concentração.”²⁹

Nesse cenário, mais um fórum de organização e unificação dos movimentos sociais era engendrado, desta vez propondo a ter um caráter metropolitano. Esta articulação recebeu o nome de Fórum Metropolitano de Reforma Urbana - FMRU,³⁰ cujo objetivo expresso em seu manifesto à população, lançado em 08 de fevereiro de 1992 declarava “Este fórum se constitui em espaço de debate político, de proposições alternativas às políticas públicas e de luta pela Reforma Urbana onde as diversas organizações de sociedade civil se unem pela conquista de seus direitos”. Com essa estratégia os movimentos sociais pretendiam garantir a aprovação de um Plano Diretor voltado aos interesses da população pobre da cidade e fortalecer-se nas intervenções junto ao Projeto de Macrodrenagem.

A atuação da CBB em nível local refletia as finalidades e os interesses do FNRU, cujas linhas giravam em torno da gestão democrática, direito à cidade e cidadania e função social da propriedade. Este ideário impetrou significativos avanços institucionais com a elaboração e aprovação do Plano Diretor Urbano - PDU de Belém em 1993.³¹ Ao longo de suas discussões, realizou-se amplos debates, inclusive no V Congresso da CBB e ao mesmo tempo buscou-se assegurar a aprovação de instrumentos jurídicos e urbanísticos, como as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS³², visando a permanência de milhares de famílias beneficiadas pelas obras de saneamento das baixadas da Bacia do UNA (Macrodrenagem).³³

²⁹ O LIBERAL. *Bairros unificam a luta pela moradia*. Cidades, p. 22, 10/07/1987.

³⁰ Faziam parte desta articulação: Pró Central de Movimentos Populares, FASE, CEPEPO, ADUFPA, Conselho Comunitário do Guamá, Conselho comunitário do Jurunas, Conselho Comunitário da Cremação, Partido Popular Socialista, Partido dos Trabalhadores, Núcleo de Meio Ambiente da UFPA, Associação dos Moradores do Conjunto Pedro Teixeira, Partido Socialista Brasileiro, Sindicato dos Médicos, Federação Metropolitana, Movimento pela Urbanização Popular – MUP, Igreja Anglicana, Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba, Associação dos Moradores do Benguí – AMOB e Central Única dos Trabalhadores - CUT.

³¹ Lei nº 7.603 de 13 de janeiro de 1993, publicado no DOM, nº 7.434, de 13 de janeiro de 1993, na gestão do governador Hélio da Mota Gueiros.

³² Áreas ocupadas por população de baixa, cujos padrões urbanísticos, acesso à regularização fundiária e urbanística, entre outras medidas, favorecesse a permanência dessa população ao mesmo tempo em que

Ao longo do ano de 1993, diversas entidades do MSU em Belém engajaram-se no processo de criação de “um movimento com uma estrutura e filosofia surgida de ‘baixo para cima e não de cima para baixo’, ou seja, que torna-se relevante às opiniões e decisões populares, respeitasse a vontade do povo” segundo as palavras de Paulo Cohen por ocasião da reunião para apresentar o projeto da CMP, estampadas nas notas do *Diário do Pará*.³⁴ Este movimento torna evidente as disputas internas acerca das definições, do caráter e sobretudo da linha de atuação que as entidades gerais como já as existentes (CONAM, MNLM e UNMP), naquele período deveriam adotar frente ao Estado, às instituições de crédito e às políticas habitacionais. Também em 15 de junho deste ano, foi lançado o Comitê Cidadania – campanha Ética na Política, organizado pela CBB, CUT, CNBB, ONGs, MNMMR, entre outras entidades.

Dentre as inúmeras atividades protagonizadas pela CBB em razão da *Campanha pela Moradia*, encontram-se também a organização em 02 de maio de 1993, do I Encontro Popular sobre Macrodrenagem e do FMRU, além do ciclo de palestras sobre a habitação em Belém, que contou com a participação do secretário nacional de habitação, Adolfo de Marinho Pontes, ocorrido em setembro do mesmo ano. Neste evento, segundo jornal *Diário do Pará* de 10 de setembro de 1993, também foi discutido “a criação de um fundo nacional de moradia, proposto em projeto de lei que se encontra em tramitação no Congresso”. O então presidente da CBB, João Gomes comentou “que o projeto foi levado ao Congresso em 91 pela ‘Caravana da Moradia’. A defesa desse projeto à nível federal vem sendo feita pelo deputado Paulo Rocha (PT/PA)”. A nota jornalística também informa sobre “outro projeto, [que] cria os

dificultava o avanço da especulação imobiliária após a sua valorização decorrente das obras realizadas pelo Projeto de Macrodrenagem.

³³ Projeto de Macrodrenagem da Bacia do UNA, área de baixada ocupada pela população de baixa renda, executado pelo Governo Estadual com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que consistia na abertura de 19 km de canais e seu revestimento em concreto, no remanejamento de 2.800 famílias e na abertura e pavimentação do sistema viário, atingindo 600 mil pessoas com investimento de cerca de US 300 milhões.

³⁴ DIÁRIO DO PARÁ. *Movimentos Populares terá entidade própria*. 23/01/1993, informa que “O processo de criação dessa Central está sendo organizado por diversas entidades que formam o Pró-Central de Movimentos Populares em cerca de 23 estados brasileiros. No Pará, a Pró-Central de Movimentos Populares é formada pela Comissão de Bairros de Belém, Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), Centro de Solidariedade 19 de julho, Movimento das Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC), Grupo de Apoio à Prevenção à AIDs (GAPA), Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central de Belém (GEMPAC), Conselho do Jurunas (COBAJUR), Movimento de Homossexuais de Belém (MHB) e Associação Paraense de Pessoas Deficientes (APPD).” As siglas foram acrescentadas por nós. Ainda sobre a criação da CMP em outubro de 1993, cf. DIÁRIO DO PARÁ. *Belém tem delegados para criar Central de Movimentos Populares*. 13/09/1993.

conselhos estadual e municipal de habitação. Estes projetos estão sendo defendidos pelo deputado Miriquinho Batista e pelo vereador Luiz Araújo, na Assembléia e na Câmara municipal, respectivamente.”³⁵

Durante sua estada na cidade Belém, o secretário nacional de habitação, Adolfo Marinho Pontes, visitou, a convite da CBB o conjunto Jardim Maguary na Rodovia Augusto Montenegro, o Parque União no Tapanã e o bairro do Benguí, para sentir de perto as dificuldades e carências enfrentadas pelos moradores destas comunidades, podendo ter uma mostra da situação habitacional da capital.³⁶ Numa entrevista coletiva à imprensa, o secretário tratou do *Plano Habita Brasil* lançado pelo governo Itamar Franco, para reduzir o déficit habitacional, que segundo dados do próprio secretário atingia “10 milhões de casas” e em suas palavras permite que “a sociedade respondeu com mais de 15 milhões de moradia através de seus próprios recursos.”³⁷

Em 14 de novembro deste mesmo ano, o MNLM em parceria com a CBB, promove o I Encontro de Lideranças, que deliberou pela participação no Grito da Cidadania e a constituição do Movimento de Luta pela Moradia da Área Metropolitana de Belém, além da realização do I Encontro de Moradores de áreas e conjuntos ocupados,³⁸ realizado em 27 de fevereiro de 1994 no município de Marituba, pertencente à RMB, para discutir “o déficit habitacional de 12 milhões, os impasses nas negociações dos processos de ocupações urbanas e a necessidade de se estabelecer efetivamente ações para solucionar os conflitos.”, segundo informa a matéria *1º Encontro dos moradores será dia 27*.³⁹

Deste quadro, podemos aferir que as questões ligadas à moradia digna e a infraestrutura constituíam-se no principal mote dos movimentos sociais populares naquele período, mas vinculavam-se a preocupações da macro-economia e macropolítica, como no caso da CONAM, que orientada por esta motivação, anuncia a realização de uma pesquisa

³⁵ DIÁRIO DO PARÁ. *Secretário de Habitação visita áreas de Belém*. 10/09/1993.

³⁶ Em mais um lance da Campanha pela Moradia, o informativo *A voz da CBB*, Ano XV, nº 1 de novembro de 1993, cobriu o Ciclo de Debates promovido pela entidade tendo como pauta a moradia e em sua matéria principal perguntava: “Política habitacional: isso existe?”.

³⁷ DIÁRIO DO PARÁ. *Secretário de Habitação faz críticas ao sistema do país*. A-10, 11/11/1993.

³⁸ De acordo com documento de avaliação do MNLM-Pa: “I Encontro dos movimentos de luta pela moradia. Queremos a cidade com dignidade.”, elaborado pela Comissão do I Encontro Estadual (Claudivan, Alcir Matos e Adelino Bessa).

³⁹ DIÁRIO DO PARÁ. *1º Encontro dos moradores será dia 27*. 19/02/1994.

para “saber qual a real situação da moradia no país” por considerar segundo a presidente da FEMECAM, Eneida Casteli que os dados oficiais estão defasados, pois se referem à década de 80 e não demonstram a realidade; a mesma argumenta “A Conam e todas as entidades a ela filiada estão se colocando à disposição do governo para esta pesquisa.”⁴⁰. Este trecho nos chama atenção, pois neste período as demais entidades gerais acusavam a Conam de alinhamento com o governo, lançando duras críticas a sua posição política, não é demais informar aos leitores que esta entidade era hegemônica pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB e por setores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, enquanto que os dirigentes das outras entidades tinham ligação estreita com o PT, e em muitos casos, eram filiados, concorriam às eleições, compunham seus diretórios municipais e estaduais. Então, podemos concluir que todas as entidades mantinham vinculação político-partidária.

A matéria prossegue com as análises de Vladimir Dantas, presidente da CONAM, que no encerramento do Encontro Norte da entidade, se mostrou contrário com relação à possível revisão constitucional alegando que “as leis complementares não foram regulamentadas até o momento,” o que tornaria inviável qualquer tentativa de modificação e exemplifica “o Estatuto da Cidade, de autoria do já falecido senador Pompeu de Souza, que regulamentaria artigos importantes para a reforma urbana, que até o presente se encontra tramitando nas comissões do Congresso.”

Ainda neste mesmo fragmento jornalístico, é anunciada uma Marcha à Brasília, programada para o dia 20 de outubro, tendo a finalidade de “deflagrar o processo de Conferências da Habitação”, onde a CONAM esperava pressionar o Congresso para garantir mais verbas no orçamento para este setor. Notamos aí uma clara intenção em rivalizar com UNLM e MNLM pela condução das lutas pela moradia.

Enquanto se desenrolavam estas disputas em nível nacional, as entidades locais ligadas às gerais, também buscavam diferenciar-se galgando e consolidando espaços na vida política da cidade de Belém. Em função das recentes discussões do PDU-Belém, que foram antecedidas pelo Plano Diretor de Transportes Urbanos - PDTU, elaborado entre 1989 e 1991 e aí aprovado, a CBB dando prosseguimento à sua *Campanha pela Moradia* realizou o II Ciclo de Debates ‘Transporte Urbano, violência e caos’ e o III estava programado para ocorrer em dezembro com o tema ‘participação popular’. Conforme informações prestadas pelo secretário da entidade, Alcir Matos em reportagem do *Diário do Pará* “os temas

⁴⁰ DIÁRIO DO PARÁ. *Conam faz pesquisa sobre a situação da moradia no país*. 27/09/1993.

abordados durante a campanha sirvam de subsídio para as entidades de base.” e aproveita para lançar críticas ao poder público municipal, “não queremos que aconteça como no ano passado quando a CPI dos Transportes da Câmara comprovou a relação promíscua entre as empresas de transporte e a PMB e as denúncias foram engavetadas pelo Ministério Público.”⁴¹

Retomando o debate das influências e interferências do poder público e dos partidos políticos junto às entidades do movimento social, e suas conseqüências no desenrolar da trama, assinalaremos três situações que evidenciam esta questão. A primeira delas ocupou as páginas de *O Liberal* em 04 de janeiro de 1990 e dava conta de que na Câmara Municipal de Belém ocorreu uma discussão sobre “o capítulo referente à estrutura administrativa do Poder Público Municipal, a principal polêmica girou em torno do relacionamento entre o Executivo municipal e os vários conselhos comunitários existentes”. Na época, alguns vereadores, segundo esta fonte, questionavam a proposta do executivo, mantida pelo relator Zenaldo Coutinho (PFL), que deixava sob a responsabilidade do prefeito a escolha de cinco comunitários para compor os conselhos de cada setor, tendo como incumbência “colaborar gratuitamente com a administração e prestar informações sobre a necessidade de serviços no local.”⁴²

Com o término das discussões, os vereadores chegaram ao consenso e aprovaram uma emenda alternativa, proposta pelo relator “estabelecendo que o Executivo reconhecerá os conselhos comunitários - que terão caráter consultivo.” Do outro lado da proposição, estavam os legisladores que defendiam a total independência dos conselhos em relação ao Executivo municipal. Nesta mesma sessão, foi discutida e rejeitada proposta do vereador Eloy Santos (PDS), de pagamento de jetons aos participantes dos conselhos comunitários. Esta idéia sofreu resistência por parte daqueles que entendiam isto como medida de cooptação. Tanto que o vereador Manuel Memória (PTB) “considerou a emenda como uma espécie de legalização da prática de aliciamento eleitoral, além de representar uma afronta ao movimento comunitário e à folha de pagamento da Prefeitura Municipal.”

As discussões acerca da autonomia do movimento social, principalmente o popular, cresceram e à medida que a década de 80 avançava, esta pauta tornava-se mais recorrente. Assistimos no Estado do Pará ao fenômeno do Jaderismo, caracterizado pela presença direta do governador em reuniões e agendas com lideranças comunitárias; “doação” de lotes urbanos

⁴¹ DIÁRIO DO PARÁ. *Comissão de bairros discute Plano de Transporte Urbano*. Cidades, A-11, 12/11/1993.

⁴² O Liberal. *Conselhos comunitários reconhecidos*. Cidades, p. 7, 04/01/1990.

e rurais em cerimônias concorridas, onde eram entregues aos comunitários títulos provisórios (papéis sem validade), visto que não ocorrera regularização fundiária nestas áreas e a montagem de uma estrutura que foi abrigada na Ação Social do Governo do Estado.

O papel desempenhado pela Ação Social junto às comunidades tinha caráter assistencialista realizando-se por meio de atendimentos médicos, funerários, celebração de convênios com escolas comunitárias, entrega de cestas básicas, equipamentos (pá, enxada, ancinho, etc.), material de construção, aterro, cadeiras de roda, muletas, etc.

O que nos chamou mais atenção dentre a atuação desenvolvida pela Ação Social foi a criação de um programa de ajuda a centros comunitários, começando pelo bairro do Telégrafo, através de “auxílio [que] está sendo dado em forma de materiais de construção, que servirão para a reforma dos prédios das entidades.” Esta informação foi retirada do fragmento jornalístico do Diário do Pará de 1991 e serve para confirmar a preocupação do governo do Estado em controlar as entidades e suas lideranças.

Ainda neste artigo, a fala de José Tavares do Reis, que era presidente do Centro Comunitário Padre Marcos e do Conselho Comunitário das Passagens Unidas do Telégrafo indicava certa resistência a vinculação com as entidades gerais e pregava a unidade de todas as entidades “independente da direção política de cada entidade. Acho que precisamos nos unir e trabalhar independente de partidos.”⁴³

As ajudas materiais e financeiras doadas pelo governo do Estado aos centros comunitários apresentavam o claro propósito de aliá-los e subordiná-los aos seus interesses. Na esteira dessas arquitetadas, outro debate tornou-se constante: o caráter legal e legítimo das entidades. O Governo argumentava que só atenderia (por meio dos seus convênios e ações) às entidades legalizadas, ou seja, aquelas que estivessem com a documentação em dia (CNPJ e razão social), criando desta maneira um critério para exclusão daquelas que se negavam a obedecer estas orientações, por entenderem que o mais importante a ser considerado era a legitimidade e não a legalidade.

Para as entidades que defendiam a idéia de legitimidade ao invés de legalidade, devia-se primar pelos critérios de finalidade, capilaridade e abrangência da entidade, ao invés de documentação cartorial, que terminava por descaracterizar o objetivo principal das mesmas, ou seja, para elas mais valia a atuação concreta do que o aceite ou reconhecimento estatal.

⁴³ DIÁRIO DO PARÁ. *Ação Social colabora com a recuperação dos centros*. Cidades, p. A-11, 01/11/1991.

Pro fim, a terceira situação encontrada em nossa pesquisa refere-se à outra tentativa de manipulação do movimento popular, por intermédio do livre acesso no transporte coletivo de Belém, essa proposição partiu de dois vereadores (José Maria Costa e Jader Dias) em 1994. O primeiro argumentava na justificativa de seu projeto de lei: “vemos que, após determinados aumentos no preço da passagem, um dos maiores prejudicados no dia a dia, passa a ser o trabalhador” e coloca na mesma categoria “o líder comunitário, o qual, mesmo com todas as dificuldades, necessita deslocar-se, várias vezes ao dia, para tentar resolver os inúmeros problemas referentes a comunidade a qual pertence.”⁴⁴

Com relação ao segundo vereador citado, que também apresentou projeto de lei para assegurar que “as diretorias de entidades comunitárias, regularmente registradas” poderiam solicitar “passe livre no ônibus que circulam na Região Metropolitana de Belém” assentados na “inegável importância das entidades comunitárias que se constituíram, com grandes lutas em favor de milhares de pessoas” e assevera “para o exercício das atividades comunitárias é necessário disponibilidade de tempo, pois as lutas são árduas e exigem dos comunitários a renúncia das atividades domésticas” além de “deslocamento para várias partes da cidade em busca de benefícios que possam trazer melhorias para determinada comunidade.” e reconhece que esta situação gera dificuldades, pela limitada capacidade financeira “o que constitui um dos maiores problemas para a direção das entidades comunitárias, sobretudo em razão da maioria absoluta funcionar na periferia da cidade.”⁴⁵

Portanto assim, alguns políticos tentavam angariar simpatia e apoio das comunidades por intermédio da aproximação com suas lideranças, e utilizavam de artimanhas institucionais para tal. Sabiam que dificilmente um projeto dessa natureza teria aprovação da Câmara e do Executivo municipais, em função, primeiro da incapacidade real de identificar e controlar quem eram as lideranças, pois o processo de substituição era razoavelmente dinâmico e segundo pelo impacto tarifário que produziria inevitavelmente que os empresários do setor do transporte, mais uma vez penalizassem a população, repassando as mesmas os custos por mais esta isenção.

Segundo dados retirados de relatórios e documentos avulsos elaborados pelas coordenações da CBB, o primeiro congresso ocorreu em julho de 1982 e contou com trezentos delegados que representavam quarenta entidades. Já o segundo realizado de 27 a 29

⁴⁴ DIÁRIO DO PARÁ. *Passagem grátis, também para líderes comunitários*. Política, p. A-9, 07/05/1994.

⁴⁵ DIÁRIO DO PARÁ. *Passe livre no ônibus para comunitários*. Política, p. A-9, 18/05/1994.

de julho de 1984, elegeu Maria de Nazaré como presidente da entidade. O terceiro congresso aconteceu em 1985 e o quarto foi realizado de 22 a 24 de abril de 1988 para tratar da política municipal, saúde, educação, do saneamento, transporte, custo de vida, da estrutura interna da CBB e conjuntura, tendo como tema “Luta popular e reforma urbana” com a presença de quatrocentos e quarenta e dois delegados representando sessenta e três comunidades de oito áreas.

Não conseguimos obter informações mais precisas a respeito do quinto congresso. A luta pela moradia permaneceu sendo o lema no sexto congresso da CBB, ocorrido de 27 a 29 de maio de 1994.

Abaixo, construímos um quadro sintético indicando os anos, os temas, as entidades e a delegação dos congressos da CBB, para permitir aos leitores acompanhar o crescimento e as contradições ocorridas dentro do nosso recorte, visto que a entidade deixou de funcionar em 2005, motivada por uma enorme dívida trabalhista contraída durante a segunda gestão do governo municipal, Edmilson Rodrigues, quando a entidade firmou um convênio com a Prefeitura e o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde - Sesma, para gerenciar o Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Este convênio também foi celebrado entre a Prefeitura e a FEMECAM.

Quadro II

HISTÓRICO DOS CONGRESSOS DA CBB		
ANO E TEMÁTICA	ENTIDADES, DELEGADOS, DIREÇÃO	CHAPAS E CONVIDADOS
I congresso: julho de 1982	40 / 300 Presidente: Maria de Nazaré de Sousa Silva; Vice-Presidente: Genival Dias Carvalho; 1º Secretário: Raimundo Nonato Launé dos Santos; 2º Secretário: Sebastião Carlito de Moura; 1º Tesoureiro: Thaddeus Jude Scanlon (Ted); 2º Tesoureiro: Aldenor Monteiro de Araújo Júnior; Coord. Transporte: Francisco Xavier Ferreira Santos; Coord. Divulgação e Educação Popular: Maria de Nazaré de Souza; Coord. Contra Carestia: Maria Bibiana Rodrigues; Coord. Saúde: Maria Santana	

	<p>Ferreira Pontes; Coord. Educação: Cláudio Ronaldo Barros Bordalo; Coord. Pelo Direito de Morar: Waldomiro dos Santos</p> <p>Observação: esta coordenação foi recomposta em reunião do Conselho de Representantes as CBB em 26/02/1983.</p>	
<p>II Congresso: 27 a 29 de junho de 1984</p> <p>Homenagem: Benedito Alves Bandeira “Benezinho”, liderança assassinada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tome-Açú.</p>	<p>36</p> <p>1º dia – 571</p> <p>2º dia – 595</p> <p>Coordenação Eleita: Genival Carvalho – Geral; Júnior – Secretário Geral; Cláudio – Área 1; Maria de Nazaré – Área 2; Maria Bibiana Rodrigues - Área 3; Chiquinho – Área 4; Launé – Área 5; Ted e Ozias – Finanças; Pedro Paulo e Carlito – Lutas pelo direito de morar; Rosires e Dorinha – Imprensa e Divulgação; Santana e Domingas – Educação; Edilene e Zé Flávio – Cultura Popular.</p>	<p>As chapas “Por uma CBB independente, democrática e de massas” e “CBB: cinco anos de luta, fortalecendo as bases” concorreram e obtiveram respectivamente 260 e 287 votos.</p> <p>Entidades e partidos políticos convidados: PT, PMDB, PDT; os MP de Recife, Macapá, Vitória, Santarém, Marabá; CNBB e Igreja Luterana do Brasil; UMES e DCE; FASE e CEPEPO (ONGs); CUT e CONCLAT e STR Tomé-Açú, ADUFPA e Movimento grevista SESP.</p>
<p>III Congresso – 1985</p>	<p>Presidente: Maria de Nazaré de Sousa Silva; Zuleide Carvalho Pamplona (Zula); Tarsila Ferreira Pinto; José Anchieta; Ted Scanlon; gerson Dumont; Genival Carvalho; Paulo Cohen; Fátima Chaves; Maria Santana Pontes.</p>	
<p>IV Congresso – 22 a 24 de abril de 1988</p> <p>Tema: Luta popular e reforma urbana.</p> <p>Homenagem: Paulo Fontelles, advogado e deputado estadual, assassinado</p>	<p>63 / 442</p> <p>Coordenador: Genival Carvalho</p>	<p>Tese: Luta popular por saneamento e saúde</p>
<p>V Congresso – maio</p>	<p>Coordenação: João Gomes da</p>	<p>Tese 1: Uso do solo,</p>

de 1992 Tema: A cidade que queremos.	Silva Neto; Alcir Matos – Sec. Geral; João Bonfim – Sec. Administração e Finanças; Delson Cruz – Sec. Políticas Públicas; Socorro Silva – Sec. Imprensa e Divulgação; Janete Santos – Sec. Formação Política.	habitação e titulação; Tese 2: Saúde, saneamento e meio ambiente; Tese 3: Transporte, segurança e abastecimento; Tese 4: Educação.
VI Congresso – 27 a 29 de maio de 1994 Tema: Gestão democrática. A cidadania que queremos.	52 / 468 De acordo com a proporcionalidade (votação obtida por cada chapa), a direção eleita foi composta dos seguintes coordenadores: João Gomes da Silva Neto – Administrativo; Ana Cláudia Garcia – Financeira; José Carlos Matos Pereira – Formação Política e Comunicação; Eliezer Rego das Neves – Habitação; Flávio Risuenho Lauande – Saúde, Saneamento e Meio Ambiente; José Jomar Oliveira – Transporte e Abastecimento; Alexandre Veloso – Educação, Cultura e Lazer; Pedro Paulo de Oliveira Salgado – 1º Suplente; Orlandina Ribeiro – 2ª Suplente e Alcir Matos – 3º Suplente.	Apesar de terem sido apresentadas três teses, apenas duas chapas disputaram: chapa 1: Raízes da Cidadania, que obteve 160 votos e a chapa 2: Cidadania se conquista com luta, vencedora obtendo 204 votos. Entidades convidadas: ABONG, MNLM, FECMA, Promotoria de Justiça, Assembléia Legislativa, Câmara Municipal, CMP e CUT.
VII Congresso – 15 a 17 de agosto de 1997 Tema: Reforma Urbana e Participação Popular	Coordenação Geral: Rolando, Waldomiro, Marcelo, Maria dos Anjos, Aldenor, João Costa Ferreira e Adilson da Silva Assunção (Pranchetinha)	Duas chapas se inscreveram, resultando na vitória da chapa 1, mas pelo critério da proporcionalidade, a coordenação final teve membros das duas chapas.

Fonte: CBB. Relatórios dos Congressos, Regimentos Internos e documentos avulsos. Jornais: O Liberal. *Por melhores condições de vida*. Cad. Jornal dos Bairros, p. 7, 02/02/1988; O LIBERAL. *Tributo a Paulo Fonteles durante Encontro da CBB*. Cidades, p. 7, 23/04/1988; O LIBERAL. *Comissão de bairros define ações para segundo semestre*. 16/07/1988; O LIBERAL. *CBB completa 10 anos e faz balanço*. Cad. Jornal dos Bairros, p. 6, 07/02/1989; Diário do Pará. *6º Congresso da CBB deverá contar com 800 participantes*. 28/05/1994.

SEGUNDO CAPÍTULO

TERRA FIRME: IRONIA E FLUTUAÇÃO¹

Neste capítulo adentraremos o *locus* de nossa narrativa, procurando percorrê-lo para conhecê-lo. O bairro da Terra Firme com suas ruas estreitas, suas poucas áreas altas, sua praça Olavo Bilac, a Paróquia São Domingos de Gusmão, seus antigos moradores, suas manifestações ambientadas pelo orgulho e estima que seus habitantes tem deste lugar. Vamos seguir viagem ...

As linhas cunhadas pelo atento articulista d'*O Liberal* servem para buscar possíveis explicações para a irônica denominação aplicada ao lugar e aspectos curiosos da formação do bairro, evidenciada nas palavras de Clarisse Souza “aterrado com miritizeiros, pontas de palha ou com o próprio lixo que ali era depositado”, assim D. Clarisse relata que “o nome Terra Firme reflete o oposto desta palavra, pois o local é um lugar alagado, onde apenas algumas ruas coincidem com a denominação, como a Perimetral e São Domingos”. Já Maria Madalena “acredita que o nome provem dos barrancos altos que haviam na área da Perimetral e foram destruídos para ceder aterro às demais ruas que surgiam. Hoje restam apenas algumas áreas altas onde está o Museu Goeli.”

A mesma matéria serve também para apresentar algumas das dificuldades enfrentadas pelos moradores do bairro da Terra Firme, muito semelhante à outros bairros periféricos da capital paraense como Guamá e Jurunas, que também tem sua geografia marcada pela presença do rio Guamá e seus afluentes: a Bacia hidrográfica do Tucunduba caso do primeiro e segundo bairros e da Bacia da Estrada Nova no terceiro.

Santa Maria de Belém do Grão Pará, ou simplesmente Belém, é uma cidade marcada pelo fluxo das águas, uma cidade de rios urbanos, composta por treze bacias hidrográficas, dentre as quais se destaca a Bacia do Tucunduba - a segunda em área, possuindo 10,55 quilômetros quadrados e abrangendo os distritos administrativos do Guamá - DAGUA, de Belém - DABEL e do Entroncamento - DAENT - afluente do Rio Guamá e formada por

¹ Ao pesquisarmos nos jornais, localizamos uma matéria e consideramos seu título propício para ilustrar as contradições expostas, a começar pela própria denominação do bairro, servindo de inspiração para este capítulo, trata-se de O LIBERAL. *Num local de áreas alagadas, a terra não é tão firme.* Caderno Jornal dos Bairros, p. 3, 23/06/1987.

diversos cursos d'água: Lago Verde, Dois de Junho, Mundurucus, Gentil Bittencourt, Nina Ribeiro, Santa Cruz, Cipriano Santos, Vileta, União, Leal Martins, Angustura e Tucunduba.

Com uma população estimada em 161.499 habitantes,² a bacia do Tucunduba, localizada a sudeste da cidade de Belém compreende os seguintes bairros: Universitário, Terra Firme, Guamá, Canudos e Marco. “É composta de 13 canais, com 14.175 metros de extensão, dos quais 7.865 metros são retificados. O maior tributário da Bacia é o igarapé Tucunduba com 3.600 metros de extensão.”. O nome Tucunduba deriva provavelmente da existência do grande número da palmeira *Tucun* existente às suas margens, dado pelos índios Tupinambás, seus prováveis primeiros habitantes. Estas informações foram extraídas e adaptadas de Barbosa (2003, p. 12, 15-16).³

Nas duas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, por meio de um projeto de intervenção urbanística, o intendente Antônio Lemos programou uma forte ação de remodelamento do centro da cidade, expulsando o que julgava incômodo e incompatível com sua proposta *made in france*, assim foi que diversos serviços e moradores acabaram por ter que ajeitar-se em áreas alagadas ou alagáveis. O Tucunduba se encaixa nesta situação, pois já abrigava em suas margens o Hospício dos Lázarus, passando a servir de lugar para instalação de cocheiras, vacarias, e segmentos populacionais excluídos. Assim, podemos concluir que a ocupação deste lugar seguiu a uma lógica de segregação sócio-espacial que marca toda a sua história. (Ramos, 2002).⁴

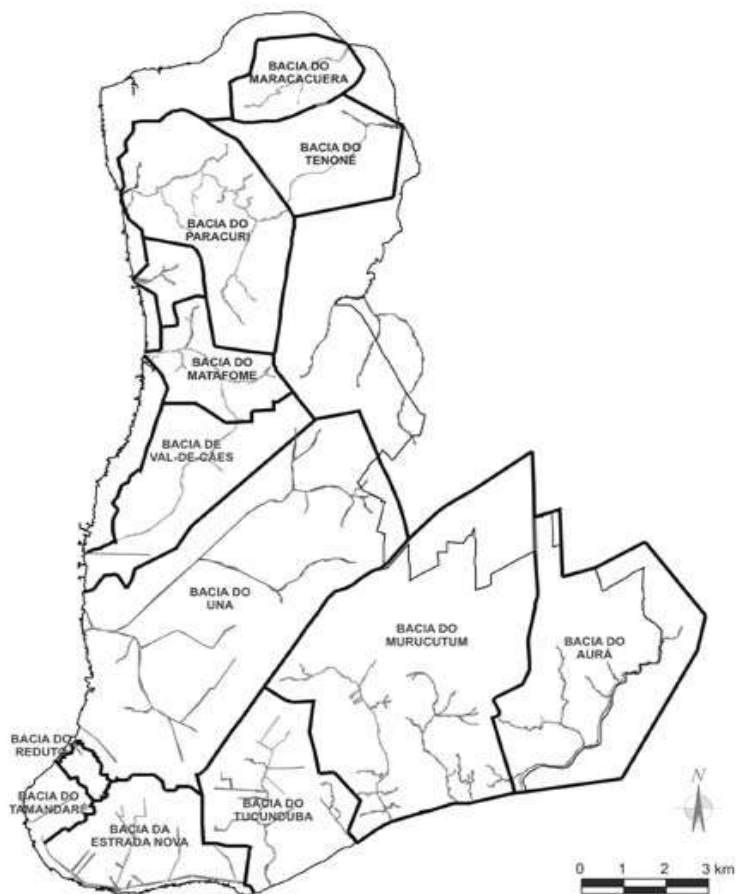
O município de Belém possui um relevo similar ao da região amazônica, onde se verifica a presença de igarapé, várzea e terra firme. Toda a área urbana está coberta por uma extensa rede de cursos d'água, porque o município se localiza na confluência da Baía do Guajará com a foz do Rio Guamá, caracterizando-se, portanto, como uma cidade de rios urbanos. Esses fatores tiveram grande importância no processo de ocupação urbana da cidade, na medida em que as áreas de terra firme foram sendo ocupadas pelas camadas de maior

² Segundo a tabela V constante do estudo MONOGRAFIA (1976): a população estimada das áreas alagáveis por baixada era a seguinte: UNA – 689 ha de terras alagáveis, população estimada de 142.980 e densidade habitacional de 208, enquanto que o TUCUNDUBA – 575 ha de terras alagáveis, população estimada de 30.420 e densidade habitacional de 60. Observamos então, a explosão sofrida nesta área da cidade, em relação ao último número, projetado pelo IBGE Censo 2000.

³ Trabalho elaborado pela Universidade Federal do Pará para a CAIXA, no âmbito do Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local.

⁴ RAMOS, José Messiano Trindade. *Entre dois tempos: um estudo sobre o bairro do Guamá, a escola 'Frei Daniel' e seu patrono*. Belém, 2002

renda, restando somente áreas alagadas para a população pobre. Essas características geográficas têm papel fundamental na forma como as questões sócio-espaciais estão imbricadas às questões habitacionais, bem como na forma como a população de baixa renda busca suprir suas necessidades de moradia na cidade.



Bacias hidrográficas no Município de Belém
Fonte: PMB/SEGEP⁵

As baixadas ocupam cerca de 40% da porção urbana do município de Belém e têm aproximadamente 550.000 habitantes, correspondente a 38% da população. Dentre esses, 34% moram em áreas alagadas, como pode ser verificado no quadro 3, em que essas áreas aparecem distribuídas pelos bairros. Inclusive, chama atenção que o bairro da Terra Firme, só perde para os bairros da Condor e do Jurunas em relação a ter suas áreas alagáveis,

⁵ BELÉM (Prefeitura Municipal - Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento. Relatório Sócio-Técnico. Belém, janeiro de 2002.

sinalizando as dificuldades enfrentadas pelos moradores ao desbravá-lo: limpeza, ocupação, construção e aterramento. Fica evidente que foram os moradores em primeiro momento a “dar uma nova cara”, ou seja, providenciar as melhorias mais imediatas para instalação e permanência.

Quadro III
Bairros de Belém e suas terras alagáveis

Bairro	Extensão em hectares	Área alagável	%
Condor	170	170	100,00
Jurunas	226	192	84,96
Terra Firme	443	371	83,75
Sacramento	367	251	68,39
Telégrafo	231	154	66,67
Guamá	395	231	58,48
Matinha	61	32	52,46
Cremação	149	77	51,68
Reduto	79	38	48,10
Cidade Velha	116	49	42,24
Batista Campos	144	50	34,72
Canudos	66	19	28,79
Umarizal	250	69	27,60
Pedreira	371	87	23,45
São Braz	167	26	15,57
Comércio	103	14	13,59
Marco	480	47	9,79
Marambaia	421	45	1,07
Souza	380	05	0,13
Nazaré	150	-	-
TOTAL	4.768	1.880	39,43

Fonte: SUDAM/DNOS/Governo do Estado do Pará. Monografia das Baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação. (1976, p. 75)

A paisagem urbana das baixadas sofreu intensas modificações nas últimas décadas. De um lado afetada pela ação das políticas públicas urbanas e de outro pelas ações dos moradores e dos movimentos de bairro, que buscavam legitimar sua cidadania pelo reconhecimento de sua existência social, na medida em que pressionavam o Estado para o reconhecimento e o atendimento de suas demandas, tais como: moradia e infra-estrutura.

Partes dessas determinações ocorreram em virtude dos surtos de migração,⁶ sofridos periodicamente como na chamada *Belle Époque* em função do *boom* da produção gomífera⁷ e na tentativa de reanimação deste mercado durante o esforço de guerra traduzido pelos “soldados da borracha”.⁸

Os rescaldos desse empreendimento mal-sucedido refletiram diretamente no aumento demográfico da cidade de Belém a partir da década de 1946, seguindo naquele momento a tendência de crescimento populacional das demais capitais. A chegada de migrantes que “atraídos pela ilusão de uma fonte de renda estável e em busca de melhores condições de vida” se deparam com um quadro diferente do imaginado e terminam “enfrentando vários tipos de entraves, como mercado de trabalho saturado, falta de oferta de habitações e deficientes serviços de infraestrutura” como nos aponta Abelém (1988, p. 12) é significativo para mostrar a complexidade e o tamanho do problema.

Na década seguinte, a partir de 1964, novas orientações passaram a conduzir o Estado, facilitando e reforçando a penetração do capital em nossa região, colaborando para acentuar as desigualdades sociais nas zonas rurais e urbanas, devido à facilidade de acesso e mobilidade, oferecido pela Belém-Brasília e pelas novas estradas estaduais, que visavam efetivar a ligação intra-regional (Cuiabá-Santarém e Transamazônica), além de estradas estaduais ligando núcleos urbanos a esses eixos rodoviários.

O estudo Monografia das Baixadas de Belém (1976) procurou estabelecer subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas que fossem ao encontro dos anseios

⁶ A esse respeito ver LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de doutoramento), 2006.

⁷ Para maiores informações cf SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002; DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A ilusão do Fausto – Manaus 1890 – 1920*. Manaus: Valer, 1999; WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

⁸ A esse respeito ver: FONTES, Edilza. “*Baratismo e nacionalismo: a batalha da borracha*” in: _____. *Contando a História do Pará, v. II: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (século XX)*. Belém: E.Motion, 2002.

e necessidades da população mais carente. Dentre os aspectos elencados, os mais destacados para uma análise dos problemas vivenciados em Belém na década de 1970, estão o demográfico, onde se apresentou claramente uma dificuldade em estimar a numericamente a população, dado o enfraquecimento da cidade em áreas institucionais indefinidas e da natureza secundária e da inconsistência dos dados disponíveis, evidenciando a fragilidade de planejamento da ação municipal.

Quanto à caracterização da habitação, destaca “dois aspectos decisivos no condicionamento à solução da moradia. O primeiro é a situação econômica das populações, o segundo, o aspecto legal da ocupação.”, visto que tomando “por base os resultados do Recenseamento de 1970 realizado pela Fundação IBGE [...] constata que 77% das famílias urbanas enquadram-se na faixa de renda que percebe de zero a três salários-mínimos, havendo uma predominância na classe de 1 a 1,5 salários-mínimos, onde se situam 20% dessas famílias” (MONOGRAFIA ..., 1976, p. 49, 52). Essa assertiva nos serve de base para desenvolver uma das principais idéias deste trabalho, que a população da capital naquele período constituía-se majoritariamente de indivíduos oriundos do meio rural, de famílias extensas e sem formação profissional, reduzindo suas possibilidades de acesso à empregos mais rentáveis e oportunidades que lhe permitissem ascender à novas condições sócio-econômicas. Desta forma, destacam-se as seguintes atividades: braçais, vendedores ambulantes, domésticas, comerciários, estivadores, funcionários públicos (de baixo nível), lavadeiras; além do subemprego e do desemprego constantes.

Esta subcondição imputava na marginalização destes sujeitos históricos, que lutavam cotidianamente por sua inserção social, ainda que esta lhe fosse permanentemente negada. Assim, as lutas reivindicatórias assumiam um caráter *a priori* localizado, mas avançavam para a incorporação de questões mais profundas do substrato social, exemplo desse processo, citamos o movimento de luta contra a carestia, que mobilizou milhares de pessoas em todo país para lutar contra os constantes aumentos de preços dos alimentos e paralelamente pediam o fim da ditadura.

Quanto ao aspecto da legalidade das ocupações, ressaltamos os dados apresentados no estudo que referenciam “a esperança da conquista da propriedade através do usucapião e/ou aforamento à Prefeitura, estimulam a invasão e conseqüentemente a precariedade da ocupação do solo urbano.” (MONOGRAFIA ..., 1976, p. 49). Aliado a isso, a falta de legislação municipal para estabelecer controle sobre os lotes aprofunda o desconforto das habitações.

Um percentual significativo de 37,80% do total de 3.936 domicílios pesquisados estavam alugados, confirmando o alto grau de precariedade da população, que gastava em muitos casos até 2/3 de seus proventos para assegurar moradia. Este quadro desenhado apontava a necessidade imperiosa de uma política urbana que considerasse aquela realidade.

O referido estudo preocupa-se ainda em elaborar uma caracterização social dos moradores das baixadas, destacando a associação entre as precariedades econômicas e físicas (alagados) que produzem uma situação assim descrita

Os problemas sociais são freqüentes, favorecidos pela ociosidade de grande parte da população, que na falta de um trabalho regular, ou de uma recreação sadia e orientada (essas áreas são desprovidas de cinema, parques, quadras de esportes, praças, etc.), dedicam-se aos jogos de cartas, dama, bilharito, tráfico de entorpecentes, prostituição e suas casas de tolerância, fazendo com que haja registros abundantes de incidentes e confusões das mais variadas ordens. [...] Diante de um quadro tão carente, as famílias que não aceitam tais padrões de comportamento social, procuram apoio nas reduzidas instituições religiosas e assistenciais, existentes nessas áreas, onde encontram pessoas preparadas para orientá-las, na busca de melhores condições físicas (aterro de ruas, construção de pontes, etc.) e sociais. (MONOGRAFIA ..., 1976, p. 51)

O fragmento acima expõe algumas estratégias empreendidas por estes populares na busca de alternativas organizacionais que se contrapusessem à lógica excludente e marginal vivenciada por grande parte da população das baixadas e veemente reprovadas pelas classes dominantes por ser entendida como inerentes às classes populares. Portanto, a intenção deste sujeitos sociais em agregarem-se visa a construção de possíveis campos de compreensão, formulação e enfrentamento de sua realidade social. Daí que “os moradores agrupam-se em Clubes, Associações, Centros Comunitários, que visam solucionar os problemas comuns, sendo entre eles o maior motivador, o melhoramento do ambiente físico da área.” (MONOGRAFIA, ..., 1976, p. 51).

Com o expressivo crescimento de Belém a partir da década de 1960⁹ e seu conseqüente espraiamento num sentido centro-periferia, caracterizado por uma urbanização perversa e marginalizadora que expulsou do núcleo fundador (Cidade Velha, Campina e

⁹ Rodrigues (1996, p. 122) apoiado em Censos Demográficos produzidos pelo IBGE, indica os seguintes números que comprovam o crescimento vertiginoso de Belém: em 1950, éramos 254.949; em 1960, 402.170; em 1970, 642.514; em 1980, 934.322 e finalmente em 1991, 1.244.688.

Reduto) muitas famílias de pescadores, lavadeiras, estivadores, e toda uma gama de trabalhadores que precisaram empreender um movimento intra-urbano.

Os tímidos e frustrados ensaios de industrialização como os que foram promovidos pelo regime militar dentro da lógica dos Grandes Projetos (década de 70) para integração da região amazônica ao restante do país foram fundamentais para conformar um novo desenho sócio-espacial. Destaca-se no caso da RMB, a criação e o funcionamento dos Distritos Industriais de Ananindeua e Icoaraci, que deveriam compor a cadeia produtiva interligados a Barcarena, Marabá, Parauapebas, Abaetetuba e Tucuruí e o discursos promissores de desenvolvimento e melhoria de vida (emprego e até moradia com infra-estrutura básica) para atrair homens e mulheres crentes no sonho da transformação de sua realidade.

Desta forma, o movimento de ocupação do solo urbano progrediu rapidamente das áreas mais altas e mais adensadas para regiões alagadas ou alagáveis que passaram a representar a possibilidade de prover, ainda que precariamente a moradia, como os bairros do Marco, Pedreira, Telégrafo, Sacramento (Bacia do UNA); depois para os bairros da Cremação, Guamá, Canudos, Terra Firme; posteriormente para o eixo Entroncamento-Augusto Montenegro (Gleba Nova Marambaia) e finalmente para áreas do município de Ananindeua (Cidades Novas); provocando a necessidade de criação de vias de transporte, acarretando a incorporação das áreas baixas ao conjunto urbano de Belém e a consolidação dos contrastes urbanos no município.

Não demorou a que se percebesse que os Grandes Projetos constituíram-se em grande balela, ao invés de assegurarem as promessas de prosperidade e desenvolvimento regional, agudizaram as tensões no campo e na cidade, com resultados mais negativos que positivos, sobretudo para a população pobre do Estado e da capital.

Este é o motivo que levou o jornalista Lúcio Flávio Pinto, a assinar uma matéria intitulada “Belém, um futuro conflituoso e tenso do ponto de vista social.”¹⁰ nas comemorações dos 367 anos da cidade de Belém. Um subtítulo da mesma matéria constatou que os “Grandes projetos geram expectativas de muitos empregos”, esclarecendo mais uma tentativa de integração da região amazônica no cenário nacional e internacional. O conteúdo desta notícia buscou dar conta dos impactos referentes “a implantação do Programa Grande Carajás, reunindo obras de peso como o Projeto ferro, a hidrelétrica de Tucuruí, o complexo

¹⁰ O LIBERAL. *Belém, um futuro conflituoso e tenso do ponto de vista social*. 1983.

Albrás/Alunorte, o porto de Vila do Conde”, além da “criação de projetos agrícolas em algumas áreas selecionadas previamente como pelos do Programa Grande Carajás, geraram a expectativa de que milhares de empregos seriam criados na região.” Mas o articulista interroga e responde “mais quais as conseqüências que estes projetos trarão para a capital paraense. Belém vai inchar. Isso foi dito. [...]”

Ainda nesta reportagem, é perceptível a substituição do tom comemorativo pelo crítico-social. Outro tópico intitulado “Assentamento da população, o mais grave problema.” dedica-se a investigar os problemas urbanos e inicia com a declaração do então presidente da Codem, José Homobono, ao concluir pela “necessidade urgente de que sejam detalhados os planos existentes a nível global para que a ação governamental se antecipe aos problemas” e completa “hoje estamos pagando por um déficit de planejamento existente desde 1920.” Para arrematar “crescimento populacional acelerado e a falta de um planejamento adequado formam a base dos problemas urbanos.”

Em decorrência “do avanço do capitalismo na Amazônia, a população pobre teve sua forma de sobrevivência desarticulada na área rural”, é o que nos assevera Abelém (1988, p. 30), migrando para as cidades, que também são afetadas “à medida que o próprio crescimento da cidade vai gerar uma demanda especulativa pelo solo urbano”. Estes migrantes não encontraram muitas alternativas em termos de terrenos, pois as áreas mais altas da cidade já estavam ocupadas, restando-lhes áreas denominadas de baixadas que se caracterizam por serem alagadas ou alagáveis na maior parte do ano devido estar abaixo da cota de 4m; mas que, no entanto, ficaram próximas geograficamente ao centro da cidade em virtude da expansão dentro da primeira légua patrimonial.¹¹

Na década de 1980, intensificou-se o processo de verticalização das áreas de sítios altos, infra-estruturadas e geralmente próximas do centro histórico, que guardou relação direta, segundo aponta Rodrigues (1996, p. 186) com “a existência de um grande cinturão de áreas institucionais e o significativo índice de áreas de baixada.”. O mesmo autor prossegue explicando que este fenômeno é processual e tende a consolidar-se nas áreas para onde estava se expandindo, além de provocar novas “ondas” de verticalização.

¹¹ A 1ª Légua Patrimonial trata-se de uma porção de 4.110 hectares que em 1627 foi doada por meio de carta de sesmaria pelo então Governador do Maranhão e Grão-Pará. Francisco Coelho à câmara municipal de Belém. “Por solicitação de Antônio Lemos, o Governo do Estado pelo Decreto nº 766, de 21 de setembro de 1899, aumentou com mais de uma légua de terras o patrimônio municipal.” De acordo com Cruz (1973, p. 406).

Finalmente, chamamos atenção para outra questão não menos importante e que teve rápida leitura e apreensão pelos movimentos populares: a especulação imobiliária. Ocorre que a medida que os processos de luta para melhorias das baixadas concretizavam-se por meio dos investimentos públicos e privados, havia uma conseqüente valorização destes lugares, acarretando num feroz ataque do setor imobiliário disposto a garantir maior estoque de terras infra-estruturadas. Com isso, aumentavam os valores dos serviços executados (água, energia elétrica, telefone) e dos impostos (IPTU) provocando a expulsão de parcelas das camadas empobrecidas destes locais agora melhorados para outros mais distantes. Tudo isto foi resultante das lutas primeiro pelo direito à posse e logo depois á permanência no lote.

Essas transformações drásticas exigiram do Estado, intervenções concretas que foram subsidiadas a partir de estudos e pesquisas, visando elaboração e implementação de políticas públicas adequadas a solucionar os problemas existentes. Na esteira destas preocupações, a PMB, através de alguns de seus órgãos como a Codem, Segep e Sesan providenciou um conjunto de levantamentos e trabalhos, onde procurou analisar a situação da cidade de Belém.

A falta de moradia provocou conflitos fundiários e vêm se constituindo numa questão que enseja debates e proposições, pelas dificuldades para sua resolução em todo o país, particularmente nessa região, pelas suas características *geo-sociais* e culturais diferenciadas.

A MONOGRAFIA (1976) apontou que em 1974, a UFPA tinha 471 ha, sendo que deste montante 44,64% estavam localizados na Área de Estudo E, ou seja, quase a metade de suas terras já vinha sendo ocupada paulatinamente desde a década de 1950 e estaria sob litígio anos mais tarde. Quanto ao quadro abaixo, nos permite averiguar que cerca de 60 km² de áreas de terra firme da cidade eram ocupadas por Instituições Federais, incluindo UFPA (2,5 km) e Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP (16,25), segundo dados da PMB / Plano Diretor da Região Metropolitana de Belém (1980).

Importa ressaltar que estas áreas mesmo pertencendo às esferas do Estado, não ficaram isentas de tentativas e ações exitosas de ocupação, ao contrário, serviram de motivação para sua ocupação, em função de estarem em sua maioria sem utilidade social e localizarem-se próximas ao centro, ocasionando lutas pelo direito à titulação e conseqüentemente ao seu reconhecimento como áreas de interesse social; acompanhadas de reivindicações para a

constituição e a cobertura permanente dos equipamentos e serviços infraestruturais necessários a uma habitação adequada.¹²

Nessa atmosfera de afirmação dos MSU's, se delimita a luta pela terra dos moradores do bairro da Terra Firme, com forte “presença de não-naturais, com cerca de 30,0% de não-naturais, sendo 77,2% originários do interior do Estado, destacando-se municípios de Igarapé-Miri, Castanhal, Castanhal, Maranhão e 22% oriundos de outros estados, basicamente Maranhão. A presença dos naturais se dá na ordem de 70% do total.”, sublinha Rodrigues (1996, p. 244).¹³

UM BAIRRO DO TAMANHO DE SEUS PROBLEMAS¹⁴

O lugar denominado ironicamente de Terra Firme por seus moradores, foi formado de maneira semelhante à outros bairros periféricos de Belém. Alguns trabalhos¹⁵ apontam que a sua formação remonta o século XVIII, mas somente a partir do final da década de 1950, sofreu os impactos mais pesados da ocupação, passando inclusive a constar de levantamentos realizados pelo geógrafo Rocha Penteado e pelo historiador Ernesto Cruz (1970, p. 29-30) para a década de 1960, onde aponta os seguintes dados: 4.210 pessoas de uma população total de 359.388 pessoas no município de Belém.

¹² O termo habitação adequada significa: privacidade adequada, espaço adequado, segurança, iluminação e ventilação adequadas, infra-estrutura básica adequada em relação ao trabalho e facilidades básicas, tudo a um custo razoável. Com base nos dados extraídos do site <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/habitacao.html>. consultado em 23.06.2009.

¹³ As regiões Nordeste, Tocantina e Bragantina do nosso Estado são caracterizadas pela presença marcante das águas de rios, lagos, furos, igarapés e mananciais; possibilitando assim uma maior identificação, aproximação, adaptação e apropriação desses espaços.

¹⁴ O LIBERAL. Manchete do Caderno Jornal dos Bairros, 20/12/1988, p. 4.

¹⁵ FERREIRA, Carmena Fadul. Produção do espaço urbano e degradação ambiental: um estudo sobre a várzea do Igarapé Tucunduba. Belém, 1995 (tese de mestrado); Município de Belém. Estado do Pará. Obra de canalização, drenagem e implantação de vias marginais ao longo do Igarapé Tucunduba. Junho/1991; RAMOS, José Messiano Trindade. Entre dois tempos, um estudo sobre o bairro do Guamá, a escola Frei Daniel e seu patrono. Belém, 2002; MACEDO & CARVALHO, Cleonice Meireles de e Olinda da Silva Campos. Memórias dos moradores sobre o igarapé Tucunduba. Belém, abril/2005 (trabalho de especialização).

O bairro da Terra Firme sofreu mudanças significativas, conforme observado e descrito por Penteado (1968, p. 334)¹⁶ no início da década de 1960:

Escondido entre mangueiras e palmeiras, quase todo edificado com casas de tábuas, colocadas sobre baixas estacas, cobertas com telhas ou folhas de palmeiras, o bairro tem um aspecto de provisoriamente bem acentuada; apenas sua principal via, asfaltada, foge a esta característica; por ela se atingirá a futura cidade universitária de Belém [...] as casas com suas passarelas, denunciando a existência do problema de enchentes durante o “inverno”; a presença de vidraças em algumas casas constitui um elemento a favor do melhor padrão de vida de seus habitantes, assim como a cobertura de telhas de barro.

O autor prossegue suas observações situando o leitor das características do bairro no decênio de 1950 como o seu caráter residencial e modesto, tendo “evoluído de maneira espontânea e até mesmo desordenadamente” ainda não estava estruturado e “habitado por uma população pobre, que vive isolada em “barracas: seu efetivo correspondia a apenas 1,16% dos habitantes de Belém” Penteado (1968, p. 336), apresentando uma das mais baixas densidades por hectare: 39,7 hab./ha. da cidade de Belém.

É curioso ler o registro amedrontador feito sobre um possível destino do bairro da Terra Firme. As linhas são claras: “é muito provável que com a construção da Cidade Universitária do Pará, o bairro de Terra Firme venha desaparecer ou, pelos menos sofrer sérias limitações no seu crescimento.”, e continua “poderá surgir o grave problema do deslocamento de milhares de pessoas para outros bairros de Belém, fato único na vida da capital paraense e de conseqüências imprevisíveis.”, de acordo com Penteado (1968, p. 336).

A previsão feita por Penteado não se confirmou, ocorreu o oposto. Localizado na zona leste do município de Belém, a Terra Firme tornou-se gradativamente a partir de 1979¹⁷, um bairro populoso marcado pela desigualdade social e um dos mais carentes de infra-estrutura. Só tem de firme o nome. A maior parte das ruas e passagens desse bairro localizam-se em áreas alagadas ou alagáveis.

¹⁶ PENTEADO, Antônio Rocha. Belém – Estudo de Geografia Urbana. Universidade Federal do Pará. 1968. Coleção Amazônica Série José Veríssimo. 2º volume.

¹⁷ As diversas fontes pesquisadas apontam diferentes datas para o início organizado das ocupações em terras da Universidade, mas a maioria indica o ano de 1979, por isso ele foi tomado como referência.

Os dados referentes às populações residentes nos bairros que compõem a Bacia Hidrográfica do Tucunduba, refletem um crescimento demográfico que, via de regra, orientou-se no mesmo sentido notado em outros bairros da cidade de Belém.

Observamos no quadro, que os bairros da Terra Firme e do Guamá mantiveram um ritmo positivo de crescimento em relação aos bairros do Marco e de Canudos, que registraram um crescimento negativo, com sensível redução de suas populações se comparadas as décadas de 80 e 90. Ainda que não seja a intenção deste trabalho, nos perguntamos, a que fatores poderíamos atribuir tais resultados? E se estes resultados guardam relação direta com os históricos de luta e mobilizações aqui estudados.

Quadro IV
Evolução demográfica dos bairros da bacia do Tucunduba

Bairros	1950	1960	1970	1980	1991
Guamá	13.885	23.400	55.764	83.128	90.252
Montese/Terra Firme	-----	4.210	10.075	28.281	31.190
Canudos	11.975	15.686	13.155	15.143	12.924
Marco	26.286	40.550	59.170	72.209	67.571

Fonte: IBGE/Censos 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991. (adaptado de Universidade Federal do Pará. Trabalho elaborado para a Caixa Econômica Federal no âmbito do Programa Caixa Melhores Práticas em Gestão Local, 2003)

O bairro apresenta diversas faces. Uma delas fica no centro, no cruzamento da avenida Celso Malcher com a rua São Domingos, ambas pavimentadas, que servem de corredor de tráfego, além de abrigar uma movimentada feira com amplo comércio de lojas de todos os tipos de produtos e serviços. Também nesta conhecida esquina se localizam a delegacia de polícia e a praça Olavo Bilac.¹⁸ Este espaço tem significativo sentido para os seus moradores, em virtude de servir como local de concentração para atividades políticas e culturais.

Na maioria do bairro predominam estreitas passagens¹⁹ e becos onde encontramos casas de madeira, alvenaria e taipa. Em algumas delas, encontramos pontes de madeira, apelidadas de estivas, que permitem o acesso e o trânsito das pessoas. Parte desta situação

¹⁸ Em 1999, a Igreja São Domingos de Gusmão reivindicando a propriedade do terreno que fica em frente ao prédio da igreja decidiu pela colocação de gradio para cercar a praça Olavo Bilac, gerando grande controvérsia e protesto dos moradores do bairro.

¹⁹ Passagens são vielas sem qualquer alinhamento e infra-estrutura, frutos do crescimento desordenado da cidade.

vem se alterando em função da organização comunitária, que pressiona os poderes públicos para realização de serviços: aterramento de ruas e passagens, construção e recuperação de pontes, limpeza das vias e recolhimento do lixo. Há também a iniciativa por parte dos moradores para resolução dos problemas e as ações de candidatos em ano eleitoral. Além das obras de construção da unidade municipal de saúde, de escolas municipais e estaduais, pavimentação de ruas e passagens e a mais importante de todas: a macrodrenagem da bacia do Tucunduba.

Os fragmentos jornalísticos informam que demandas relativas ao saneamento, ao transporte, à educação, à saúde sempre marcaram a vida dos moradores do bairro, e foram utilizados pelas lideranças como motivação para mobilização e conscientização. A coluna *Queixas Cartas* antes existente no jornal O Liberal de 18 de agosto de 1987 recebeu uma reclamação d“os moradores da Terra Firme esperam, até hoje, que o imenso buraco localizado na Rua Celso Malcher com a passagem Comissário seja tapado pela secretária municipal de obras. Mas essa espera é em vão” por se entender que “o buraco tem história e, se não é assustadora como o desastre do edifício ‘Raimundo Farias’, no mínimo é prosaica: é que o tal buraco costuma, agora pregar peça em quem tenta fazer manobra no local.” E prossegue “se, o motorista cochilar, tem que fazer muito esforço para voltar à superfície.”²⁰

Merece destaque, a comparação exagerada feita pelo jornalista entre o buraco e a queda do edifício Raimundo Farias, que vitimou 39 trabalhadores no ano de 1987.²¹ Talvez isso se devesse às tantas dificuldades e problemas enfrentados pelos moradores, fazendo parecer que o buraco não estava só em um dos trechos mais movimentados do bairro, mas sim que o próprio bairro se assemelhava a um buraco.

É possível também relacionar a tragédia aos dados de doenças, contágios, mortalidade enfrentados pela comunidade do bairro, que vitimava muitas pessoas.

No mesmo noticiário, tomamos contato com mais reclamações, agora envolvendo o abastecimento de alimentos e o trânsito: “sem planejamento, a feira da Terra Firme está se expandindo pelo meio da rua. Nas esquinas das ruas Celso Malcher e São Domingos, o trânsito intenso e a desorganização têm causado atropelamentos.”²² Parte desta solução só foi

²⁰ O LIBERAL, Coluna Queixas Cartas, cidade, p. 22, 18/08/1987.

²¹ A Doca de Souza Franco foi palco de uma tragédia inesquecida. Um prédio em construção, já com os seus oito ou nove andares levantados, ruiu espetacularmente transformando tudo em escombros e matando centenas de operários que trabalhavam na obra.

²² O LIBERAL. Cidade, p. 22, 25/08/1987.

providenciada em março de 1988, quando o então prefeito Coutinho Jorge inaugurou o Hortomercado na Rua Celso Malcher, atendendo uma antiga reivindicação dos moradores e feirantes do bairro.²³

Uma nota de protesto publicada no jornal O Liberal de janeiro de 1990, intitulada “Terrível”,²⁴ serve para dimensionar o clamor da população dirigido aos jornais na esperança de ser ouvido pelas autoridades: “a situação em que se encontra a Avenida Perimetral: buracos, mato nas laterais e muito lixo são os componentes da paisagem daquela via”, informa o leitor observando ainda que ali o trânsito está muito prejudicado devido a falta de sinalização: “Não há semáforos nos locais mais perigosos nem guardas de trânsito, ou placas indicativas, apesar de pela Perimetral trafegarem duas linhas de ônibus e diversos caminhões”.

Continuando nosso levantamento dos problemas mais sentidos na Terra Firme, encontramos nessa matéria apelos para que se efetive o saneamento básico, pois caso contrário, a possibilidade de um surto de doenças como a leptospirose, ocorrido em alguns anos da década de 1980, era muito provável.²⁵

As pessoas que residem na passagem Bom Jesus, localizada no bairro da Terra Firme, ainda estão esperando as obras de saneamento na artéria, prometidas há dois anos pela Prefeitura Municipal de Belém. Segundo os

²³ O LIBERAL. *Novo hortomercado substitui feira livre da Terra Firme*, p. 11, 27/03/1988. “O hortomercado possui 1.500 metros quadrados e 214 pontos de venda, sendo o segundo inaugurado este ano. [...] A Prefeitura negocia com a Funabem recursos para a construção de um complexo com unidades de produção, para atender 400 menores, de 07 a 17 anos, além de uma creche para 240 crianças. [...] O prefeito anunciou a desapropriação das áreas contíguas ao hortomercado, destinadas à ampliação do prédio, para abrigar novos feirantes. Coutinho revelou também que em abril, através de convênio com a LBA será criado um núcleo para produção de alimentos. Parte da produção comercializada na cidade vem da horta dos moradores das terras da UFPa, que serão retirados. A Prefeitura providenciou junto a Ceasa, a cessão de uma área, onde irá assentar 16 das 22 famílias desalojadas. O núcleo produzirá cerca de 70% do jambú consumido na cidade, além de hortaliças e frutas, envolvendo recursos da ordem de Cz\$ 7 milhões.”

²⁴ O LIBERAL. Coluna Queixas, cidades, p. 8, 06/01/1990.

²⁵ Os dados da Divisão de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde – SESPA, reproduzidos na Tese para o 4º Congresso da CBB: “Luta por Saneamento e Saúde” eram alarmantes e comprovam a ausência do poder público.

Doença	1983		1984		1985		1986	
	Casos	Coef.	Casos	Coef.	Casos	Coef.	Casos	Coef.
Hepatite infecciosa	1.112	107,4	719	67,3	1.062	96,3	1.437	126,6
Febre Tifóide	34	3,3	19	1,8	27	2,4	24	2,1
Leptospirose	62	6,0	79	7,4	121	11,0	101	8,9
Doenças Diarréicas Aguda, infecciosa e parasitária	5.934	573,0	10.156	950,3	18.263	1.656,0	24.402	1.973,0

diretores do Centro Comunitário “Bom Jesus”, que representa a comunidade daquela área, a população está enfrentando muitas dificuldades, neste período de fortes chuvas, sobretudo por causa da falta de sistema de esgoto na passagem.

De acordo com os líderes comunitários, a situação na passagem é muito ruim. Quase todos os tubos para escoamento da água estão entupidos e as estivas, colocadas sobre o terreno alagado, se encontram em péssimo estado. “A nossa situação é lastimável, se a Secretária Municipal de Saneamento (Sesan) não tomar alguma providência, poderá haver um verdadeiro surto de doenças na área” assinalou um dos diretores da entidade.²⁶

A atmosfera de precariedade e ausência de urbanização vivenciada pelos moradores, também é confirmada no depoimento de Fafá, que foi uma das lideranças do C.C. Bom Jesus na altura dos anos 80 ao afirmar “tenho até uma pasta com os laudos de muita gente que foi contaminada aqui na área do Bom Jesus, é um absurdo isso, completa ausência do poder público, fazendo a gente ficar doente e isso continua.”

Isso seria visível por quem andasse em qualquer rua do bairro. As valas percorriam a maioria das ruas e passagens. Os focos de insetos e animais nocivos existiam por todos os lados. Além da presença de banheiros comunitários completando o quadro de abandono e imundície, responsáveis por impressionar qualquer pessoa que tomasse contato com essa realidade.

O maior de todos os problemas enfrentados ainda hoje pelas comunidades da Terra Firme pode ser atestado no trecho a seguir: “a falta de água na passagem Cadijá, no bairro da Terra Firme está transtornando a vida dos moradores da área.”. Tal “bronca é da leitora Gracinda Bentes Oeiras, que afirma que, na Cadijá, água nas torneiras se tornou um sonho; apesar disso, todos os meses, a Cosanpa envia o talão da conta.”. E em sua exposição afirmava que “para conseguir água, os moradores são obrigados a andar, muitas vezes até quatro quarteirões. “Todo esse trajeto é feito sobre estivas, o que dificulta mais o trabalho”, disse Gracinda.” E todo “esse esforço, entretanto, é para apanhar água salobra, segundo a leitora, afirmando que “o líquido é amarelo, com muita ferrugem, prejudicando a saúde de todos, principalmente das crianças, que são constantemente acometidas de disenteria”. E prossegue informando que “a quatro anos nessa situação, os moradores solicitam uma solução da Cosanpa para o problema. “Nós estamos cansados de promessa, os técnicos dizem que vem

²⁶ O LIBERAL. *Passagem ainda espera as obras de saneamento*. Cidades, p. 22, 27/02/1988.

aqui, mas não aparecem. Esperamos que a denúncia sirva para alertá-los sobre nosso desespero.”²⁷

Os episódios comentados são vigorosas pistas da atuação e do envolvimento das lideranças e dos moradores na ocupação e posse, na luta pela permanência, pela garantia dos serviços públicos e finalmente pela titulação dos lotes urbanos.

O *burburinho* das agitações na Terra Firme, suscitou a necessidade de organização dos seus moradores numa dimensão para além das lutas e mobilizações de caráter político, vivenciadas dentro e fora das entidades (centros comunitários, associações de moradores, grupos de mulheres, de jovens e pastorais ligados à Igreja Católica, grupos culturais, boi-bumbás, quadrilhas juninas, teatro, grupos esportivos e times de futebol) que emergiram ao centro da cena por protagonizarem isolada ou coletivamente ações político-sociais. Assim, o dia-a-dia tecia-se paralelamente, marcado por referências como o lugar de origem destes moradores, além de sua própria condição de ocupantes de terras em litígio.

Em termos da ação política popular, as estratégias escolhidas por estes sujeitos para tornar possível sua convivência, tentando torná-la pacífica e agradável, se dava por meio da improvisação de atividades esportivas, de lazer e religiosas, como recursos de integração entre os comunitários, para buscar garantir sua unidade e o estabelecimento de um sentimento de pertencimento com relação ao lugar ocupado.

É interessante perceber que a dimensão do lazer sempre esteve presente no cotidiano dos moradores das áreas do Tucunduba, quer como mera diversão e passatempo ou mecanismo de socialização entre os ocupantes. Para isso, eles se desdobraram para assegurá-lo. Encontramos em diversas matérias jornalísticas referências a esse respeito.²⁸

Os sujeitos sociais envolvidos são em sua maioria, advindos do interior do Estado:²⁹ caboclos, ribeirinhos, camponeses, lavradores; categorias de trabalhadores, que costumeiramente em sua prática cotidiana estabelecem e guardam estreita relação com a

²⁷ O LIBERAL. *Água só em sonho na Terra Firme*. Cidades, p. 8, 07/04/1988.

²⁸ A respeito da questão do lazer entre os moradores das áreas do Tucunduba, verificar: O LIBERAL. Tucunduba: opção de lazer bastante perigosa para saúde. Caderno Jornal dos bairros p.4, 07/07/1987; O LIBERAL. *Moradores compraram terreno para o lazer*. Caderno Jornal dos bairros p.4, 29/09/1987; O LIBERAL. *Canudos reclama a falta de áreas para lazer*. Caderno Jornal dos Bairros, p.6, 12/09/1989;

²⁹ Em virtude da falta do dado: procedência dos moradores do bairro, antes de sua migração, aspecto que fica de fora dos censos por bairro, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizamos levantamentos empíricos na área, a partir de conversa com diversos moradores e as lideranças, entrevistadas para obtermos esta informação.

natureza (terras, águas e florestas) através dos usos que lhe permitam benefícios individuais e coletivos. Contudo, não devemos desconhecer a presença de nordestinos, principalmente maranhenses e cearenses.³⁰

Uma característica marcante nas áreas adjacentes ao igarapé Tucunduba refere-se à sua composição humana, como nos relata Tarsila:

Olha aqui na nossa área mesmo tem muitos de outros estados, principalmente do Maranhão, pessoal maranhense tem muito, é demais, se você vier entrar ali numa rua que tem aqui que chamam passagem São João, você vai conferir, você não vai achar muito paraense você vai achar mais é maranhense, e Acará, o pessoal do Acará, Igarapé-Mirim, esse pessoal de dentro quase do canal se a gente fizer uma pesquisa é mais do interior e na nossa área é muito difícil ser aqui de Belém, se chegar dizer assim, você é aqui de Belém, não sou do interior, eu tiro por mim que também sou do interior, sou de Maracanã e onde vim me atualizar, aqui da área da universidade, aqui eu invadir aqui eu estou.

Um dado interessante, refere-se à mudança da denominação do bairro trocada para Montese, por determinação da Lei 6.973 de 16 de dezembro de 1975, publicada no D. O. M. em 17/dez/1975, p. 2, em homenagem à Força Expedicionária Brasileira (FEB), determinando ainda em seu parágrafo único que o Executivo Municipal desse às travessas do bairro os nomes das diferentes batalhas e heróis brasileiros da Segunda Guerra Mundial, além de assegurar no seu artigo segundo que a cada denominação será juntada a sigla FEB, a expressar o preito de gratidão eterna do belenense aos pracinhas brasileiros.

A mudança de nome não agradou a população do bairro, que ignorou solenemente a nova denominação. Assim, a polêmica entre a prefeitura e a população do bairro acerca da denominação persistiu, provocando a apresentação de um Projeto de Lei (PL) na Câmara Municipal de Belém, em 2001, pelo vereador Carlito do PT, sugerindo a realização de uma consulta à população, com base no artigo 47, parágrafo primeiro da Lei Orgânica do Município de Belém, para aferir qual a preferência dos moradores em relação à nomenclatura, se Montese ou Terra Firme, já que apesar do primeiro ser um nome oficial e constar dos papéis de água, energia elétrica e lojas, não era usado pelos moradores que eram indiferentes

³⁰ Esta informação é uma projeção, considerada a partir das entrevistas com lideranças e moradores do bairro da Terra Firme e do Relatório do Levantamento Socioeconômico realizado na área de ocupação da Cooperativa Habitacional dos Servidores da UFPA (COHASUFPA) do ano de 2002; que numa amostragem das 298 pessoas ocupantes da área citada apresentou o seguinte resultado: os paraenses eram 253 pessoas, representando 84,89% do universo levantado, ao passo que os maranhenses e os cearenses eram respectivamente 31, equivalente a 10,40% e 06, equivalente a 2,01%.

aquela nomenclatura, posto que histórica e tradicionalmente utilizam o segundo como produto de uma construção coletiva. O PL foi aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo prefeito Duciomar Costa através da Lei nº 8.383 de 13 de janeiro de 2005, pondo fim à controvérsia.

Um elemento comum nas falas das lideranças entrevistadas diz respeito ao grande número de entidades comunitárias existentes na Terra Firme no período estudado, sua representatividade, abrangência e a sinergia construída por eles, por meio de suas ações.

Essas comunidades que aqui surgiram, surgiram no bojo dessa luta de você ocupar uma área organizar o povo para lutar e resistir pelo direito de morar, e ao mesmo tempo destinar e reservar uma área para construção da associação de moradores ou centro comunitário e eleger democraticamente uma diretoria para isso, então a terra firme tem essa característica, coisa que poucos bairros tiveram, os centro comunitários daqui são pioneiros deram como experiência ai pra CBB.

A idéia exposta por Fafá interessa na medida em que representa uma opinião corrente entre as lideranças entrevistadas para este trabalho. Eles consideraram como extremamente valorosas suas participações e verbalizações, que se constituiu num combustível para inflamar uma luta compartilhada por milhares de homens e mulheres de nossa Belém, rompendo uma prática isolacionista e localizada, que pelas experiências anteriores já tinha provado ser derrotada.

Esta idéia apresenta-se viva na recordação de Fafá sobre a força do movimento desdobrando na criação das entidades, enquanto que para Sueli, a unidade foi a principal arma utilizada pelos sujeitos sociais naquele período e isso devia-se ao grau de compreensão alcançado por meio das ações políticas: “na época do Motuat as lideranças tinham muita formação política e essa formação ela resultava numa organização social que tinha resultado.” Dentre as entidades, destaque para o Centro Comunitário Bom Jesus, que abrigou a maioria das reuniões do Motuat, sediou o Escritório Jurídico e ainda tinha entre seus dirigentes destacados quadros políticos da luta pela moradia, como Zé Flávio, Fafá e Chiquinha.



Fonte: Posse da diretoria do C. C. Bom Jesus em 1988.
Acervo particular de Fátima Aguiar (Fafã)

Entidades Comunitárias do bairro da Terra Firme

C. C. Bom Jesus (Rua São Domingos, Passagem Bom Jesus, 40) - mantinha escola em regime de convênio com LBA, SEMEC, FMAE, Museu Paraense Emílio Goeldi. E um cursinho pré-vestibular: Oficina.

Ass. Moradores Gabriel Pimenta (Rua Nova, 12 - Passagens Ligação e Comissário) Criado em 01/01/19884 e sua sede fundada em 09/08/1987, atua com creche, educação (cursos, oficinas) e habitação popular.

Escola Comunitária Ursinho Carinhoso (Passagem Bom Jesus, 23) Atua como creche

Ass. Amigos da Terra Firme (Av. Celso Malcher, Pass. Dom Manoel, 22 (Rua do Arame e Passagem Ligação) - atuação localizada, criada em setembro/1986. atende creche e projeto educar (alfabetização de adultos).

C. C. Nossa União (Rua São Domingos, 52 entre passagens Trindade e Liberal)

Ass. Moradores do Tucunduba (Rua Lauro Sodré, 496 entre passagens Santa Luzia e Dom Zico) – fundada em 01/08/1986.

Comunidade São Francisco de Assis (Rua Lauro Sodré, 500 entre passagens Santa Luzia e Dom Zico)

Ass. Produtores da Terra Firme (Perimetral - Terreno da UFPa) - surgida em novembro/1987 para organizar trabalhadores (22 famílias) ocupantes de uma área da UFPa que plantam jambú e outras hortaliças.

Ass. Feirantes do bairro da Terra Firme – pte: Francisca Carvalho Góes, fundada em novembro/1987, a partir da criação do Conselho de representantes do bairro da T. Firme, após a transferência pela prefeitura dos feirantes para Praça da Malvina e após 6 meses retornaram para imediações da av. Celso Malcher com rua São Domingos e Praça Olavo Bilac.

Ass. Moradores do Lago Verde; C. C. Povo na Luta; C. C. União de Todos; C. C. Fé em Deus; C. C. Parque Amazônia - fundado em 16 novembro 1991; Ass. Moradores da Nova Terra Firme; Ass. Moradores Unidos na Luta; Ass. Moradores Universal; Grupo Teatral Sol da Terra - criado em 1983, explora temas de cunho regional; Grupo Boi (D. Maria), o mais antigo de Belém em atuação; Terra Firme Sport Clube Beneficente - Legalizada, fundado em 1952, lazer, esporte – compra de um terreno da família Acatauassú Nunes para atividade; onde realizasse anualmente o campeonato de Futebol de campo da Terra Firme, com sede própria; C. C. Dom Guido; C. C. Santa Maria de Belém; Associação Recreativa Cultural Juventude Unida da Terra Firme - criada em fevereiro de 1987, sem sede própria, caráter assistencialista (peças de teatro baseados na realidade do bairro/grupos de animação de aniversários infantis/colônia de férias/distribuição de alimentos no dia das crianças); Ass. de Moradores da Área da Liberdade – AMA - Av. Perimetral.³¹

³¹ O levantamento das entidades comunitárias através de consultas na documentação da CBB, do MOTUAT e jornais.



TERCEIRO CAPÍTULO

O MOVIMENTO DE TITULAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA ÁREA DO TUCUNDUBA: DOS ATOS AOS GRITOS

1. LUTAS DE ONTEM ... MEMÓRIAS DE HOJE

Neste capítulo faremos uma retrospectiva histórica dos principais eventos da trama narrada, por intermédio dos jornais, das entrevistas com as lideranças e dos vídeos: Grito da Terra Firme e Agenda XXI no Tucunduba, apontando as contribuições impressos por este movimento que perduram até os dias atuais.

Tem sido recorrente na escrita da história a preocupação em garantir que os sujeitos históricos falem por si mesmos. Esta postura metodológica implica numa postura renovada do historiador possibilitando que as lembranças, memórias, recordações e os silêncios sejam considerados, servindo de legitimo instrumental mais que documental, e sob certos aspectos expressa a interpretação e ação do depoente a na própria história.

Perscrutar a memória coletiva representa estabelecer vínculos e nexos, permitindo relações entre o passado e o presente, inquirendo os usos e as apropriações estabelecidas pelos sujeitos sociais ao refletirem os acontecimentos passados.

Concordamos com o pensamento de Maluf (1995, p. 44) ao expressar que “a história não tem nenhum comprometimento afetivo com as experiências daqueles de quem ela fala” posto que para ela, essa fala “fragmenta o tempo fluído, introduz períodos, seleciona os acontecimentos e separa os fatos, obedecendo sempre a uma lógica exterior aos grupos observados.” Isto pode tornar-se mais evidente nos casos do estudo de coletivos sociais na cidade, quando o depoimento, em sua expectativa provoca “o deslocamento excita a imaginação, libera lembranças e emoções. A lembrança leva ao encontro de referências pessoais e dos lugares de memória social [...]” conforme atesta Arantes (2000, p. 119)

A escolha dos entrevistados foi norteada basicamente por três critérios: todos os entrevistados participaram desde o início da ocupação e ativamente de vários momentos da luta pela moradia, tendo sido coordenadores do Motuat; em segundo, os que eram moradores permanecem morando no bairro e o terceiro diz respeito às lideranças de outras áreas e/ou da CBB. Em princípio, levantamos 21 lideranças, mas infelizmente nem todos puderam ser

entrevistados, algumas não moram mais em Belém, além da dificuldade em compatibilizar agendas dos possíveis entrevistados e a nossa.

Relação das 10 lideranças entrevistadas¹

FRANCISCA ROSA SILVA DOS SANTOS (Chiquinha) – natural do Maranhão, ex-direção do C.C. Bom Jesus, desde agosto de 1979 até junho de 1996, ano de sua mudança no bairro e presidente do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme.² É militante do PT. Está no bairro há 31 anos, segundo suas palavras “não tenho vontade de sair daqui, me sinto bem aqui”.

MARIA DE FÁTIMA DE AGUIAR GUILHERME (Fafá) – natural do Maranhão, ex-direção do C.C. Bom Jesus. Ex-militante e candidata à vereadora em dois pleitos pelo PT e atualmente filiada ao PSTU.

ANA REGINA DA SILVA (Regininha) – natural do Ceará, mora atualmente no Guamá. Foi da direção do C.C. Bom Jesus no início da década de 1990. Foi militante do PT e atualmente milita no PSOL.

VALDOMIRO FURTADO – morador do Marco desde 1985 quando chegou à Belém de Maracanã, milita no C.C. União de Todos até hoje e é conselheiro estadual de Saúde representando o MOPS/CMP. É militante do PT.

JOÃO GOMES DA SILVA NETO – natural de Belém, ex-dirigente da CBB (1992-94 e 1994-97) e do Movimento de Moradores Sem Terra (Benguí). É militante do PT.

JOSÉ FLÁVIO CORRÊA (Zé Flávio) – natural de Belém, ex-direção do C.C. Bom Jesus na década de 1980. Hoje atua no movimento sindical – bancários. Foi militante e candidato a vereador e deputado federal pelo PT. Hoje é filiado ao PSOL.

TARSILA FERREIRA PINTO – natural de Maracanã, mora há 35 anos na Tv. 2ª de Queluz nº 1104 no Guamá. Está atuando como vice-presidente do C.C. União Faz a Força. É militante do PT.

¹ As lideranças autorizaram verbalmente a publicação integral de seus depoimentos, que foram transcritos respeitando os seus códigos de linguagem.

² Os Pontos de Memória são coordenados pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e objetivam “discutir experiências de Museus de Belém do Pará voltados para o desenvolvimento local buscando a melhoria de qualidade das comunidades envolvidas” segundo folder do Seminário Ecomuseus e Museus Comunitários: uma nova proposta ao bairro da Terra Firme, realizado de 18 a 21 de maio de 2010 no auditório Paulo Cavalcante do Museu Paraense Emílio Goeldi.

ZULEIDE CARVALHO PAMPLONA (Zula) – natural do Maranhão, veio pra Belém desde os 17 anos e mora na Passagem Condurú nº 13 no Guamá. Secretária do C.C. União Faz a Força. É militante do PT.

SUELI TRINDADE – natural do Maranhão, mora há 30 anos no Parque Amazônia e foi direção da Associação de Moradores. É simpatizante do PT.

ZULEIDE FERNANDES DA SILVA – natural de Anajás, moradora da Rua Universal e presidente da Ass. Moradores Unidos na Luta, no terceiro mandato. É militante do PT.

Dentre as questões que se evidenciaram na pesquisa, “o trabalho de rememoração é um ato de intervenção no caos das imagens guardadas. E é também uma tentativa de organizar um tempo sentido e vivido do passado, e finalmente reencontrado através de uma vontade de lembrar” conforme atesta Maluf (1995, p. 29) e presenciamos na narrativa de Zula, uma das principais lideranças do Motuat, espelha uma realidade bem presente na cidade de Belém. “eu vim pra cá com 17 anos, eu vim do Maranhão e aqui eu me casei, construir família e vim também morar aqui nessa área, quando eu vim pra essa área aqui de invasão, eu não invadir eu comprei um terreninho e eu fiz com meu marido uma casinha, [...]”.

A falta de lugar para residir, abrigar-se aflige milhares de homens e mulheres que são obrigados a migrar com suas famílias e seus pertences, além de animais e muitas vezes seus agregados para a capital do estado do Pará, pois vislumbram nela a possibilidade de mudar de situação de vida. Dirigem-se do interior do estado e também de outros estados, principalmente do vizinho Maranhão, situação de quatro dos nossos dez depoentes.

A decisão de partir, sair de seu lugar de origem em “busca de melhoras”, a chegada em novo ambiente, a instalação e a apropriação/cominação progressiva dos elementos identitários manifesta-se nas muitas feições humanas presentes em nossas periferias e baixadas. Também se expressa na convivência “baseada em redes *mistas* de relações sociais” como nos aponta Rodrigues (2008, p. 101, grifos da autora) que combinam uma trajetória, costumes e tradições trazidos da vida interiorana (Maracanã, e Anajás), principalmente com novos valores constituídos e apreendidos a partir da nova realidade cidadina ancorada nas vivências, moldadas pelas experiências de lutas no bairro e na cidade.

As motivações que trouxeram as lideranças e alguns dos moradores de seus lugares para a Terra Firme, não se diferenciam muito (oportunidades de trabalho, estudo para si e para os filhos, melhor qualidade de vida, etc.) foram registradas no jornal Diário do Pará de junho de 1993, que aborda o caso de Maria de Jesus Vilar dos Reis, 37 anos, que veio da cidade de

Portel, com o filho menor em dezembro de 1993, por indicação de uma amiga, para ocupar um dos 356 barracos existentes ao longo da Avenida Perimetral, no trecho confinante com o campus da Universidade Federal do Pará. Aquela altura, desempregada, ocupou uma casinha de madeira que pertencia a um homem que a construiu naquela área de invasão e em seguida desapareceu. Ela relatou que a princípio estava apreensiva com a situação, pois os vizinhos diziam que o “dono” do barraco iria voltar; mas por falta de opção continuou lá.³

As narrativas expostas servem como base para contribuir no entendimento daquilo que nos assinala Halbwachs (*apud* MALUF, 1995, p. 41) acerca da oposição entre a memória e a história. Ou seja, o que é lembrado, recordado e silenciado pelos depoentes diz respeito ao campo da memória individual e social ao passo que a história “analisa de uma perspectiva exterior a sociedade e os grupos que dela fazem parte” neste caso as ex-lideranças do Motuat.

Devemos ter o cuidado de evitar as supostas facilidades oferecidas pelos esquemas, pelos modelos, tentando escrever uma história pré-fabricada. Portanto, romper com eles, é mais do que necessário, torna-se imprescindível, ao se desejar seguir as pistas deixadas por Thompson, como assinala Maria Verônica Secreto (2003, p. 203):

Para Thompson, o problema não está na adoção do modelo, mas nas metáforas escolhidas pelo marxismo para exprimir a relação entre ser social e consciência social, a metáfora base – superestrutura leva ao esquematismo e ao reducionismo. O desafio é encontrar um modelo que abarque a dialética humana, no qual a história não apareça de forma voluntariosa nem fortuita nem determinada.

As provocações a serem respondidas dizem respeito às conformações produzidas nas interações e nos embates pelas lideranças, que participaram e dirigiram as ações de ocupação. Compreender suas atitudes coletivas, a partir de motivações e ainda as possíveis implicações de seus atos na configuração sócio-espacial do igarapé do Tucunduba e especificamente do bairro da Terra Firme.

O debate está longe de ser vencido, pois existem muitas questões sem resposta, como por exemplo: fazer uma história tendo como sujeitos, homens e mulheres das classes populares, é suficiente para se afirmar o viés, a opção marxista na leitura e na interpretação do objeto? A escolha do materialismo histórico como um método marxista, embasado na análise das relações sociais de produção pode ser aplicado indistintamente em situações de

³ DIÁRIO DO PARÁ. *Mais de 500 famílias armaram barracas às margens da Perimetral*. 09/06/1993.

subtrabalho ou a total falta dele? Podemos nos perguntar, se estando alijados da produção e do consumo, podemos analisá-los por aquele prisma, somente porque pertencem a um extrato da classe trabalhadora, considerando que sua condição no momento em que estão sendo “observados” pode ser provisória.

Os processos de enfrentamento decorrentes das ocupações realizadas em terrenos antes pertencentes a particulares e posteriormente ao erário público, no caso a UFPA, através de doações configuraria verdadeiramente um ataque ao sistema; poderia lhe causar fissuras; promoveria a consciência de classe, no caso, os homens e mulheres ocupantes das terras em questão; poderiam, somando-se a outras iniciativas desta envergadura - muito comumente utilizadas no período em estudo – contribuir para colocar em cheque o modelo de distribuição e apropriação dos lotes urbanos; é possível agregar a estes elementos a discussão da segregação sócio-espacial enquanto um mecanismo elaborado e posto em prática pelos grupos dominantes no poder para alijar as populações empobrecidas dos equipamentos e serviços disponíveis, em tese a todos na cidade, reforçando o discurso ideológico da necessidade da separação dado os inevitáveis conflitos decorrentes das diferenças entre as classes? Todas estas indagações são suficientes para comprometer o alegado caráter marxista do trabalho? Quais os ganhos, as respostas historiográficas que decorreram do mesmo e seus impactos sobre a academia?

Thompson critica as formas de definição de classe mais comumente utilizadas por várias escolas teóricas até então e afirma “a classe é uma relação, e não uma coisa”, sendo definida pelos próprios homens enquanto vivem e produzem a história. Portanto, sua intenção é oferecer uma contribuição para compreender a classe como produto de uma formação social e cultural.

Sua interpretação do materialismo histórico afirma três categorias básicas: a luta de classe como protesto, a experiência da classe trabalhadora e a idéia de moral. Sua obra reafirma alguns pressupostos do socialismo, mediante sua avaliação das aspirações da classe trabalhadora, definida como defesa de sua humanidade e de um projeto coletivo, priorizando a noção de “humano” na sociedade, compreendida como um movimento histórico relacionado a um ideal democrático, a partir desta compreensão Thompson afirma “a sociedade socialista iria revolucionar as relações humanas substituindo o direito à propriedade pelo respeito ao homem e a sociedade de consumo pelo bem comum” (Thompson, 1957, p. 106).

Perceber e estabelecer conexões destas idéias com os sujeitos estudados e suas atitudes políticas à frente dos movimentos de luta pela posse da terra torna-se um desafio central na pesquisa. Nossa análise se debruça para tentar captar as tramas, as percepções e as idéias produzidas e projetadas por dentro e para além daquele contexto social, no qual se inseriam os embates travados entre setores da esfera estatal, com todo aparelho ideo-político e as entidades do movimento social urbano a nível nacional e local como a CBB, que lutavam pela remodelagem do Estado, ajustando-o aos interesses e anseios das camadas populares através de sua conseqüente democratização com gestão participativa.

Partimos destes questionamentos numa aposta em terreno já trilhado, onde fontes podem ser tornadas mais úteis a depender dos caminhos metodológicos percorridos na investigação.

Os acúmulos assentados na análise das fontes aliada à discussão teórica apontaram pistas que indicam que durante as ocupações, foram aliadas diversas formas de luta, resistência e organização pela permanência, pelos serviços públicos e em última instância a titulação, que representava para os moradores a segurança legal e a garantia do reconhecimento frente ao Estado (financiamentos e implantação de projetos de melhorias infra-estruturais) e a iniciativa privada (carnês de lojas e empréstimos).

Uma questão significativa nos estudos desenvolvidos diz respeito conforme anuncia Hobsbawm (1998, p. 217-8) à constatação que a “história dos movimentos populares, torna-se relevante a partir do momento em que as pessoas comuns se tornam um fator constante na concretização de tais decisões e acontecimentos.” E por isto “não apenas em tempos de excepcional mobilização popular, como as revoluções, mas em todos ou na maioria dos períodos.” Podem ser objeto de estudos e preocupações por parte dos historiadores.

O aprendizado e a experiência resultante de processos dessa monta nos indagam como se dá a constituição de uma *cultura política*,⁴ produzida neste caso específico, a partir das resistências e negociações; interpretações, assimilações, vitórias e derrotas e os impactos dessas situações vivenciadas nos embates pela apropriação e uso coletivo dos lotes urbanos. Como nos assinala Thompson (1998, p. 17) em *Costumes em Comum*:

Uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a

⁴ Este termo cunhado por Thompson, diz respeito ao exercício de formas peculiares de dominação, na resistência frente a estas e, conseqüentemente, no produto construído no interior desta relação.

aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa [...] assume a forma de um “sistema”. E na verdade, o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. Nesse ponto, as generalizações dos universais da “cultura popular” se esvaziam, a não ser que sejam colocadas firmemente dentro de contextos históricos específicos.

As culturas políticas projetadas nas ricas conjunturas históricas fortemente vivenciadas pelos sujeitos sociais, localizado nas décadas de 1980 e 1990 projetaram uma espécie de *arquitetura social* tecida no enfrentamento dos problemas pelos moradores e lideranças através de entidades representativas.

A área considerada mais precária pelos próprios moradores fica no canal do Lago Verde, um dos afluentes do igarapé Tucunduba, pela ocorrência freqüente de doenças infecciosas que vitimam principalmente as crianças e os adolescentes, que costumam brincar, sem noção maior do perigo, às margens ou dentro do canal e das valas existentes nessa área.

A falta de segurança, representada pelos constantes assaltos, arrombamentos, homicídios e latrocínios associado ao desemprego gera situações de aprisionamento entre os moradores, é raro encontrar no bairro uma residência que não possua grades ou outras formas de segurança. Essa realidade vem evoluindo e não é novidade entre os comunitários. Nos últimos anos (2000-2009), segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública⁵, o bairro concorre numa triste estatística com outros de iguais mazelas sociais como Guamá, Tapanã, Jurunas, e outros localizados na Segunda Léguas Patrimonial, nos municípios de Ananindeua e Marituba.

Um problema apontado nas entrevistas e nas diversas fontes pesquisadas diz respeito à falta d'água, apesar de ironicamente existir na Avenida Perimetral o 7º setor de distribuição

⁵ O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que envolve prefeituras e governos federal e estadual com o objetivo de redução da violência por meio de ações preventivas, foi lançado pela governadora Ana Júlia Carepa e o ministro da Justiça, Tarso Genro, em Belém na comunidade Parque Amazônia localizada em frente à entrada do Campus III da UFPA no bairro da Terra Firme. A previsão é de que sejam investidos, em 2008 e 2009, um total de R\$ 115 milhões, só na Grande Belém. Este é o 10º Território lançado no Brasil e o primeiro do Pará, que deverá receber seis Territórios. No mesmo dia houve o ato público de lançamento, na comunidade do Tucunduba, também na Terra Firme, o Território da Paz, que segundo as autoridades, representa a renovação e ampliação do programa Segurança Cidadã. Estas informações foram tiradas do texto: Segurança Cidadã está entre os três melhores do Brasil retirado do site http://www.agenciapara.com.br/exibe_noticias.asp?id_ver=52542 capturado em 04/12/2009.

de água da Cosanpa, responsável pelo abastecimento de água para o bairro e adjacências⁶, a maior parte dos moradores diz “não conhecer o que é tomar banho de chuveiro”, tendo que fazer “matina” para apanhar “água que pinga das torneiras”, ou quando esta ocorre a água está contaminada pela falta de reparos na rede de abastecimento “provoca diarreia e problemas intestinais em adultos e crianças” de acordo com Zuleide. Mas há locais no bairro em que só resta a torneira e o cano comunitário como opção onde se formam filas e muitas vezes até desentendimentos entre os moradores.

Numa visita casual à ONG Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular – CEPEPO, no ano de 2008, tomamos conhecimento da existência do vídeo *1º Grito da Terra Firme*.⁷ Este vídeo foi produzido para divulgar as ações do Motuat através da fala de suas lideranças que se apresentam e apresentam a pauta de reivindicações historicamente construída pelos anseios e demandas dos moradores. Durante as entrevistas, descobri que as lideranças não tinham cópia e nem tinham conhecimento de onde encontrá-lo. O principal propósito das entidades envolvidas na coordenação do Grito (igrejas Luterana do Brasil e Católica conjuntamente com o Motuat e outras entidades comunitárias) foi registrar por meio de um documentário toda a preparação do evento. Infelizmente não foram feitas filmagens do Grito. Fica a pergunta do porquê?

O Grito teve formato de audiência pública contando com a presença de parlamentares, representantes da Prefeitura e do Governo do Estado, para entrega de um documento dividido em duas partes: a primeira apresentava um diagnóstico das questões sociais, políticas e ambientais que tiravam o sono dos moradores do bairro e na outra uma pauta de reivindicações com cinco prioridades para tomada de providências pelos poderes públicos: a regularização fundiária com a garantia de titulação definitiva aos posseiros; melhorias nas áreas da educação e saúde com construção respectiva de escolas de 1º e 2º grau⁸ e unidade de

⁶ Este 7º setor foi inaugurado, além da construção de 5.778 metros de rede de água, 1.300 ligações prediais para beneficiar quase sete mil pessoas, em 29 de março de 1994, pelo então Governador do Estado Jáder Barbalho, segundo Jornal DIÁRIO DO PARÁ. *Mais água para a Terra Firme e o Riacho Doce*, 30/03/1994.

⁷ Este vídeo teve como equipe produtora: Nonato (igreja anglicana); Regina, Zuleide e Irmã Maria José (lideranças do bairro) sob a orientação do CEPEPO. Tem duração de 29 minutos. Foi produzido no ano de 1993.

⁸ Naquele momento só haviam 5 escolas de 1º grau no bairro (2 municipais e 3 estaduais) contemplando aproximadamente 9.000 alunos, também questionavam a localização da construção da escola estadual Mário Barbosa na avenida Perimetral, que no entender das lideranças deveria ser construída na área do Tucunduba, por sua densidade populacional e carência de equipamentos coletivos.

saúde⁹; saneamento (rede de água tratada, pavimentação de ruas e passagens, esgotamento sanitário, macro e microdrenagem da bacia do Tucunduba); transporte coletivo com a ampliação e a melhoria do serviço, pois segundo cálculos de Regininha, uma das lideranças organizadora do Grito “20.000 pessoas andam 1 km todos os dias, dependendo de apenas duas linhas para atender a população” e segurança.

As fontes jornalísticas e os depoimentos das lideranças não entram em acordo, quando se trata do número de participantes da população neste evento ocorrido no mês de março de 1993 na Praça Olavo Bilac.¹⁰

A depoente Regininha está entre as lideranças e organizadoras do Grito, que narram orgulhosa aquilo que interpretou como sua participação ativa na “luta pela posse da terra gerou outras lutas, como as mobilizações chamadas de Grito da Terra Firme, que mobilizou muita gente. Para a Província, seis mil; O Liberal, cinco mil e a coordenação do movimento avaliou entre cinco a sete mil na Praça Olavo Bilac.” e acrescenta “tudo foi negociado politicamente, nossa pauta para saúde, educação, saneamento e segurança tinha o seguinte: o que era pra ser construído e o que era pra ser melhorado em cada um dos itens foi negociada por nós tendo o acompanhamento de parlamentares junto aos governos estadual e municipal.”

Voltamos ao vídeo *Grito*. Em relação à cultura e ao esporte, as falas de Edson, marcador de quadrilha junina e Raimundo, diretor do *Terra Firme Sport Clube* não deixam dúvidas sobre a “ falta de espaços físicos com estrutura e apoio institucional” para essas áreas tão discriminadas e preteridas pelos orçamentos públicos.

Outro aspecto relevante apresentado no vídeo, diz respeito à compreensão, senão de todas, mas de algumas lideranças do movimento de que ele se constituía numa escola política e num espaço concreto de disputa ideológica e posicionamentos sócio-políticos frente ao Estado e ao Capital, sem restringir suas atuações às demandas mais imediatas. Isso é revelado no registro de Regininha: “A companheirada daqui diga que aqui tem cidadãos e que esses cidadãos pra que essa cidade seja governada para quem não tem, pra os pequenos que são a

⁹ Só existia um pequeno posto de saúde pública do Estado com duas salas, portanto insuficiente para atender a demanda da população, além da carência de médicos, remédios e exames. No Vídeo um morador mostra a placa da construção do novo posto no terreno localizado à passagem São João e exige sua construção imediata, a população “guarda” o terreno para evitar invasões, pois tem servido de espaço para ações de violência. Zuleide, uma das lideranças esclarece que a reivindicação é a construção de uma unidade de pronto-atendimento, para fazer valer o que foi aprovado na 2ª conferência de saúde.

¹⁰ As fontes jornalísticas: DIÁRIO DO PARÁ. *5 mil pessoas no I Grito da Terra Firme*, Cidades, A-11, 19/03/1993 e DIÁRIO DO PARÁ. *Grito da Terra Firme*, Geral A-2, 22/06/1993.

maioria da população deste município” e reitera “Terra Firme é essa situação que todo mundo acabou de ver, pensar uma cidade diferente, uma cidade planejada com os parlamentares que fazem as leis, com o prefeito que vai executar.”

Segundo relato de alguns dos entrevistados houve mais um *Grito* no ano de 1994. No entanto, sem apresentar a mesma força e mobilização social do primeiro, ocorrido em 1993. Há controvérsia nas falas a respeito da realização de um terceiro Grito. Sobre isto, Valdomiro relata “é houveram, eu me lembro que eu participei de um parece, não participei de todos, já tiveram esses gritos mesmo, realmente esses gritos houveram” e continua detalhando o seu caráter “o grito era uma forma de reivindicar uma forma de chamar atenção pro poder público pra que aquela situação, mas o grito ele envolvia não só uso da terra” e assegura que seus objetivos eram mais amplos “também reivindicava, melhoria pro saneamento, água esgoto essas coisas todas, por isso não era só pra titulação de terra não, o grito quando agente gritava era reivindicando tudo.”

Os gritos compuseram uma modalidade de organização criada nos bairros da Terra Firme e do Guamá (Grito pela água), e serviram de inspiração para a realização de Gritos em outros bairros da cidade: no Benguí, o Grito pelos transportes e no Tapanã, o Grito pela Saúde.¹¹

É necessária uma utilização crítica e cuidadosa das imagens como fonte para a interpretação do problema escolhido: a trajetória e os legados do movimento social urbano de luta pela moradia na bacia do Tucunduba. As imagens tomadas para produção do vídeo 1º Grito da Terra Firme, por este movimento, além da participação de lideranças do Motuat, apresenta a explícita intenção de mostrar um movimento forte e articulado, consciente de suas potencialidades e limitações, isso fica perceptível na fala de Regininha “o grito tem o papel de acordar, sacudir os moradores, mostrar sua força e organização, pra chamar atenção da prefeitura, do Estado, dos vereadores e deputados”.

Mas devemos questionar se apesar da participação quantitativa de populares, havia de fato um grau satisfatório de envolvimento e compreensão política dos moradores nas ações empreendidas pelo movimento quando da sua representação nas reivindicações do Grito. Também podemos inquirir se as estratégias adotadas para mobilização popular surtiram efeito prolongado ou tiveram apenas reflexos pontuais, sem implicar em uma reflexão mais profunda das condições de vida dos moradores, relacionando isso com sua reprodução da

¹¹ Estas informações foram coletadas por meio de fontes jornalísticas.

força de trabalho, as relações sociais de produção, os níveis de desigualdade e segregação sócio-territorial expressos no binômio centro-periferia (modelo de urbanização capitalista tradicional), apesar da proximidade geográfica do centro histórico e comercial de Belém.

Outro material de caráter visual que consideramos importante citar para trabalhar alguns aspectos é o vídeo *Agenda XXI na Bacia do Tucunduba*, que contou com a participação de algumas lideranças da época do Motuat, como o caso de João Gomes e Gercina. O objetivo principal do vídeo refere-se à divulgação dos resultados parciais obtidos no desenrolar do Projeto Sócio-educacional integrado – PROSEI realizou-se de abril de 1999 até 2004, através da parceria entre UFPa (Centro de Educação), PMB (Semec e Secon) e a Raytheon Company dos EEUU.

O projeto teve como objetivo geral contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável da área do Tucunduba, abrangendo os bairros do Guamá e da Terra Firme, localizada na zona leste do município de Belém, a qual abrange 27.000 mil habitantes distribuídos em 5.200 famílias.

No ano de 1999, no projeto piloto foram priorizadas duas linhas de ação: linha 1 – a formação continuada dos professores, técnicos e servidores de 5 escolas localizadas na área e linha 2 – formação profissional de pais e moradores desempregados sem para geração de trabalho e renda. No ano 2000, ampliou-se o número de escolas envolvidas e conseqüentemente o raio de ação do projeto com a inclusão de mais duas linhas: linha 3 – educação de jovens e adultos e a linha 4 – construção da agenda XXI da Bacia do Tucunduba, visando desenvolver um processo mobilizador de criação da consciência sócio-ambiental, tanto dos sujeitos inseridos na comunidade escolar (pais, alunos, professores, técnicos e servidores) quanto da comunidade em seu entorno, elevando sua qualidade de vida. O vídeo mostra como está sendo realizado esse processo mobilizador, qual a metodologia e concepção utilizadas pela linha 4 para a construção da agenda XXI na área.

Os dados apresentados no vídeo são resultantes da pesquisa sócio-econômica realizada junto aos moradores, aos pais e mães de alunos e alunos que participavam das atividades desenvolvidas pelo Projeto na área. E as respostas dadas pelos entrevistados serviam de base para publicação do jornal *O Igarapé*¹² que tratava da relação entre moradia digna, meio

¹² Tivemos informações de que o jornal *O Igarapé* circulou com algumas edições, mas só conseguimos um exemplar do número 1, ano I de abril de 2002, publicado sob a responsabilidade do Prosei tendo como parceiros a Prefeitura Municipal de Belém, a UFPa, entidades comunitárias e as ONG's CEPEPO, APACC, FASE e UNIPOP.

ambiente e geração de trabalho. Selecionamos algumas informações que julgamos necessárias para conhecermos mais da realidade dessa parte do Tucunduba: 40% dos oriundos do movimento migratório do interior do estado são ribeirinhos, enquanto 9% são advindos de outros estados; 57% não estão trabalhando e quase metade não alcança renda de 2 salários mínimos; os problemas tidos como mais graves são: violência e falta de segurança; drogas; desemprego; saneamento básico (alagamentos, poluição sonora e atmosférica); problemas ambientais (falta de esgotos; poluição atmosférica; falta de arborização; violência; falta de segurança); Poluição sonora; falta de coleta de lixo; drogas; desemprego; falta de abastecimento de água.

Entre os anseios da população que habita os arredores do Tucunduba, acham-se: 81% acha que a escola pode contribuir para o enfrentamento desses desafios apesar de acharem que a prefeitura e o estado devem dar conta desses problemas; 85% revelaram não participam de nenhum processo de participação/organização comunitária e 66,5% disseram se interessar por participar de alguma iniciativa de cuidado com o meio ambiente pela melhoria da qualidade de vida.

A metodologia desenvolvida no Projeto percorreu o seguinte percurso: oficina de capacitação e debates temáticos com 400 pessoas: lideranças comunitárias, trabalhadores das escolas das áreas para preparar o planejamento da agenda 21; exigência de participação na elaboração, execução e manutenção do projeto de macrodrenagem da bacia do Tucunduba com o desdobramento da participação e organização de escolas, entidades comunitárias para garantir o acesso e a preservação da biodiversidade desta importante bacia hidrográfica.

A caracterização dos entrevistados: 650 mulheres e 316 homens com idade superior a 16 anos, sendo que 56% deles não tinham 1º grau completo, 3% nunca frequentaram a escola, 23% frequentam as aulas e 60% moram a menos de 15 anos na área. O que evidencia uma mobilidade que vem se acentuando nos últimos anos, mas não temos dados para indicar possíveis hipóteses para esse fenômeno.

Nas falas significativas apresentadas no vídeo Agenda, a que mais nos chamou atenção foi a de João Gomes, ao declarar que “o bairro da Terra Firme é hoje uma zona especial de interesse social, ou seja, todos os benefícios que se conseguir, os moradores devem usufruir, não devem ser expulsos pela especulação imobiliária ou por um processo de cobrança de altos impostos; cobrar um imposto que a população possa pagar.”

A clara preocupação exposta na fala com relação à repetição de situações já vivenciadas de especulação imobiliária, como ocorrido na Bacia do Una, especialmente nos bairros da Pedreira, que ao ser beneficiado por melhores decorrentes da macrodrenagem, teve o custo da terra exorbitantemente elevado, resultando na expulsão das camadas mais pobres daquelas áreas para outras distantes. Então, a pretensão dos moradores do Tucunduba era garantir sua permanência no lugar, para poder desfrutar das melhorias que são fruto de sua lutas e não das benesses de governantes.

A pesquisa teve como objetivos, de acordo com o próprio vídeo *Agenda*: 1. identificar o imaginário popular dos moradores frente ao meio ambiente diante dos problemas ambientais mais relevantes (suas percepções); 2. identificar como é percebido o papel da escola e sua contribuição para o enfrentamento dos problemas sociais do bairro. 3. identificar a auto-estima do bairro e o nível de participação em processos organizativos ou na comunidade ou a predisposição para participar e 4. analisar o potencial para instalar um projeto de reaproveitamento do lixo.

É marcante nas entrevistas, a presença e a disputa de alguns parlamentares de distintas vertentes partidárias como Bira Barbosa e José Priante (PMDB), Edmilson Rodrigues e Luiz Araújo (PT), Zenaldo Coutinho e Eunice Gouveia em aproximarem-se do movimento, quer fosse por mero interesse eleitoral ou mesmo por um compromisso e apoio explícito a essas formas de luta e organização popular. Em todos os casos, exibiram-se como possíveis referências e até representantes legítimos do movimento.

Existia a preocupação das lideranças com o acesso e a proximidade estabelecida pelos partidos e pelos políticos (principalmente em períodos eleitorais) com vistas a se apropriar para favorecer-se da luta e gerar divisões no interior dos coletivos, é o que claramente expressa Valdomiro, que foi diretor do C. C. União de Todos no Marco, ao ser perguntado sobre a presença político-partidária nesses meios:

Realmente tinha, os partidos aliados, que a gente considerava aliados, nesse momento estava surgindo o Partido dos Trabalhadores, que ainda não existia o PSOL nem PSTU, era o Partido dos Trabalhadores, PC do B, que eram aliados, PST, esses partidos realmente eles davam força pro movimento, agora outros partidos se infiltraram no movimento, isso foi prejudicial, esses partidos [...] se infiltraram no movimento, inclusive foi uma das causas do esfacelamento do movimento, foram esses partidos que vendo o crescimento do movimento eles passaram a utilizar o movimento pra fins políticos, isso esfacelou o movimento. A sociedade viu que tinha muitos políticos oportunistas no movimento, eles passaram a se afastar do movimento e isso contribuiu pra que o movimento chegasse a se desfazer, porque hoje não

existe o Motuat, isso foi um dos anos que prejudicou o movimento, agora naquele momento ele era muito forte, as vezes a gente superava inclusive com a organização esses grupos oportunistas que entraram dentro do movimento.

Cansados talvez dessas representações externas e muitas vezes segundo seus próprios relatos, oportunistas; nas eleições municipais de 1992, lideranças comunitárias do bairro da Terra Firme decidiram se colocar à disposição para representação política dos moradores, sem, no entanto, obter êxito. Foram os casos de José Flávio Silva Corrêa que obteve 368 votos ficando com a 14ª suplência e Josival Lisboa Fonseca com 209 votos, candidatos pelo PT. Neste pleito, foram eleitos Hélio Gueiros prefeito e a bancada do PT manteve a duas vagas, mas alterou a representação, passou a ser constituída da liderança da oposição bancária: Ana Júlia Carepa (2.098 votos) e do professor e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SINTEPP), Luiz Araújo (1.711 votos), ambos contaram com votação razoável na Terra Firme.

E o interesse de setores ou lideranças comunitárias em lançar-se a aventura das urnas, prosseguiu nos anos seguintes. Em 1996, o PT apresentou ao pleito municipal, o nome de Fafá, que pela primeira vez concorreu à vereança, mas em entrevista revelou “não me lembro de quantos votos tive, já no ano de 2000, foram 631 votos, em 2004 que eu já tinha saído do PT, sai pelo PSTU e tive 325 votos.”

Podemos analisar o fracasso das baixas votações nos candidatos do bairro como decorrência de um conjunto de aspectos, onde começaremos pela capacidade política de determinada liderança em apresentar-se como alternativa aos velhos políticos e suas já conhecidas práticas eleitorais, para tal, não devemos desconhecer a situação de pauperização vivida por amplos setores da classe trabalhadora neste bairro, impedindo-os talvez de fazer outras escolhas, que não as já habituais trocas paternalistas acompanhadas dos favorecimentos pessoais. Outra hipótese diz respeito às tendências internas dentro do PT, onde se abrigavam todas as lideranças com quem conversamos, fazendo com que estas defendessem propostas diferentes e até opostas em muitas assembléias e reuniões do movimento, contribuindo para confundir a orientação e dividir o movimento. E finalmente uma terceira suposição dirige-se ao epicentro da discussão: será que aqueles movimentos tinham condições objetivas para transformar seu potencial de organização em votos, ou seja, traduzir suas lutas em propostas claras e objetivas que mobilizassem as massas?

Apesar de não ter tido participação direta na história do Motuat, Ildo Terra, foi apoiado por algumas de suas ex-lideranças: José Flávio, Ana Regina, Zuleide Fernandes, Sueli Trindade e outros, que deixaram claro no ato de lançamento de sua candidatura que intencionavam que sua campanha, e seu possível mandato servisse de ponto de apoio para reorganização do movimento popular no bairro. As tentativas realizadas por agrupamentos internos do PT para eleger um vereador do bairro consumaram-se em 2000, com a eleição de Ildo Terra da Trindade à Câmara Municipal, obtendo 2.996 votos.

Uma curiosidade com relação ao resultado, é que pela primeira vez o PT e a esquerda de modo geral elegia um candidato com características específicas: negro e representante de bairro. Visto que os vínculos sociais deste partido eram fortemente sustentados no sindicalismo refletindo na eleição de lideranças sindicais, principalmente das áreas da educação, saúde e urbanitários.

TITULAÇÃO E URBANIZAÇÃO. FORA ESPECULAÇÃO!¹³

Alguns dos entrevistados consideraram que uma assembléia realizada no dia 30 de abril de 1987, foi o marco inicial de constituição do Motuat. Esta reunião segundo Valdomiro, contou com a presença de entidades dos bairros do Marco e da Jabatiteua, que tinham como objetivo conhecer o projeto do canal elaborado pela Prefeitura.¹⁴ Havia queixas relacionadas à falta de participação dos moradores na elaboração do projeto, que aos seus olhos, era simplesmente a continuação do canal da José Leal Martins passando pela Vileta e parando próximo ao igarapé do Tucunduba, ou seja, não traria solução definitiva aos constantes alagamentos.¹⁵

¹³ Palavra de ordem/jargão criada pelo Motuat.

¹⁴ O objetivo do Projeto INFRA-MARCO era a macrodrenagem dos canais das Travessas Angustura, Leal Martins, Timbó e Vileta, no bairro do Marco. Ele teve início em 1993, e seu valor era de R\$ 22 milhões (vinte e dois milhões de reais). Já o Projeto HABITAR BRASIL, iniciado em 1996, previa a construção dos canais da Rua dos Mundurucus, Av. Gentil Bittencourt, Travessa Cipriano Santos e Rua Santa Cruz, contando com um montante de R\$ 6 milhões (seis milhões de reais) para serem aplicados até 21/01/97. O governo municipal obteve, no entanto, uma prorrogação do prazo desses convênios com a CAIXA. Cf. em BARBOSA, Maria José de Souza. Estudo de caso: Tucunduba: urbanização do igarapé Tucunduba, gestão de rios urbanos. Belém: UFPa, 2003.

¹⁵ A construção do canal José Leal Martins se deu em 1985, apesar de anunciado desde 1982. Ver também O LIBERAL. Discussão deve ser anterior às obras nos canais do Marco. Cidade, p. 22, 25/06/1987.

Em 07 de maio no C. C. União de Todos, aconteceu uma reunião com entidades do Marco, Jabatiteua e da Coordenação Municipal de Assuntos Comunitários -COMAC, onde a polêmica travada dizia respeito à definição do caráter de participação e acompanhamento das entidades comunitárias no projeto. A atitude de descaso demonstrada pela Prefeitura indicava o não interesse na organização das entidades, criando assim um impasse e uma possível quebra na negociação. Este impasse repercutiu na Comissão de Entidades, pois estavam desorganizados e enfraquecidos e a conveniência da Comac se daria pelo controle da Comissão. Ou caso contrário, buscaria desarticulá-la. Esta situação motivou a Comissão a reunir entidades dos cinco bairros que seriam atingidos com a construção do canal.

E como enfatizado por João Gomes “no bairro do Marco você vê que ali tem vários centros comunitários onde funcionava a escolinha, tem o Novo Horizonte, São João Batista e União de Todos.”. As chamadas escolhinhas comunitárias que funcionavam precariamente com ou sem apoio institucional nos prédios das entidades e em alguns casos até em casas de moradores e diretores, constituíram estruturas importantes de mobilização atuando para convocar reuniões com os pais de alunos e a comunidade de modo geral.

Foi então, convocada nova reunião para continuar tratando da unificação dos movimentos de luta pela moradia na bacia do Tucunduba, ocorrida no dia 15 de maio no C. C. Fé em Deus, onde estiveram presentes 15 entidades representantes dos bairros do Marco, Jabatiteua e Terra Firme. Foi acertado consensualmente que o movimento deveria encaminhar a luta pelo canal, discutindo e formulando com os moradores o projeto, servir de elo de negociação entre os moradores e a Prefeitura, acompanhar todas as atividades do canal da área, convocar reuniões e assembleias com a participação de todas as entidades e fazer levantamento nas áreas. Sendo que a formação da Comissão foi composta por dois representantes de cada entidade atuante nos bairros que compareceram, além de Canudos e do Guamá.

No dia 22 de maio, em reunião no C. C. São Paulo, iniciou-se o processo de unificação da luta em torno do canal em outro encontro das entidades no dia 29 de maio, foi analisado e discutido o histórico de desenvolvimento dos projetos de canais para os bairros, informou-se a existência de um mapa desde 1978 para drenar a área do Tucunduba com colocação das comportas produzido pela Prefeitura, que a mesma não informa nem esclarece nada a respeito para a população.

Em audiência com a Secretaria Municipal de Saneamento (Sesan) em 01 de junho, a Comissão constatou aquilo que já desconfiava, ou seja, a Prefeitura não possuía nenhum projeto global que compreendesse toda a bacia, somente sub-projetos localizados, alegando falta de recursos para a realização de um empreendimento mais robusto. A guerra estava deflagrada, de um lado a Sesan com suas posições e do outro as entidades comunitárias da área. Outra reunião realizada no dia 12 de junho na A. M. Sebastião Mearim sinalizou a necessidade de articular todas as entidades dos bairros atingidos com a construção do canal para ampliar e unificar a luta garantindo o direito de morar.¹⁶

No comentário de Tarsila “a luta pela construção do canal esbarra na luta pela legalização dos terrenos, pois é preciso saber qual a posição da universidade em relação ao projeto do canal.” Nesta mesma reunião, foram tirados alguns encaminhamentos, conforme consta na ata do Motuat:

1º Marcar reuniões por bairros para discutir a luta do canal e das legalizações dos terrenos; 2º Realizar seminário para aprofundar esses termos da legalização; 3º elaborar um documento histórico sobre a luta dos canais; 4º marcar audiência com o reitor da UFPA para saber a posição da Universidade sobre a legalização das terras e construção dos canais; 5º fazer levantamento das áreas desocupadas para formular propostas de remanejamento das famílias atingidas pela construção do canal; 6º criar uma coordenação provisória da Comissão para encaminhar e organizar a luta.

Esta coordenação da Comissão de Entidades da Área do Tucunduba foi inicialmente composta por um representante das seguintes entidades: C. C. Sebastião Mearim, C. C. Povo na Luta, C. C. São João Batista, C. C. Universal, C. C. São Francisco de Assis, A. M. José Piau, CBB, FECAMPA e um morador da Vileta; que organizou a primeira audiência entre UFPA e Prefeitura (representada pela COMAC) em 16 de junho com o objetivo de conseguir que a UFPA liberasse áreas para assentamento dos moradores atingidos pela construção do canal.

Um ponto presente no debate referia-se à negociação para indenização, as entidades pretendiam intermediar essa ação, impedindo que a Prefeitura se cacifasse ou permitisse a indenização por meio de negociação comercial direta entre inquilino e proprietário. As entidades orientavam que todos os afetados deveriam decidir em assembléia se a negociação seria ou não individual.

¹⁶ Entre os documentos utilizados para compor estas informações contamos com “Cronologia do Movimentos pela Titulação e Urbanização da área do Tucunduba”, s/d e

Em todo o processo de luta pela regularização, um verdadeiro jogo de empurra-empurra e troca de acusações de negligência ocorreu entre a Universidade e órgãos da Prefeitura e do Governo do Estado, principalmente a Codem e a Cohab no que se refere à responsabilidade à execução do cadastramento das famílias para expedição dos títulos de propriedade definitiva e mapeamento de áreas para remanejamento, um exemplo disso aparece em outra ata do Movimento dando conta de que a Sesan informa “que existe área livre na Vileta para o assentamento dos moradores remanejados e que tal área pertence à UFPA”, mas a instituição respondeu através do Projeto do Campus que “desconhece áreas desocupadas para assentamento, pois toda a área já havia sido ocupada”.

Este quadro de indefinições incentivou hostilidades entre ocupantes e os supostos proprietários particulares além da Universidade, como as registradas na memória de Zé Flávio ao comentar que “no início da ocupação houve enfrentamento com a guarda da Universidade, mas após 1985/86 essa turbulência não aconteceu mas porque na realidade já estava praticamente consolidada a ocupação, o que existia era só uma guerra de ameaça.”

Em uma reunião ocorrida no Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa (IDESP) no dia 24 de junho com a presença da UFPA, Prefeitura e moradores das áreas envolvidas tendo como pauta a legalização definitiva dos terrenos em favor dos moradores, a Universidade se comprometeu em agilizar o processo de repasse dos lotes para a Prefeitura, a fim de que a Codem assumisse a tarefa da titulação dos terrenos para seus atuais ocupantes. Esclareceu que identificava três possíveis situações (cessão de uso dos terrenos dada pela UFPA, cessão de uso e titulação através da PMB) para concretizar o processo.

Durante a gestão do prefeito Almir Gabriel, o reitor da Universidade, José Seixas Lourenço foi pessoalmente à Prefeitura para discutir a questão, sem grandes avanços. Com a posse de Fernando Coutinho Jorge, as conversas foram reabertas e em 10 de setembro de 1987, ocorreu uma audiência entre o reitor e o prefeito, onde foi entregue documento à Prefeitura de Belém, “solicitando que esta concordasse em receber as terras que pertencem ao Serviço do Patrimônio da União - SPU”¹⁷, o posicionamento foi evasivo, pois “o prefeito afirmou que não poderia dar resposta naquele momento, porque estava sendo concluído o projeto de macrodrenagem da área em questão e que só poderia se posicionar em dezembro”

¹⁷ O LIBERAL. *Sem decisão, impasse nas terras da UFPA*. Caderno Jornal dos Bairros, p. 5, 16/02/1988.

¹⁸. No entanto, Francisco dos Santos, Comissão de Coordenação de Entidades da Área do Tucunduba, ao se manifestar sobre esta matéria, contradiz a interpretação acerca desta resposta evasiva “No começo de janeiro, um grupo de moradores visitou o presidente da Codem, Paulo Call que disse que a Prefeitura aceitaria os encargos do repasse das terras. Portanto, faltaria apenas a UFPA encaminhar a documentação do repasse. Mas o processo vem sendo enrolado em banho-maria.”¹⁹

Ainda na mesma reportagem, o presidente da Codem fez afirmações diferenciadas em relação ao que foi expresso pela administração superior da UFPA e pela coordenação do Motuat, afirmando

À Prefeitura é vedada a desapropriação por interesse privado. Ela pode ser feita apenas por interesse social. Quando a União desapropriou a área para fins educacionais, mudou o interesse da posse, que passou a ser social. Por isso, a UFPA também não pode vender ou doar as terras, que só podem ser pedidas pelo Usucapião, através de uma ação individual e complicada. A Universidade insiste que quer repassar às terras à Codem através de doação, iniciativa que cabe a UFPA, que teria que solicitar ao SPU, o repasse. O prefeito já disse que recebe as terras, mas esse tipo de processo nunca aconteceu, porque os antigos proprietários poderiam contestá-lo na Justiça. Os representantes da Universidade estão querendo apenas fazer jogo político com os moradores da área.²⁰

Diante da morosidade e do impasse estabelecido entre Prefeitura e UFPA na solução da questão, a Comissão da área do Tucunduba realiza um ato público no dia 09 de agosto de 1988 no hall da reitoria para responsabilizar a Universidade pela situação existente e cobrava um posicionamento da mesma perante os conflitos e o andamento do processo de titulação. Essa reivindicação evidencia-se na fala de Zé Maria, presidente do C. C. José Piau, dirigida ao reitor Seixas Lourenço “Na campanha para reitor feita por V. S^a. Houve compromisso em regularizar esta área em benefício dos moradores. Verificamos que só agora no final de sua gestão e devido a pressão das entidades comunitárias é que percebemos um novo posicionamento.”. E prossegue “Perguntamos: Por que só no final da gestão?”; mas a indignação se manifesta ao pontuar que

¹⁸ *Ibidem*. Palavras da então coordenadora do Departamento de ação comunitária da Pró-Reitoria de Extensão, Margareth Refkalefski.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*.

Hoje estamos aqui devido principalmente, os inúmeros e diários conflitos que ocorrem na área. Outro objetivo deste ato é que queremos uma posição real quanto ao processo de repasse das terras através de decreto para fins de moradia e a conseqüente legalização definitiva dos terrenos em benefício dos moradores necessitados.

Diversos panfletos, atas e documentos avulsos do Movimento, além das entrevistas com as lideranças avaliaram como positivo o saldo resultante desta ação de ocupação da reitoria, visto que após o ato público, reuniu-se um grupo de trabalho formado pela UFPA, Defensoria Pública e entidades organizadas com a atribuição de resolver a questão por meio de algumas tarefas como: a elaboração de um memorial, a realização de um cadastro geral dos moradores e a instalação do escritório jurídico na área.

O Escritório de Assistência Jurídica era fruto de um convênio celebrado entre a UFPA, através do Centro de Ciências Jurídicas e do Departamento de Políticas e Trabalhos Sociais do Centro Sócio Econômico, a Defensoria Pública e os centros comunitários da área ocupada. Iniciou suas atividades em setembro de 1988 na sede do C. C. Bom Jesus. E esta escolha não se deu à toa. Neste período, a área do Bom Jesus liderava as agitações e se configurava no epicentro dos principais acontecimentos.

Entre as atribuições do Escritório Jurídico estavam a mediação nas disputas entre famílias dos posseiros decorrentes da definição dos limites dos lotes ocupados, dos conflitos resultantes da ação dos especuladores ou locadores de casas (mesmo que estas estivessem em condições precárias de manutenção) e nas negociações entre eles e os inquilinos, o (re)cadastro de todos os moradores feito em conjunto com as lideranças dos centros comunitários.

Como os conflitos pelos lotes eram constantes, o Escritório Jurídico tomou um conjunto de medidas para coibir a especulação imobiliária, que em muitos casos se realizava estimulada por pessoas ligadas à políticos, policiais, donos de estâncias e materiais de construção, nas referidas áreas. Esta era a principal preocupação dos posseiros, por isso, as deliberações ocorriam em assembléias e reuniões de moradores para definição das estratégias a serem adotadas no processo de mediação e busca de soluções. Essas estratégias internas segundo Chiquinha, diretora do C.C. Bom Jesus se davam

Pra evitar que de repente aparecia dois três donos do mesmo terreno, então isso o centro comunitário gerenciando, de repente o cara morava vinha outro já ocupava e já se tornava o dono, então tinha uma série de divergências de

interesse, então o cadastro era pra o centro comunitário ter um controle, por exemplo, a universidade discutia direto com o centro comunitário aquela área, então o centro comunitário sabia se o fulano de tal morava naquela rua, então era ele que gerenciava ali porque ele sabia ele tinha todo o conhecimento dos moradores.

Grupos de especuladores promoveram ocupações de novas áreas também pertencentes à UFPA ou ainda apropriaram-se à força de lotes já ocupados por posseiros com a intenção de vendê-los e/ou locá-los, pressupondo de um lado, a incapacidade da Instituição em controlar e ocupar em curto espaço de tempo, as grandes extensões de terra. De outro, baseavam-se na suspeita da frágil resistência dos posseiros, diante da possibilidade de retomada dos lotes.

Espelhavam-se em outras áreas, onde depois de algum tempo das ocupações, houve uma suposta valorização dos terrenos e a conseqüente alta dos preços. Não por acaso, o Escritório de Assistência Jurídica registrou uma agitada movimentação em seus primeiros anos de funcionamento, totalizando o atendimento de “mais de 74 processos desenvolvidos, que beneficiaram 428 pessoas, apresentando uma média de 20 atendimentos por dia.” Este esforço dirigia-se na “intenção de transformar a mensalidade dos aluguéis, paga pelos inquilinos aos primeiros posseiros, em indenizações para que cada pessoa possa ter o direito a uma parte da terra, onde estiverem instaladas.”²¹

Conforme ressaltou o defensor público Paulo Bonna, coordenador do Escritório, na mesma reportagem “os processos só terão validade com o aval do Centro Comunitário responsável pelo terreno em litígio.” lembrando “que os proprietários que provarem não ter condições de arcar com as despesas caseiras, e por isso, alugam quartos dentro do terreno não serão destituídos de seus direitos.” pois “a intenção é evitar pessoas com mais de uma casa na área, tanto é que após a decisão do Governo Federal, cada pessoa beneficiada terá direito apenas a um terreno.”

Esse procedimento é confirmado por Chiquinha ao dizer que “com o escritório jurídico se tornou mais bem organizado porque o escritório jurídico ele mantinha lá uma pasta lá do morador, ‘a edivânia tinha uma casa na rua tal’ então o centro comunitário dava lá um documento provisório e aquele morador tinha um terreno 5 por 20 na rua X” e continua “então aquilo tava lá, ficou cadastrado no escritório jurídico, [...], a universidade inclusive construiu lá um prédio anexo pra funcionar o escritório jurídico, depois quando acabou o

²¹ O LIBERAL. *Problemas de posse de terras perto do final*. Caderno Jornal dos Bairros, p. 4, 08/11/1988.

MOTUAT inclusive esse escritório veio embora pra cá pro setor jurídico da universidade.”. E arremata “eu acho que continua lá também, então tem lá um credenciamento provisório de cada morador.”.

Dona Sueli guarda muita documentação daquele período e nos mostrou cópias de cadastros que foram organizados pela A. M. Parque Amazônia com base nos que foram feitos pelo Escritório Jurídico. Constam dos cadastros informações como nome, endereço, idade, nº de filhos, procedência e um campo para observações e assinatura da diretoria da entidade.

Mas o trabalho conjunto entre Universidade e Comunidades passava por entreveros, relacionados em alguns casos, às posturas de membros do Escritório Jurídico, como apresentado na fala de Sueli: “nossa função era de levar moradores lá pro escritório e ai nós tínhamos um advogado que era o advogado da universidade que era meio a favor do Garcia”. Esta atitude condenada pelas lideranças servia de parâmetro para análise de outras “mas nós tínhamos o outro que era o doutor Paulo Bona que era ao nosso direito, que sempre quando a gente precisava dele ele tava ali com a gente e nós nunca perdemos uma causa [...]”.

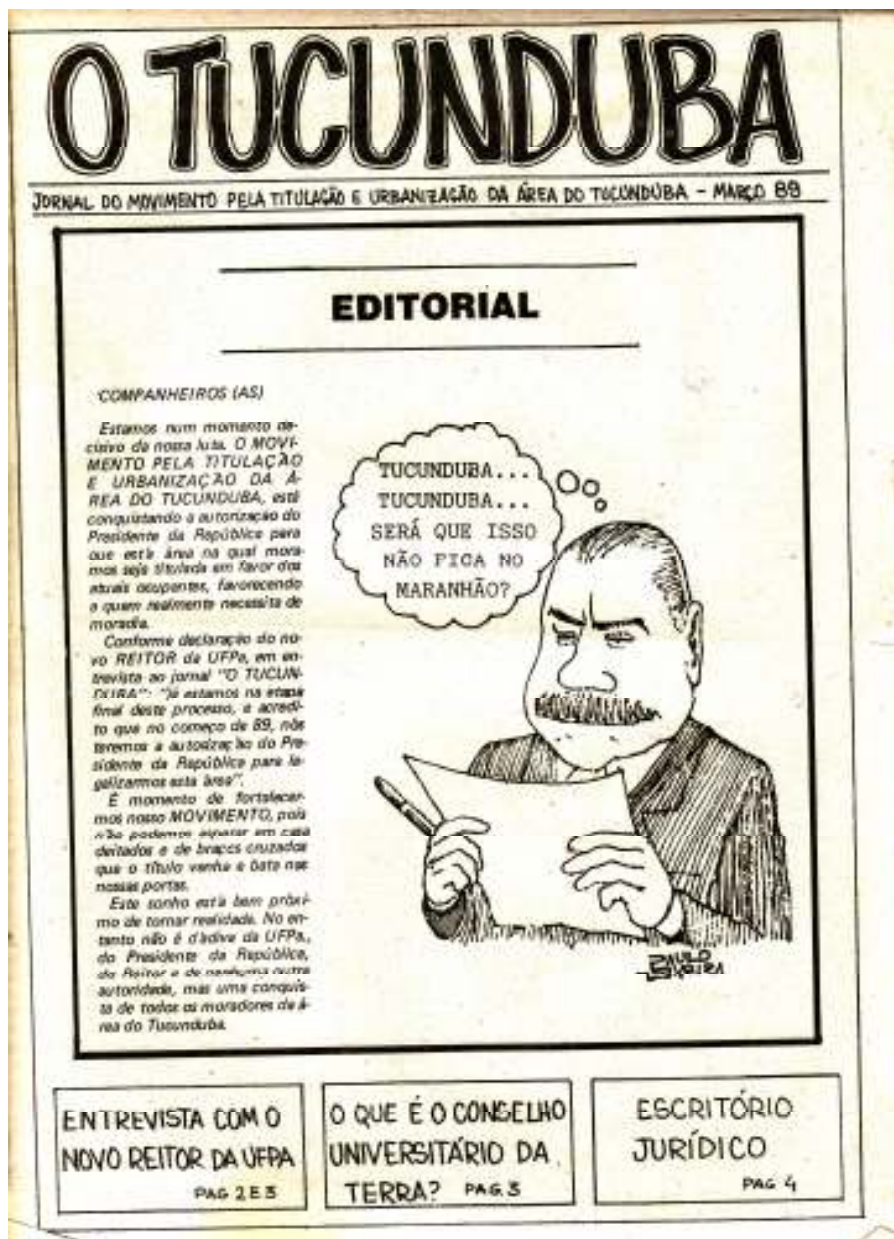
Com relação à elaboração do Memorial que seria encaminhado à Brasília, o prazo estabelecido pela reitoria foi de um mês. No dia 09 de setembro, ocorreu o segundo ato público das entidades da área do Tucunduba no hall da reitoria para divulgar o Memorial. Zé Flávio enfatiza em suas recordações a importância do documento “A universidade chegou ao ponto de já concordar com a seção do uso da terra, só que ela esbarrava na questão da documentação, do decreto que não existia, a coordenação da universidade não poderia fazer o repasse baseado que era uma terra de União.”, ou seja, “que ela não tinha gerencia sobre isso, porque vinha de Brasília, então pra isso que era um memorial pra que o memorial passasse a liberar a área pra poder fazer a titulação, que hoje pode ser feita, hoje inclusive eu acho que ta sendo feita a legalização.”

Estes episódios apontam o papel pró-ativo das lideranças comunitárias, tanto em situações favoráveis quanto nos períodos de refluxo, além dos embates ideo-políticos presentes no Movimento, que refletiam as interferências dos partidos políticos e de parlamentares junto às entidades comunitárias e as lideranças que se destacavam. Essa postura na maioria das vezes era a responsável por adversidades particulares, cisões, rachas ou mesmo alianças entre afetos e desafetos.

Essa situação é retratada na fala de Tarsila, liderança do C. C. Povo na Luta: “se degladiava, um ofendendo o outro, gente que estava por trás, tumultuava e as vezes acabava

atrapalhando no Motuat, tínhamos nós que éramos da esquerda e os direitistas, os vereadores da direita que as vezes não iam, mas mandavam pessoas.”

Em 30 de março de 1989, foi realizado um ato público que reuniu uma multidão na Praça Olavo Bilac no centro da Terra Firme, para a instalação do Conselho da Terra e o lançamento do jornal *O Tucunduba*, veículo de informação e divulgação do movimento sob a responsabilidade da coordenação do Motuat, que teve vida curta, apenas duas edições.



O Tucunduba, março de 1989 / Fonte: Acervo particular.

Na edição de março de 1989,²² o jornal trouxe uma entrevista com o novo reitor da Universidade Nilson Pinto de Oliveira, onde entre os temas estavam reforma urbana, a finalidade social das terras da Universidade, a especulação, a participação popular, o Conselho da Terra e o andamento do processo de titulação.

Quando Nilson Pinto foi perguntado sobre a finalidade social das terras da Universidade, ele respondeu que “sou de parecer favorável que essas pessoas recebam os títulos de propriedade dos seus terrenos”, e imediatamente coloca sua preocupação com a possibilidade de novas ocupações dizendo “os espaços que ainda não foram ocupados devem ser reservados para expansão da Universidade, [...]. É fundamental preservar o espaço físico que fica entre a Perimetral e a Orla da Baía e o espaço em torno do NPI” e manifestasse favorável a titulação “o restante, já ocupado por pessoas que precisam deste espaço para morar, tem que ser espaço assegurado, legalizado em favor dos que hoje ocupam.”

Quanto ao funcionamento e as atribuições do Conselho da Terra, o reitor é plenamente de acordo com sua formação, mas preocupasse a respeito do papel de seus conselheiros, como neste trecho: “é importante que os membros do Conselho tenham consciência dos limites de sua atuação, pois quando trabalhamos com a questão social, devemos ao tomar qualquer decisão, ser prudentes e ter cuidado para não cairmos na prática do autoritarismo” e finaliza: “o Conselho deve ser um órgão que funcione bem e que venha para solucionar os problemas e não complicá-los.”

As pistas deixadas na fala do reitor Nilson Pinto nos orientam sobre a importância e o peso político e social do Conselho, pois sua criação demonstrou o reconhecimento explícito da Universidade com relação à irreversibilidade do processo das ocupações em seu terreno e a necessidade de estabelecer um organismo que orientasse e controlasse as ações dos posseiros nos terrenos e impedisse novas ocupações.

Voltando à cerimônia de instalação do Conselho, foram empossados os membros do Conselho da Terra, composto por 5 representantes do Motuat, 5 da UFPA, 2 da Defensoria Pública e 1 da OAB, reconhecidos institucionalmente, pela Resolução nº 633 de 08 de agosto de 1989 do Conselho de Administração (CONSAD) da UFPA.

²² MOTUAT. O Tucunduba. Março de 1989. Nesta edição, os principais temas abordados foram: entrevista com Nilson Pinto (reitor da UFPA), Conselho da Terra e o funcionamento do Escritório Jurídico.

Os representantes do Motuat no Conselho foram escolhidos em uma assembléia que havia se realizado no dia 15 de fevereiro de 1989, convocada especificamente para este propósito, divulgar junto às comunidades sobre o Conselho, suas atribuições finalidades e competências. Assim, após acirradas disputas, foram escolhidos Rita Nazareth (Marco), Zé Flávio (Terra Firme), Francisco Santos (Guamá), João Oliveira (Canudos), Zé Maria (Guamá) e os suplentes Francisco Rosa, José Anchieta e Zé da Pracinha, segundo informações contidas no *Tucunduba* de março de 1989.

Na imagem abaixo (fotografia), identificamos o reitor Nilson Pinto, conversando com Paulo Bonna e Genival Carvalho, mais a frente, em destaque Zé Flávio e Chicon e Fafá segurando papéis, provavelmente cantando, e José Anchieta conversando à esquerda.



Posse do Conselho da Terra (Foto: Lurdinha Rodrigues)
Fonte: Fotografia Acervo Particular de Fátima Aguiar (Fafá)

As competências do Conselho da Terra abaixo mencionadas nos dão a exata dimensão do rol de tarefas que cabiam a este organismo, assim como sua importância estratégica para definição de questões relativas diretamente ao reconhecimento do direito dos posseiros sobre o lote e o desenrolar do processo de regularização fundiária da área em litígio.²³

Acompanhar o processo de titulação das terras da Universidade; formular diretrizes e emitir pareceres necessários à execução do processo de titulação da terra; adotar as providências cabíveis à preservação das áreas não

²³ SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. Universidade Federal do Pará. Centro de Ciências Jurídicas. Regimento do Conselho da Terra. 04/04/1990.

invadidas da UFPA; fixar diretrizes para solução dos conflitos de terra existentes na área objeto da titulação, com vistas a impedir a especulação e/ou ganho imobiliário dos seus ocupantes; interceder junto às instituições públicas da União, do estado e do município, bem como perante as instituições privadas, no sentido de obter meios e serviços com vistas à melhoria das condições de vida da comunidade ocupante da área referida; acionar os órgãos responsáveis pela segurança pública, tais como: Polícias Civil, Militar e Federal, nos assuntos relativos à sua competência; propor à Administração Superior da UFPA a celebração de convênios e contratos com órgãos federais, estaduais e municipais, ou com empresas privadas, para a execução de medidas no âmbito de suas atribuições; solicitar a manifestação e o assessoramento jurídico da Procuradoria da UFPA.

As atribuições e responsabilidades do Conselho da Terra acima mencionadas são reiteradas neste fragmento jornalístico:

Os problemas na área do Tucunduba ocorrem desde 1957, quando a área onde já moravam diversas pessoas foi cedida à UFPA. Desde que o local passou a responsabilidade da UFPA, tem crescido a especulação imobiliária e as invasões de terras. A população da área é, hoje cerca de 200 mil pessoas que vivem sem condições básicas de saneamento e coleta de lixo. Após a posse do reitor José Seixas Lourenço, em 1984, a comunidade do Tucunduba passou a pressioná-lo para que cumprisse uma de suas promessas eleitorais: a desapropriação das terras para fins sociais. (O Liberal, 1989)²⁴

As formas de ocupação realizadas nas terras da Universidade exigiram intensa mobilização, participação e unidade, permitindo criar condições favoráveis a um convívio próximo por parte dos ocupantes ensejando a formação de uma identidade coletiva dos ocupantes envolvidas neste processo engendrando também uma série de estratégias que mesmo de caráter não inédito, foram realizadas com particularidades: manifestações, atos públicos, passeatas, abaixo-assinados, reuniões, assembléias e formação de comissões para idas à Brasília com o propósito de assegurar efetivamente a regularização das terras para as 35 mil famílias, que se encontravam alijadas de direitos básicos como água potável, saneamento, energia elétrica e saúde. Fica explícito então, uma preocupação e um olhar que extrapola o imediato e abrange uma visão de lugar traçando propostas e não se limitando ao eixo reivindicatório.

Diante do impasse que se colocou na demora do envio do Memorial, atos públicos foram realizados, levando multidões para ocupação do prédio da reitoria, como forma de

²⁴ O LIBERAL. *Conselho de terra cuidará do processo de titulação*. Cidades, p. 4, 02/04/1989.

pressão à resolução imediata do assunto. É o que podemos constatar nas duas matérias publicadas abaixo em *O Liberal* de 10 de agosto de 1988.²⁵

Moradores da área da UFPa querem solução para impasse

A Comissão das Entidades da Área do Tucunduba, que reúne vinte entidades comunitárias dos bairros do Marco, Camudos, Terra Firme, Jabatiteia e Guamá, realizou, ontem, uma manifestação no prédio da reitoria da Universidade Federal do Pará (UFPa). A manifestação objetivou pressionar a reitoria da UFPa no sentido de resolver a questão envolvendo terras da Universidade, que há quinze anos vêm sendo invadidas por pessoas carentes daqueles bairros. Atualmente, cerca de 35 mil famílias ocupam 160 hectares de terra pertencentes à UFPa, situada na chamada "área do Tucunduba", que abrange cinco bairros de Belém. A indefinição da UFPa em legalizar a situação daqueles moradores, a especulação imobiliária e os problemas decorrentes de conflitos de terras entre os moradores foram algumas das questões levantadas junto ao pró-reitor de Extensão da UFPa, Milton Pinto Oliveira.

O pró-reitor de Extensão explicou que, nas décadas de 50 e 60, 420 hectares de terras localizadas na área do Tucunduba e às margens do rio Guamá foram desapropriadas pelo governo federal, com fins educacionais, ou seja, para a instalação da UFPa. As terras pertenciam a famílias tradicionais de Belém, como Acataussu Nunes, Leal Martins e Quadros, entre outras. Graças ao êxodo rural, à falta de uma política habitacional mais eficiente e ao aumento populacional, a partir do início da década de 70, 160 hectares de terra pertencentes à UFPa começaram a ser invadidos por pessoas que não tinham onde morar. Atualmente, na área invadida, residem cerca de 35 mil famílias, que convivem com problemas como falta de saneamento básico e conflitos de terra.

Questão política

Em julho de 1985, o atual reitor da UFPa, José Seixas Lourenço, então em campanha eleitoral para o cargo que ocupa, tomou conhecimento do problema e se comprometera a resolvê-lo até o final de seu mandato, este ano. O reitor, então, reconhecia o direito dos invasores à posse das terras pertencentes à UFPa. O problema, entretanto, abrangia uma questão política de maior amplitude e não poderia ser resolvido com a simples expedição de títulos de propriedade de terras aos posseiros. Caso esse

último recurso fosse utilizado, as famílias a quem pertenciam as terras desapropriadas poderiam reivindicá-las na Justiça, já que não se cumpria o objetivo da desapropriação, que tinha fins educacionais e não sociais.

Diante desse impasse jurídico, foram iniciadas conversações com a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), na gestão do atual senador Almir Gabriel. A intenção era que, após a concordância da Presidência da República, as terras fossem incorporadas ao patrimônio da Prefeitura, que, por sua vez, as repassaria para as famílias que ali residiam. O mandato de Almir Gabriel chegou ao fim sem que nada fosse resolvido. Novos contatos foram feitos com o prefeito Coutinho Jorge para acelerar o proces-

so de absorção das terras e litígio pela Prefeitura.

Em audiência entre o reitor Seixas Lourenço e Coutinho Jorge, em 19 de setembro de 1987, o prefeito alegou que, na ocasião, não podia se posicionar quanto ao fato. Tudo dependia da conclusão dos estudos do projeto de macrodrenagem do rio Tucunduba, que seriam encerrados em dezembro de 1987. Na data marcada, os estudos ainda não estavam concluídos e um documento da PMB, enviado à reitoria da UFPa, fixava uma nova data para que fosse dada uma posição oficial: 26 de abril de 1988, que era o novo prazo para a conclusão dos estudos de macrodrenagem. Novamente, o prazo não foi cumprido, voltando a haver o impasse sobre a questão.



Membros de 20 entidades foram à Reitoria reivindicar

Fonte: *O Liberal*, 10 de agosto de 1988.

²⁵ *O Liberal*. *Moradores da área da UFPa querem solução para o impasse/Saneamento só virá com legalização das terras*. Cidade, p. 5, 10/08/1988.

Saneamento só virá com legalização das terras

A manifestação realizada ontem, no prédio da reitoria da UFPA, reuniu cerca de 500 pessoas, moradores das terras pertencentes à Universidade. A terras ocupadas vão desde o bairro do Marco, abrangendo parte de Jabatiteua, se prolongando pela Terra Firme e indo até o Guamá. Ao todo, são 180 hectares, ocupados por cerca de 35 mil famílias, que convivem diariamente com a falta de infra-estrutura sanitária e com os conflitos de terras causados por especuladores que ali se instalaram, construindo casas e vilas de madeira, para venda e aluguel.

José Maria Souza, representante da Associação dos Moradores, José Pisu, do bairro do Guamá, e Rita de Souza, do Centro Comunitário São João Batista, do Marco, falaram sobre os conflitos de terra existentes naquela área, o que antes não havia. Eles afirmaram que, até alguns anos atrás, o único problema se resumia ao saneamento do lugar, "que não passava de um imenso mangal, cheio de insetos, sapos e cobras". A melhoria foi reivindicada junto à Prefeitura, que, por sua vez, se recusou a realizar a obra, já que as terras pertenciam à UFPA. A efetivação de um projeto de saneamento desse porte implicaria em não só remanejar alguns moradores como também entabular conversações com a UFPA.

Conflitos

A partir do problema de saneamento, que até agora não foi resolvido, foi que se tomou consciência do problema da necessidade da legalização das terras, e se aceleraram os conflitos. Rita e José Maria explicaram que a maior parte desses conflitos é ocasionada por especuladores. Eles são, em sua maioria, proprietários de sanificadores, mercadinhos e estâncias madeireiras. Como dispõem de capital para construir barracos e vilas, esses especuladores ganham dinheiro às custas das pessoas carentes, que procuram o lugar para morar, apesar de não serem os proprietários legais das terras.

Esses especuladores, segundo os representantes dos bairros, não hesitam em utilizar honras armadas para impedir que os terrenos onde pretendem construir novas vilas e barracos sejam invadidos. Quando isso ocorre, eles exigem dos invasores um documento expedido pela UFPA, onde se requer a permissão da diretoria de Vigilância para ocupar o lote, mesmo sem ter autoridade para tal ou para fazer ameaças de expulsão.



Cada um quer um pedaço de terra

Pressão

Contra as pessoas que adquiriram casas construídas há muito tempo no local e que foram posteriormente vendidas pelos proprietários iniciais, é feita uma campanha de pressão para que elas abandonem o lugar. É o caso da viúva Onaide Ferreira Leão, 31 anos, mãe de cinco filhos. Onaide é natural de Breves, de oc-

de veio para Belém acompanhada pelos filhos, com a finalidade de trabalhar como empregada doméstica. Após passar alguns anos morando com os filhos na casa de sua atual patroa, Onaide conseguiu adquirir um barraco de 75 metros quadrados, graças aos Cr\$ 40 mil doados pela Associação de Moradores Gabriel Pimenta.

O barraco de madeira, em um terreno que não tem fossa sanitária, localiza-se na rua Wilson Brito, nº 58, no bairro da Terra Firme, entre a passagem Santana e a rua da Paz.

Posto jurídico

A situação da UFPA, diante da questão, é bastante delicada, informou o pro-reitor Milton Oliveira. A Universidade não pode resolver os conflitos entre especuladores e posseiros, pois ambos estão irregularmente assentados. A questão compete à Defensoria Pública do Estado, que já vem realizando um trabalho no local, através do advogado e procurador Paulo Bonna. A UFPA também não pode legalizar a posse das terras ocupadas pelos invasores, pois corre o risco de perdê-las na Justiça para seus ex-proprietários, de quem elas foram desapropriadas. A desapropriação foi feita com fins educacionais e, caso as terras sejam doadas, os ex-proprietários podem reivindicá-las, pois não foram utilizadas para o fim a que se destinavam.

Mesmo assim, ficou acertado, na reunião de ontem, que o Departamento Jurídico e a Assessoria Jurídica da UFPA, respectivamente, por William Cavalcanti e Roberto Cavaleiro de Macedo; a Defensoria Pública do Estado, através do advogado Paulo Bonna; a pro-reitoria de Extensão, representada por Milton Oliveira; e representantes das entidades envolvidas na questão, formariam uma comissão. Ela teria a finalidade de resolver os conflitos de terras, legalizar a situação de alguns posseiros e tentar recadastrar os lotes atualmente ocupados. Para tanto, hoje mesmo seria instalado provisoriamente, na área em litígio, um posto jurídico, onde se tentaria resolver essas questões.

Milton Oliveira também convidou os participantes da manifestação a voltarem no dia 9 de setembro. Na ocasião, será dado ao conhecimento dos presentes o conteúdo da menção a ser enviada ao presidente José Sarney, na qual se reivindicam garantias para a expedição dos títulos de propriedade aos invasores da área do Tucunduba.

O Liberal 10.08.88

Fonte: *O Liberal*, 10 de agosto de 1988.

Como resposta às medidas reivindicadas pelos movimentos sociais, o memorial foi enviado à Presidência da República e ao Ministério da Educação, solicitando a alteração do Decreto Expropriatório nº 53.934.

O documento de dez páginas foi elaborado pela assessoria jurídica da Reitoria da UFPA, constando de um histórico e dos argumentos legais que embasavam a alteração do Decreto Expropriatório, que teve anexo uma escritura pública de renúncia assinada por quatro ex-proprietários dos terrenos: Afonso Freire, Celestino Rocha, General Moura Carvalho e Antônio Abreu, em virtude da alteração das finalidades originais relativas às atividades

educacionais para uma nova destinação das terras agora de cunho social, procurando evitar que os mesmos requeressem sua reintegração na Justiça ou exigissem novas indenizações.

A ida da comissão formada por três lideranças comunitárias: Rita de Nazareth Souza, José Anchieta Oliveira e José Flávio e pelo defensor público Paulo Cesar Araújo Bonna no período de 10 a 15 de setembro de 1988 até Brasília²⁶ para uma reunião com o Ministro da Educação, Hugo Napoleão, para entregar o Memorial referente à delimitação topográfica das terras de propriedade da UFPA, culmina, após dois meses, com a publicação no Diário Oficial da União do Decreto Lei assinado pelo então Presidente da República, Fernando Collor de Melo, datado de 11 de novembro de 1991. Este instrumento legal autorizou a UFPA a alienar os terrenos de sua propriedade para a regularização fundiária em nome dos ocupantes.

Na ótica dos movimentos sociais a divulgação deste resultado não foi recebida como novidade e nem como favor do poder público, nas palavras do Presidente do Centro Comunitário Bom Jesus, localizado no bairro da Terra Firme: “a alienação das terras da UFPA não foi nenhuma dádiva de governos ou instituições [...], fizemos três passeatas até a Universidade com mais de quatro mil pessoas, atos públicos e fomos à Brasília entregar a nossa proposta de Decreto.”²⁷

²⁶ Relatório da viagem à Brasília – 10 a 15 de setembro de 1988, documento produzido em 21/setembro/88 e assinado pela comissão.

²⁷ O LIBERAL. *Alienação da terra agrada entidades*. Caderno Jornal dos Bairros, p. 7, 26/11/1991.

Guerra sem fronteiras

Alguns milhões de pessoas vivem em condições de guerra no mundo inteiro. Por isso, o desenvolvimento de uma indústria e do U.P. são de vital importância para a humanidade. O Brasil precisa desenvolver uma indústria nacional, capaz de produzir equipamentos militares para o Brasil e para outros países em guerra. (Página 2)

O LIBERAL

JORNAL DO AMAZONIA

SISTEMA ROMULO MACHIANA DE COMUNICAÇÃO

Exatidão Máxima
Custo Mínimo

SPM

Quarta-feira, 7 de Novembro de 1991

ANO XLV

NUMERO 20.104

PREÇO R\$ 0,50

Quarta-feira, 7 de Novembro de 1991

Tuma ameaça com devassa fiscal

Policia sabe quem matou o sindicalista

As forças policiais estão em busca de um suspeito em conexão com o assassinato de um líder sindicalista, identificado como José Maria de Souza, ocorrido em Belém em 20 de agosto de 1990. O crime aconteceu em uma rua movimentada da cidade. A polícia está trabalhando para identificar o assassino e os autores do crime. O suspeito é considerado uma ameaça à segurança pública e à ordem social. A polícia está trabalhando para identificar o assassino e os autores do crime. O suspeito é considerado uma ameaça à segurança pública e à ordem social.



Um momento de reunião, que ocorre em uma área de alto risco social localizada pertencente à UPP, no bairro de Tucunduba, em Belém. O grupo está reunido em uma área aberta, com algumas pessoas segurando bandeiras. A situação parece ser tensa, com a presença de forças policiais e militares.

Um momento de reunião, que ocorre em uma área de alto risco social localizada pertencente à UPP, no bairro de Tucunduba, em Belém. O grupo está reunido em uma área aberta, com algumas pessoas segurando bandeiras. A situação parece ser tensa, com a presença de forças policiais e militares.

Fonte: *O Liberal* (Manchete) – 07/11/1991

As ações desenvolvidas pelas entidades comunitárias, em particular o Motuat, passaram a incomodar setores ligados à especulação ou que se diziam donos dos terrenos. Os atritos se acirraram entre lideranças e especuladores e lideranças e os que reivindicavam a propriedade dos terrenos,²⁸ provocando situações de medo e preocupação, como a relatada por Tarsila: “eu fui muito ameaçada, eu recebia carta de ameaça dentro da minha casa pedindo pra eu sair do movimento e eu nunca sai, eu sempre acreditei que um dia a gente ia mudar, eu continuei na luta.”. Isto é corroborado por registro jornalístico onde são denunciadas as ameaças sofridas por lideranças comunitárias da área do Tucunduba.²⁹

A Comissão dos Bairros de Belém, denunciou ontem, à imprensa, uma série de ameaças de morte, feitas, desde o dia 2 de novembro, contra os membros do Movimento de Titulação e Urbanização da área do Tucunduba, por elementos desconhecidos. Da reunião com os jornalistas, na sede da CBB, participaram representantes da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, dos centros comunitários José Piau, do Guamá e Povo na Luta de Canudos, da Associação de Moradores do Benguí e do Escritório Jurídico na

²⁸ Entre os nomes citados nas entrevistas e jornais como proprietários se encontram o Coronel Machado

²⁹ O LIBERAL. *CBB denuncia ameaças de morte na área do Tucunduba*. Cidades, p. 5, 16/12/1988.

Universidade Federal do Pará, que mantém convênio com a Defensoria Pública.

Contudo, estas situações não foram suficientes para por freio ao ímpeto das lideranças, no entanto, é fácil percebermos certa chateação e até revolta na fala das lideranças com relação aos próprios ocupantes, motivada pelo não reconhecimento de tanto esforço e luta. É como disse Zula “eu te digo mesmo nós garantimos muita gente aqui nessa área até hoje seu cantinho pra morar graças a nossa luta, infelizmente o povo é muito ingrato, o povo é injusto, o povo não reconhece hoje.”

O resultado favorável do Decreto de alienação, terminou motivando novas ocupações de terra na bacia do Tucunduba, especialmente nos bairros do Guamá e Terra Firme. Nos primeiros anos da década de 90, três destas ações chamaram mais a atenção pela quantidade de pessoas envolvidas e pelo grau de resistência empregada por parte dos posseiros. Tratam-se das seguintes áreas: 1) Cooperativa Habitacional dos Servidores da UFPa, localizada na Perimetral e que abrangeu até parte do terreno de expansão do Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)³⁰; 2) Parque Amazônia³¹ às margens da Perimetral e 3) Riacho Doce e Pantanal.³². Sendo as duas primeiras localizadas na Terra Firme e a terceira no Guamá.

³⁰ O LIBERAL. *Arame farpado para afastar invasor*. Cidades, p. 7, 30/11/1991.

³¹ O LIBERAL. UFPa pode brigar na justiça pela posse do terreno invadido. Cidades, p. 7, s/d; DIÁRIO DO PARÁ. *Especuladores estão invadindo áreas que pertencem à UFPa*. 29/11/1991. O LIBERAL. Posseiros negam ocupação arquitetada na Perimetral. 30/11/1991.

³² O LIBERAL. *Moradores de áreas invadidas no Guamá querem a legalização*. Cad. Jornal dos Bairros p. 4, 01/01/1991; O LIBERAL. *Invasores comemoram ocupação*. Cad. Jornal dos Bairros p. 7, 03/07/1991;; DIÁRIO DO PARÁ. *Posseiros não querem sair da área da UFPa*. (capa), 07/02/1991; DIÁRIO DO PARÁ. *Priante pede solução para invasores da área da UFPa*. Política Local A-3, 01/11/1991.

Posseiros negam ocupação 'arquitetada' na Perimetral

Para retificar notícia publicada em O LIBERAL de ontem, sobre a expulsão de posseiros de um terreno pertencente à Universidade Federal do Pará, esteve na Redação o advogado José Maria de Lima Costa, acompanhado de uma comissão de posseiros. Segundo José Maria, ele, há 10 anos, presta serviços a posseiros, sendo, por isso, alvo de constantes críticas por parte daqueles que se sentem prejudicados. Foi o que aconteceu desta vez, segundo ele, quando Edir Veiga, membro da Associação de Servidores da UFPA declarou à imprensa que José Maria, juntamente com políticos e empresários, havia articulado a ocupação da área denominada "Lixeira da Perimetral", pertencente à UFPA.

Segundo José Maria, Edir Veiga e mais dezenas de funcionários do alto escalão da UFPA, pertencentes ao corpo técnico, estavam presentes ao local durante os incidentes ocorridos anteontem "incentivando policiais a espancarem pessoas humildes e desprotegidas". José Maria disse que, na condição de assessor jurídico do Movimento de Posseiros do Estado do Pará, saiu em defesa dessas pessoas mas foi hostilizado "pelos componentes da Cooperativa, principais interessados na área em litígio".

José Maria afirmou que não pode "concordar com a prática da Cooperativa da UFPA em defender os truculentos policiais militares, que covardemente espancaram menores, balearam uma senhora e queimaram barracos, tudo em convivência com funcionários da UFPA, interessados em



Os posseiros e o advogado: expostos à ação truculenta dos policiais



O artefato usado pela PM

construir na área um conjunto habitacional elitizado, não para atender os serventuários carentes da UFPA e sim altos funcionários daquela instituição".

O advogado José Maria denunciou que, além da violência praticada pela PM contra os

posseiros, dez deles foram presos, e seis — Jocelito Ferreira Reis, Benedito Ferreira Fernandes, João Miguel Soares Fonseca, Antônio Alves de Paiva, Luiz Cláudio Pereira e Antônio Ribeiro — foram mantidos por mais de 24 horas em celas da Divisão de Vigilância Geral, em companhia de marginais e bandidos.

Segundo José Maria, ele entrou com uma petição ao presidente da Assembleia Legislativa, Ronaldo Passarinho, solicitando que os fatos sejam comunicados, através daquela Casa, ao Ministério Público, afim de que os PMs envolvidos, identificados pelas vítimas, sejam punidos; que Ronaldo Passarinho solicite ao Comando Geral da PM a instalação de um Inquérito Policial Militar; e que solicite ao governo do Estado a retirada de policiamento do local, uma vez que é a própria PM que está promovendo as confusões na área.

Fonte: *O Liberal*, 30/11/1991

É importante frisar que o Motuat, as associações e centros comunitários de orientação considerada de esquerda ou popular, tiveram suas ações apoiadas e até financiadas por setores vinculados à Igreja Católica, como as CEB's, assim como entidades da sociedade civil organizada de caráter contestador à ordem estabelecida como a CBB, a SPDDH, o CEDENPA, etc., além dos partidos políticos de esquerda (PSB, PDT, PCB, PCdoB e PT).

As entidades citadas na documentação oficial, no material produzido pelos movimentos sociais e nos jornais publicados no período estudado, que despontam com maior visibilidade ao longo da história do Motuat eram as seguintes: Terra Firme: C. C. Bom Jesus, Associação dos Amigos da Terra Firme, Clube de Mães, C. C. Gabriel Pimenta, C. C. Santa

Maria de Belém, C. C. Dom Guido, **A. M. do Tucunduba**, Associação dos Feirantes, A. M. do Lago Verde, **C. C. Fé em Deus**, C. C. Parque Amazônia, A. M. da Nova Terra Firme. Universitário: Associação de Produtores da Terra Firme. Canudos, C. C. Povo na Luta, C. C. Santo Agostinho. Guamá: A. M. Gringo, **C. C. José Piau**, **A. M. Sebastião Mearím**, **C. C. João Batista**, **C. C. Povo na Luta**, **C. C. União de Todos**. Marco: **C. C. Novo Horizonte**, Centro Cristo Libertador, C. C. João Paulo II. Jabatiteua: **C. C. Santa Rosa**.

TERRA FIRME EMERGE DO PÂNTANO³³

O desaparecimento do Motuat da cena cidadina, não implica em uma derrota dos movimentos de luta pela moradia atuantes na bacia do Tucunduba. Ao contrário representa o desenvolvimento de novas formas de organização e atuação que expressam um elevado patamar de acúmulo político resultante das experiências realizadas em conjunturas específicas. Com a assinatura do Decreto presidencial em 1991, autorizando a Universidade a realizar alienação dos terrenos, uma nova etapa sócio-política se inicia para os moradores da área e as entidades atuantes que voltaram suas baterias para os poderes públicos estadual e principalmente municipal, para assegurar mais que infra-estrutura básica, mas sim projetos que possam resolver definitivamente os problemas de alagamento e saneamento em toda a extensão da bacia do Tucunduba.

As práticas e dinâmicas dos movimentos sociais nos anos 90 deslocaram-se para arena institucional refletindo as metamorfoses na conjuntura econômica e política, do país, dando margem à constituição de novas correlações de forças existentes na sociedade.

O quadro abaixo serve para informar quem eram os dirigentes municipais além de leis e decretos que impactaram e orientaram a formulação e implementação de projetos e planos de urbanização da bacia do Tucunduba.

³³ O LIBERAL. Manchete - Caderno Atualidades, p. 12, 11/07/1999.

Quadro V

Cronologia Governamental e jurídica (leis e decretos)

Período	Prefeito	Ação
1983-1985	Almir Gabriel (biônico)	11/01/1988 – Lei do Parcelamento do Solo Urbano – dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município de Belém.
1985-1988	Coutinho Jorge	25/01/1988 – Lei de Edificações – dispõe sobre as edificações do município.
1989-1992	Said Xerfan (01/01/1989) Augusto Rezende	30/março/1990 – Lei Orgânica do Município de Belém (LOMB). Organiza e rege o município de Belém.
1993-1996	Hélio Gueiros	13/janeiro/1994 – Lei 7.603 – Plano Diretor Urbano de Belém 05/janeiro/1994 – Lei 7.782 – município foi dividido em 8 distritos administrativos. 30/07/1996 – Lei dos Bairros – dispõe sobre as áreas que compõem os bairros de Belém. 1996 – Lei Complementar de Controle de Uso do Solo (LCCU)
1997-2000 2001-2004	Edmilson Rodrigues	1998- reativação das obras de saneamento da bacia do Tucunduba, aprovadas no Orçamento Participativo. 05/janeiro/1998 – primeira fase do projeto de recuperação e urbanização da bacia do Tucunduba (PRUBT), com prazo de conclusão previsto para 18 meses e término em 2000 = projeto Infra-Marco. 1998/1999 – discussão do projeto Habitar Brasil/BID. 21/novembro/1999 – 1ª Conferência de Saneamento Ambiental. 2001 – criação do Congresso da Cidade que amplia o OP.
2005-2008	Duciomar Costa	Paralisação total do Projeto Habitar Brasil/BIRD com conseqüente perda dos recursos.

Fonte: documentação da PMB, do Governo do Estado e matérias de jornal.

Nas assembléias do Orçamento Participativo realizadas em 1997 e 1998, a principal reivindicação dos moradores da Terra Firme, do Marco, Guamá e de Canudos disse respeito à retomada da macrodrenagem da bacia do Tucunduba.

Para atender este pleito, a gestão Edmilson Rodrigues constituiu uma equipe para realizar um estudo da viabilidade de um projeto de intervenção urbanístico-ambiental, com

orientação técnico-social diferente das idealizadas e em parte realizadas pelas gestões municipais anteriores. Então de acordo com Barbosa (2003, P. 21):

Na análise dos referidos projetos detectou-se falhas técnicas de concepção, pois as ações de macrodrenagem estavam previstas apenas para as partes intermediárias dessa Bacia, não considerando os vetores de jusante à montante. Nesse caso específico, estas ações davam conta do problema de assoreamento do leito d'água de modo parcial e imediato, mas não resolviam a questão da insalubridade das habitações ao longo da Bacia e nem tratavam a retirada das benfeitorias edificadas sobre os leitos dos igarapés. A ineficácia dessas ações levou a uma mudança concreta de ratificação nas intervenções urbanísticas do governo municipal.

Em 1998, a PMB, com base nos problemas detectados e, com o intuito de minimizar seus efeitos, determinou a realização de estudos para redimensionar as intervenções de macrodrenagem na Bacia do Tucunduba. Para tal, foi firmado convênio com a UFPA, através da FADESP, resultando em novos projetos na ordem de R\$ 10 milhões (dez milhões de reais), corrigindo o processo de macrodrenagem para uma intervenção de jusante à montante. Porém, esta nova versão ainda mantinha o revestimento em concreto.

Em janeiro de 2000, desenvolveu-se um projeto inovador de gestão de rios urbanos, e o Igarapé Tucunduba entrou em uma nova fase de intervenção. Do revestimento em concreto, que reduzia esse Igarapé Urbano a um simples canal, a nova proposta de recuperação colocou-se em sintonia com as novas diretrizes do CNUAH/HABITAT. Essa mudança foi radical e seus resultados podem ser vistos com a garantia de permanência da navegabilidade, que ficaria comprometida se o igarapé fosse revestido em concreto. Em decorrência dessa inovação, o Igarapé Tucunduba desponta hoje como um dos vetores do desenvolvimento local nas áreas de sua abrangência.

A formulação e implementação da primeira fase, denominada de Plano de Desenvolvimento Local das Áreas Riacho Doce e Pantanal - PDL/RDP, financiado pelo Subprograma de Desenvolvimento Institucional do Programa Habitar-Brasil/BID, resultou em grande medida, das contribuições políticas construídas a partir dos embates, das propostas e das experiências engendradas pelo movimento social urbano, sobretudo o Motuat refletindo uma perspectiva mais avançada e democrática de planejamento e gestão de rios urbanos. A preocupação ambiental estava presente nas falas, documentos e ações das lideranças como nos coloca Zuleide:

O poder público não tinha nem uma ação pra isso, aqui a ação era nossa mesmo, nós tínhamos muita preocupação com isso, mas por a gente se preocupar, lutar e o poder publico não enxergar a nossa luta, não dar crédito

naquilo que a gente lutou, ta ai agora se acabando tudo, hoje você não vê nem um peixinho mais pular dentro da vala, porque antigamente quando nós vínhamos pra cá, há $\frac{3}{4}$ anos atrás você via muito peixe dentro dessa vala, na época do inverno você poderia olhar ali na beira da vala que você via era tamuatá era vários peixes pulando dentro dessa vala, hoje você vê que acabou tudo, não existe mais nada, a gente se preocupa muito com a parte ambiental.

O projeto de intervenção urbanística da PMB procurou interligar as questões sociais ao traçado físico das obras infra-estruturais, partindo de uma intervenção urbana e habitacional, na qual a participação da população local era central para dar conta das várias dimensões da vida social dos próprios moradores, objetivando estabelecer novas estratégias de intervenção concernentes à construção de um processo de gestão democrática da cidade de Belém. (ROCHA DE SÁ, 2005).

Este interesse decorre da inequívoca análise de que as organizações supracitadas constituíram uma história que se confunde e se soma à desta cidade e, especialmente, à relacionada ao movimento social de luta pela moradia e por transporte, água potável, iluminação pública, equipamentos urbanos (creches, escolas, quadras e praças); isso concorre para concordarmos com a reflexão expressa por Hobsbawm (1998, p. 230) onde “o elo com o presente também é óbvio, pois o processo de compreendê-lo tem muito em comum com o processo de compreender o passado, não obstante o fato de que compreender como o passado se converteu no presente nos ajuda a compreender o presente, e provavelmente algo do futuro.”

Essa compreensão defendida pelo autor pode contribuir para explicar os traços e reminiscências humanas que estavam presentes desde a ocupação mais remota destas áreas, passando por um sofisticado aprendizado com adaptações decorrentes dos contornos e características naturais da mesma. Afirmamos uma espécie de peculiaridade, a predominância, em muitos casos, de traços que revelam o lugar de origem destes sujeitos (interioranos, ribeirinhos e nordestinos), marcado indelevelmente pela forma de relação, de apropriação e usos do lugar. Assentados nas experiências trazidas, estes sujeitos assumem a tarefa de reconstruir suas vidas à luz de suas necessidades, sem desconsiderar as relações sociais estabelecidas durante o processo de ocupação e luta pelo pedaço de terra, unidade reprodutora da identidade coletiva dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando vim pra cá, chorei igual criança, não tinha nada, nem água, nem luz, aqui era só um poeirão, isso aqui era uma piçarreira. Mas nossa luta agarantiu nossa permanência. A gente se organizava até de noite, com vela pra clarear [...] Se deixasse o barraco sem ninguém era certo que derrubavam, então a gente não arredava pé. (Chiquinha)

Aqui pelo bairro da Terra Firme já teve tem três pessoas foram eleitas [...] mas não mudou nada, gente, pelo amor de Deus, o que mudou. Tudo que tem na Terra Firme é através da luta, nada é pelo Parlamento, nada. (Fafá)

As palavras emocionadas de Chiquinha, mulher lutadora de aparência singela e frágil, ressaltam a organização e a força dos ocupantes, mesmo diante de tantas dificuldades, eles enfrentaram tudo com unidade e confiança de que aquele pedaço de terra representava a possibilidade de romper com situações de dependência (aluguel, casas de parentes ou mesmo a falta do teto) e sinalizava o início de uma nova fase de vida. Então agarraram com “unhas e dentes” aquela oportunidade, tornando a luta não somente uma necessidade diante da falta de tudo, mas um sentido para suas vidas.

Ao passo que a narrativa de Fafá, numa linha mais crítica ainda, aponta a desconfiança e a descrença em soluções prontas, que vem de cima. Não é possível alterar a realidade social sem luta. A consciência se forja como produto da luta. Então a Terra Firme tem dado sua contribuição para a formação de novas consciências. Os desdobramentos dela são mediados pela correlação de forças existente na sociedade.

Trinta anos (1979-2009) separam a formação da CBB, a mais ativa federação dos movimentos sociais urbanos de nossa cidade nas décadas de 1980-90 da retomada das obras de urbanização na Bacia do Tucunduba, através do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC¹. De lá para cá, parte significativa das conquistas e alterações vivenciadas pelos

¹ O PAC é implementado pelo Governo Federal em parceria com governos estaduais e prefeituras municipais para realização de obras de infraestrutura em todo país, reservou para o Estado do Pará um orçamento somente comparável aos realizados durante a Ditadura Militar com a implantação dos grandes projetos. Em relação ao saneamento e urbanização do Igarapé Tucunduba foi destinado orçamento para realização de arruamentos, pavimentação asfáltica, drenagem, sistema de água potável, regularização fundiária, construção de equipamentos coletivos e um residencial para alojar as famílias remanejadas. As obras de macrodrenagem do Igarapé Tucunduba foram paralisadas na primeira gestão do prefeito Duciomar Costa, iniciada em 2005, acarretando na perda de verbas de programas de habitação desenvolvidos pela CAIXA, como o Habitar-Brasil/BIRD. Então, foi realizada uma proposta por parte do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Belém, para assumir a obra, a partir da reivindicação das lideranças comunitárias das áreas do Riacho Doce e Pantanal.

moradores deste lugar, são resultantes de estratégias reivindicatórias produzidas por estes sujeitos sociais ao longo do período citado.

Ainda neste ínterim, presenciamos o recrudescimento do processo de ocupação de terrenos pertencentes à UFPA, que permanecem sendo alvo de conflitos e negociações relacionadas à posse, ao uso e ao direito de propriedade dos lotes urbanos.².

Parece que finalmente o quadro irá se alterar, pois está em andamento o projeto de regularização fundiária que visa entregar segundo palavras do seu coordenador, professor André Montenegro, numa reunião na UFPA com representantes da Terra Firme, cinco mil títulos definitivos de propriedade. Ainda que segundo Santos (2008, p. 140) “a expectativa quanto à aquisição ou a obtenção da casa própria é um dos pontos nevrálgicos de todos esses movimentos. Trata-se de um desejo legítimo de segurança econômica e social manipulado ideologicamente”, decorrente da ação do poder público em “utilizar esse interesse para cooptar parte das bases dos movimentos, enfraquecendo-os e deixando exposta a condição básica destes: a luta pela ‘casa própria’ reafirma a propriedade privada, um dos principais obstáculos para o acesso à moradia.”

Qualificamos os processos de identificação das áreas, as ocupações e as lutas pela permanência como um período de marchas, que estão num primeiro momento, diretamente relacionadas com as lutas pela redemocratização do país, que recolocaram as multidões nas ruas e praças, resultando numa politização da sociedade nacional.

Os recuos e contradições experimentadas pelos MSU's, caso do Motuat, estão identificados como as suas contra-marchas e caracterizam-se pelas derrotas, pelas paralisias na ação, pelas divergências internas, pelas manifestas discordâncias em relação aos poderes públicos, que não geraram ações concretas como obras e serviços para a comunidade do bairro da Terra Firme.

É obvio que problemas tão corriqueiros nas periferias de Belém, como a falta de abastecimento de água, de saneamento básico e de esgotamento sanitário, responsáveis pelos constantes alagamentos e pelas péssimas condições de higiene e habitabilidade, não eram exclusivos do bairro da Terra Firme. Buscamos identificar aqui as formas mais particulares de superação elaboradas pelos moradores refletidas no perfil de suas lideranças, estabelecendo

² Kowarick apud Santos (2008, p.92): “trata-se da espoliação urbana, isto é, a inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente com as dificuldades de acesso à terra e à moradia aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho.”

um jogo de representações, onde para o Estado e as classes sociais dominantes, o lugar é reduzido às suas carências, impingindo uma identidade marginal, subumana e excludente aos seus habitantes.

Isto é facilmente encontrado na imprensa. Não são poucas as manchetes de jornal, que dispensam um tratamento preconceituoso e discriminatório dirigido às características do bairro e de seus moradores. No entanto, existe um sentimento compartilhado pela grande maioria de seus moradores, que teima em não render-se e ostenta orgulhoso a condição de morador da Terra Firme. Há até comunidade no Orkut (moro na Terra Firme e daí?).

Podemos então concluir que este forte sentimento de pertença em relação ao bairro está assentado num longo histórico de lutas, mobilizações e reivindicações que produziram um legado resultante de suas ações políticas. Exemplos disso podem ser verificados no Projeto de Urbanização da Bacia Hidrográfica do Tucunduba que inclui a regularização fundiária dos terrenos, iniciado em 1998, paralisado em 2005 e retomado em 2009 pelo Governo do Estado; a implantação do Território da Paz, desenvolvido pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania e em 2010 pela escolha e instalação do Projeto Ponto de Memória, que visa tornar a Terra Firme um museu vivo.

Por fim, concordamos com o pensamento de Souza (1995, p.120) ao refletir sobre o direito à moradia, por considerá-lo apropriado à situação estudada: “ter uma casa onde morar, mais do que uma representação do “status” existente na sociedade que atribui valor às pessoas como detentoras de bens, propriedades, riquezas” implica na “garantia de um local, de um espaço próprio, onde ninguém de fora manda e não há o que cobrar. É o espaço privado onde se constitui a identificação da família.” Este imbricamento ao que tudo parece se confirmou imprescindível para garantir a unidade das ações em torno do direito à moradia, a partir dos interesses e desejos manifestados com relação ao lugar e à cidade onde residiam.

FONTES

Periódicos

jornais

- CBB. *Informativo da CBB*. Ano I, nº 1, dezembro de 1980.
- O LIBERAL. *Belém, um futuro conflituoso e tenso do ponto de vista social*. 1983.
- O LIBERAL. *As medidas de choque do Governo Republicano (2)*. 1º Caderno artigo, p. 20, 18/11/1984.
- O LIBERAL. *A festa dos posseiros e a assistência jurídica (parte final)*. 1º Caderno artigo p. 20, 25/11/1984.
- CBB. *A Voz da CBB*. Edição nº 2 – ano II, abril de 1987.
- O LIBERAL. *CBB inicia campanha da moradia hoje e ato público na terça*. Cidades, p. 9, 25/04/1987.
- O LIBERAL. *Num local de áreas alagadas, a terra não é tão firme*. Caderno Jornal dos Bairros, p. 3, 23/06/1987.
- O LIBERAL. *Discussão deve ser anterior às obras nos canais do Marco*. Cidade, p. 22, 25/06/1987.
- O LIBERAL. *Tucunduba: opção de lazer bastante perigosa para saúde*. Cad. Jornal dos bairros p.4, 07/07/1987
- O LIBERAL. *Bairros unificam a luta pela moradia*. Cidades, p. 22, 10/07/1987.
- O LIBERAL, Coluna Queixas Cartas, cidade, p. 22, 18/08/1987.
- O LIBERAL. Cidade, p. 22, 25/08/1987.
- O LIBERAL. *Moradores compraram terreno para o lazer*. Caderno Jornal dos bairros p.4, 29/09/1987.
- O Liberal. *Por melhores condições de vida*. Cad. Jornal dos Bairros, p. 7, 02/02/1988
- O LIBERAL. *Sem decisão, impasse nas terras da UFPa*. Cad. Jornal dos Bairros, p. 5, 16/02/1988.
- O LIBERAL. *Passagem ainda espera as obras de saneamento*. Cidades, p. 22, 27/02/1988.
- O LIBERAL. *Novo hortomercado substitui feira livre da Terra Firme*, p. 11, 27/03/1988.
- O LIBERAL. *Água só em sonho na Terra Firme*. Cidades, p. 8, 07/04/1988.
- O LIBERAL. *Tributo a Paulo Fonteles durante Encontro da CBB*. Cidades, p. 7, 23/04/1988.
- O LIBERAL. *Comissão de bairros define ações para segundo semestre*. 16/07/1988
- O LIBERAL. *Problemas de posse de terras perto do final*. Cad. Jornal dos Bairros, p. 4, 08/11/1988.
- O LIBERAL. *CBB denuncia ameaças de morte na área do Tucunduba*. Cidades, p. 5, 16/12/1988.
- O LIBERAL. *Terra Firme: um bairro do tamanho de seus problemas*. Cad. Jornal dos Bairros (manchete), 20/12/1988.
- O LIBERAL. *CBB completa 10 anos e faz balanço*. Cad. Jornal dos Bairros, p. 6, 07/02/1989
- MOTUAT. O Tucunduba. Março 1989.
- O LIBERAL. *Conselho de terra cuidará do processo de titulação*. Cidades, p. 4, 02/04/1989.
- O LIBERAL. *Canudos reclama a falta de áreas para lazer*. Caderno Jornal dos Bairros, p.6, 12/09/1989
- O LIBERAL. *Conselhos Comunitários reconhecidos*. Cidades, p. 7, 04/01/1990.
- O LIBERAL. Coluna Queixas, cidades, p. 8, 06/01/1990.

O LIBERAL. *Moradores de áreas invadidas no Guamá querem a legalização*. Cad. Jornal dos Bairros p. 4, 01/01/1991.

DIÁRIO DO PARÁ. *Posseiros não querem sair da área da UFPa*. (capa), 07/02/1991.

O LIBERAL. *Invasores comemoram ocupação*. Cad. Jornal dos Bairros p. 7, 03/07/1991

DIÁRIO DO PARÁ. *Ação Social colabora com a recuperação dos centros*. Cidades, p. A-11, 01/11/1991.

DIÁRIO DO PARÁ. *Priante pede solução para invasores da área da UFPa*. Política Local A-3, 01/11/1991.

O LIBERAL. *Alienação da terra agrada entidades*. Cad. Jornal dos Bairros, 26/11/1991.

DIÁRIO DO PARÁ. *Especuladores estão invadindo áreas que pertencem à UFPa*. 29/11/1991.

O LIBERAL. *Arame farpado para afastar invasor*. 29/11/1991.

DIÁRIO DO PARÁ. *Movimentos populares terá entidade própria*. 23/01/1993.

DIÁRIO DO PARÁ. *5 mil pessoas no I Grito da Terra Firme*. Cidades, A-11, 19/03/1993.

DIÁRIO DO PARÁ. *Mais de 500 famílias armaram barracas às margens da Perimetral*. 09/06/1993.

DIÁRIO DO PARÁ. *Grito da Terra Firme*. Geral A-2, 22/06/1993.

DIÁRIO DO PARÁ. *Pará tem delegados para criar Central de Movimentos Populares*. 13/09/1993.

DIÁRIO DO PARÁ. *Conam faz pesquisa sobre a situação da moradia no país*. 27/09/1993.

DIÁRIO DO PARÁ. *Secretário de Habitação faz críticas ao sistema do país*. A-4, 11/11/1993.

DIÁRIO DO PARÁ. *Comissão de bairros discute Plano de Transporte Urbano*. Cidades, A-11, 12/11/1993.

CBB. *A voz da CBB*. Ano XV, nº 1, novembro de 1993.

DIÁRIO DO PARÁ. *1º Encontro de moradores será dia 27*. 19/02/1994

DIÁRIO DO PARÁ. *Mais água para a Terra Firme e o Riacho Doce*, 30/03/1994.

DIÁRIO DO PARÁ. *Passagem grátis, também para os líderes comunitários*. Política, p. A-9, 07/05/1994.

DIÁRIO DO PARÁ. *Passage livre nos ônibus para comunitários*. Política, p. A-9, 18/05/1994.

DIÁRIO DO PARÁ. *Congresso da CBB deverá contar com 800 participantes*. 18/05/1994.

CBB. *Jornal da CBB*. Ano 1, nº 1, maio de 1998.

DIÁRIO DO PARÁ. *6º Congresso da CBB deverá contar com 800 participantes*. 28/05/1994.

CBB. *Movimento Popular*. Ano I, nº 1, maio de 1999.

O LIBERAL. *Terra Firme emerge do Pântano*. Caderno Atualidades, p. 12, 11/07/1999.

O LIBERAL. *UFPa pode brigar na justiça pela posse do terreno invadido*. Cidades, p. 7, s/d

AMA (Associação de Moradores Amazônia). *Informativo*. Dezembro de 2002.

Revistas

SANTANA, Marco Aurélio. *De braços cruzados*. In: Revista Nossa História nº 56, maio 2010.

Cartilhas

Cartilha “Posse Urbana”. FASE, Maranhão-Pará, s/d.

Cartilha “Conheça o Fundo”. Comitê Nacional Pró-Fundo de Moradia Popular/FASE, São Paulo, 1992.

Caderno “Histórico da CBB”. FASE, 1990.

Cartilha Posse Urbana. Pará-Maranhão: Fase, s/d.

Folders e Panfletos

“I Encontro dos movimentos de luta pela moradia. Queremos a cidade com dignidade.”

Documento de avaliação. MNLM-Pa (Claudivan, Alcir Matos e Adelino Bessa), Belém, 1994.

Folder Seminário SOS Tucunduba. Por uma questão de sobrevivência. Grupo Tucunduba, 26/06/1991.

CBB. Momento Popular. Edição especial sobre o Projeto de Macrodrenagem da bacia do UNA, dezembro, 1995.

Relatórios

Relatório II Congresso da CBB, fevereiro de 1982.

Relatório do VI Congresso da CBB. Belém: CBB/FASE, maio de 1994.

Relatório do VII Congresso da CBB. Belém: CBB/FASE/PARU, agosto de 1997.

MOTUAT. Relatório da viagem à Brasília (10 a 15/setembro/1991). Belém, 21/09/1991.

Relatório da Reunião do Movimento Unificado em defesa dos Projetos de Saneamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e com as Secretarias de Assuntos Internacionais – SEAIN e de Política Urbana – SEPURB do Ministério do Planejamento, ocorrida em 28 de maio de 1997 no Hilton Hotel e secretariada por Carlos Matos em 03 de junho de 1997.

Atas, Ofícios, Regimentos

Ata da reunião do conselho de representantes da CBB, 26 de fevereiro de 1983.

Ata da reunião de Entidades Comunitárias da área da UFPa – Comissão de representantes dos bairros: Guamá, Terra Firme, Canudos, Jabatiteua e Marco – 27/11/1987.

Ata da Reunião de representantes de bairros das entidades comunitárias da área pertencente à UFPa. – 30/12/1987.

Termo de Acordo – 14/11/1988.

Nota de Esclarecimento – Coordenação do MOTUAT – 30/08/1989.

Histórico do processo de ocupação e luta pela titulação da área da UFPA – MOTUAT – janeiro/1990.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. Universidade Federal do Pará. Centro de Ciências Jurídicas. Regimento do Conselho da Terra. 04/04/1990.

Fundo Executivo:

Leis, Decretos e Projetos de Lei

Lei nº 3.191 de 02 de julho de 1957

Decreto nº 53.934 de 27 de maio de 1964

Lei nº 11.124 de 16/06/2005, publicada DOU Seção I, de 17/06/2005

Portaria nº 1830/2006, de 05/06/2006 – reitoria/UFPA

Lei nº 7.603 de 13 de janeiro de 1993, publicada DOM nº 7.434, de 13/01/1993.

Lei nº 6.973 de 16 de dezembro de 1975, publicada DOM, p.2 de 17/12/1975

Lei nº 8.383 de 13 de janeiro de 2005

Cartilhas

1ª Conferência Municipal de Habitação. Assentamentos mais humanos na capital da Amazônia. Outubro de 1998.

Imagens

DVD “Univer[s/c]idade. Publicação comemorativa dos 50 anos da Universidade Federal do Pará.

CEPEPO. DVD “1º Grito da Terra Firme”. Belém, 1994.

DVD “Agenda XXI na Bacia do Tucunduba”. Belém,

Sites consultados

www.portalseer.ufpa.br/index.php/rua/article/download/3105/2222, acesso em 18/05/2010.

WWW.comciencia.br/reportagen/amazonia/amaz9.thm acesso em 25/05/2010.

www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=2059, acesso em 18/04/2009.

www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=2056, acesso em 18/04/2009.

www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=2057, acesso em 18/04/2009.

www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=1437, acesso em 18/04/2009.

WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm, acesso em 14/11/2008.

WWW.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades acesso em 31/05/2010.

<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n5/11.pdf> em 31/05/2010, acesso em 31/05/2010.

<http://parahistorico.blogspot.com/2009/02/governo-de-magalhaes-barata-no-para.html>, acesso em 12/06/2010.

[HTTP://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/habitacao.html](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/habitacao.html) acesso em 23/06/2009.

http://www.agenciapara.com.br/exibe_noticias.asp?id_ver=52542 capturado em 04/12/2009.

<http://blogdoalencar.blogspot.com/2007/08/vida-longa-para-spddh.html> acesso em 31/07/2010.

<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:z4NPhFktrQQJ:www.cohre.org/store/attachments/Urban%2520Environmental%2520conflicts%2520Amazonian%2520Capitals%2520report.pdf+direito+%C3%A0+moradia+e+meio+ambiente+nas+capitais+amz%C3%B4nicas&hl=pt> - acesso em 31/07/2010.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, Auriléa Gomes. *Urbanização e remoção: por que e para quem?* Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1988.
- ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da história.” in: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) *Fontes Históricas*. 2. ed. 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2008. (p. 155-202).
- ALVES, Edivania Santos. *Terra Firme, da emergência pelo direito à terra aos projetos de cidade: história de sonhos e lutas (1987-1994)*. Belém – Pará, 2006 (trabalho final de Especialização).
- ALVES, Joana Valente Santana. *Belém, a capital das invasões*. 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997
- ARANTES NETO, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio – Imprensa, poder e público (1880-1920)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARBOSA, Maria José de Souza. Estudo de caso: Tucunduba. Urbanização do Igarapé Tucunduba, gestão de rios urbanos. Belém: UFPa, 2003.
- BELÉM (Prefeitura Municipal - Secretaria Municipal de Saneamento - Núcleo Setorial de Planejamento – Comissão de Remanejamento). *Relatório sócio-técnico*. Belém, jan. 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *La dinámica del capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.
- BRESCIANNI, Maria Stella M. “História e historiografia das cidades, um percurso.” in: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- BONDUKI, Georges. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.
- BOSI, Antônio de Pádua. *Reforma Urbana e luta de classes: Uberabinha/MG (1888 a 1922)* - São Paulo: Xamã, 2004.
- BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CASTRO, Edna (org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM – CODEM. Estudo físico territorial. Belém, s.d.

_____. Plano Diretor da Região Metropolitana de Belém. Plano de estruturação metropolitana – dados estimativos. Belém, Geotécnicas, 1980.

_____. Projeto de Recuperação “das baixadas de Belém”. Belém, 1986.

_____. Realocação e permanência de populações em áreas de baixada: a experiência da Prefeitura Municipal de Belém. Belém, 1987.

_____. Plano de Trabalho para Regularização Fundiária da área pertencente a Universidade Federal do Pará. Belém, 2001.

CONVÊNIO SUDAM/DNOS/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Monografia das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação. 2ª Ed. Ver. Belém, SUDAM, 1976. 2 v.

CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém*. Belém-Pará-Conselho Estadual de Cultura. 1970.

_____. História de Belém. 2º Volume. Universidade Federal do Pará, 1973, Coleção Amazônia, Série José Veríssimo.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

GENRO, Tarso e SOUZA, Ubiratan. *Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Cidadania e espaço público numa experiência de política de urbanização de favelas. in: RAUTA RAMOS, Maria Helena (org.). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GOVERNO FEDERAL, Ministério das Cidades. *Política Nacional de Habitação*. 2004, p. 12. Extraído do site www.cidades.gov.br em 07/10/2008.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. Tradução: Cid Knipel Moreira – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Slagueiro; tradução Cely Arena. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Metodologia da história quantitativa: balanço e perspectivas. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (et al). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. [tradução Estela dos Santos Abreu]. 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1997. – (Novas Direções)

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) *Fontes Históricas*. 2. ed. 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2008. (p. 111-153).

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MELO, Marcus André B. C. *Política de Habitação e Populismo: o caso da Fundação da Casa Popular*. www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/download/3105/2222.

MOURÃO, Leila. *O conflito fundiário urbano em Belém (1960-1980). A luta pela terra de morar ou de especular*. Dissertação apresentada ao Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA, 1987.

PALMER, Bryan. *Edward Palmer Thompson: objeções e oposições*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PARACAMPO, Maria Vitória. *Cidadania e direito de morar: a prática de ocupações coletivas e o movimento de posseiros*. Belém, 1992. Dissertação (Mestrado) – UFPA/PLADES/NAEA, Belém, 1992.

_____. *Reforma urbana: macrodrenagem e participação popular*. Belém: ED. Universitária UFPa, 1996.

PEIXOTO, Rodrigo; ALVES, Edivania Santos. *O movimento social do bairro do Guamá, o Tucunduba e sua vizinhança acadêmica: um debate sobre identidades no FSM de Belém*. Mimeo, Pará, 2009.

PENTEADO, Antônio Rocha. Belém – Estudo de Geografia Urbana. Universidade Federal do Pará. 1968. Coleção Amazônica Série José Veríssimo. 2º volume.

PINTO, José Roberto Lopes. “A participação e a polaridade público e privado.” in: OLIVEIRA, Carlos Afonso da Silva (org.) *Democracia, participação e orçamento*. Rio de Janeiro: IBAM, ENSUR: FICONG, 1998.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida: funções do tempo na história oral.” in: FENELON, Déa Ribeiro et alli (orgs.) *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004

PROJETO Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos Sociais e Conflitos nas cidades da Amazônia. Fascículo 9. *Moradores do Riacho Doce e Pantanal: Histórias de luta e conquista no Igarapé Tucunduba* – Belém. Fevereiro de 2008.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. in: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

RAMOS, José Messiano Trindade. *Entre dois tempos. Um estudo sobre o Bairro do Guamá, a Escola 'Frei Daniel' e seu Patrono*. Belém, 2002.

RODRIGUES, Carmem Izabel. *Vem do bairro do Jurunas. Sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano*. Prefácio de Josefa Salete Barbosa Cavalcanti. – Belém: Editora do NAEA, 2008.

RODRIGUES, Edmilson Brito. *Aventura urbana: urbanização, Trabalho e Meio-ambiente em Belém* – Belém: Editora: 1996.

RODRIGUES, Eliene Jacques. *Banidos da cidade e unidos na condição. Cidade Nova: espelho da segregação social em Belém*. – Belém: UFPA/NAEA, 1998.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. *Reforma Urbana: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades*. Rio de Janeiro: FASE / UFRJ-IPPUR, 1995 (Série: Teses, Dissertações e Monografias; n. 1).

SANTOS, Regina Bega dos. *Movimentos Sociais Urbanos*. – São Paulo: Editora UNESP, 2008 (Paradidáticos. Série Poder).

SÁ. Maria Elvira Rocha de [et al.]. *O trabalho social em assentamentos sub-normais: a experiência de erradicação de favelas nas áreas do Riacho Doce e Pantanal*. In: GOMES e PELEGRINO, Maria de Fátima Cabral Marques & Ana Izabel de Carvalho (orgs.). – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SÁ. Maria Elvira Rocha de; ALVES. Edivania Santos. *O legado dos movimentos sociais urbanos na luta por moradia na Bacia do Tucunduba em Belém/PA*. Mimeo, Pará, 2010.

SILVA, Eder Roberto da; SILVA, Ricardo Siloto da. “Origens e matrizes discursivas da Reforma Urbana no Brasil.” in: Espaço & Debates. Vol 25, nº 46. São Paulo: NERU, jan/jul, 2005, p. 151.

SOUZA, Marcelo Lopes. *ABC do desenvolvimento urbano*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUSC, 1995.

THOMPSON, E. P. “*Socialist Humanism: an Epistle to the Philistines*”, *New Reasoner*, n. 1, Summer. 1957.

_____ *A Formação da classe operária inglesa*. Tradução Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. III. A força dos Trabalhadores.

_____ *Costumes em comum*. Revisão técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.